



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL FRANCISCO CAVALCANTE JÚNIOR

**“NÃO HÁ POLÍTICA ONDE NÃO ESTEJA PRESENTE A SEXUALIDADE”:  
A VIDA DE HERBERT DANIEL DA RESISTÊNCIA GUERRILHEIRA NA DITADURA  
MILITAR À ESCRITA COMO LUTA NA REDEMOCRATIZAÇÃO**

TOCANTINÓPOLIS – TO

2025

GABRIEL FRANCISCO CAVALCANTE JÚNIOR

**“NÃO HÁ POLÍTICA ONDE NÃO ESTEJA PRESENTE A SEXUALIDADE”: A  
VIDA DE HERBERT DANIEL DA RESISTÊNCIA GUERRILHEIRA NA DITADURA  
MILITAR À ESCRITA COMO LUTA NA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus Tocantinópolis, como requisito final para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais. Professora orientadora: Dr<sup>a</sup> Chirley Rodrigues Mendes

TOCANTINÓPOLIS-TO  
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C377“ Cavalcante Júnior, Gabriel Francisco.

“Não há política onde não esteja presente a sexualidade”:: a vida de Herbert Daniel da resistência guerrilheira na ditadura militar à escrita como luta na redemocratização. / Gabriel Francisco Cavalcante Júnior. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2026.

92 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Ciências Sociais) --  
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientadora: Chirley Rodrigues Mendes.

1. Herbert Daniel. 2. Ditadura Militar. 3. Memória e Silenciamento.

**CDD 300**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

GABRIEL FRANCISCO CAVALCANTE JÚNIOR

**“NÃO HÁ POLÍTICA ONDE NÃO ESTEJA PRESENTE A SEXUALIDADE”: A  
VIDA DE HERBERT DANIEL DA RESISTÊNCIA GUERRILHEIRA NA DITADURA  
MILITAR À ESCRITA COMO LUTA NA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus Tocantinópolis, como requisito final para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.  
Professora orientadora: Dr<sup>a</sup> Chirley Rodrigues Mendes

**Data de aprovação:** 23/02/2026

**Banca examinadora:**

---

Prof. (a) Dr. (a) Chirley Rodrigues Mendes - Orientadora (UFNT)

---

Prof. Dr. Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo – Membro Interno (UFNT)

---

Prof. (a) Ma. Ana Rosa Carvalho de Oliveira - Membro Externo (UFNT)

*À memória de Herbert Daniel, que sua história continue à inspirar outras pessoas assim como me inspirou, que sua coragem não seja esquecida. Este trabalho é fruto de sua coragem e graças a ela hoje posso afirmar: EU ESTOU VIVO.*

*A memória continua viva!*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Gabriel Francisco Cavalcante, por tornar tudo isso possível. Pai, obrigado por todo o apoio e carinho, hoje tenho orgulho de carregar seu nome e de partilharmos a mesma esperança na educação e num mundo melhor. À minha mãe, Rosilene, e às minhas irmãs, em especial à Arleny, que foi fonte de inspiração e força em uma realidade que nos dizia não ser possível. A toda a minha família, especialmente à minha querida tia Marilene e às primas Aline e Jaciely, que foram meu abrigo em momentos de dor e cansaço.

Às minhas queridas amigas, por tornarem todo esse processo mais leve. À Mykaella, minha colega de turma e de caminhada, agradeço pelo companheirismo durante toda a graduação. À Clara, Fernanda, Maria Victoria, Lívia, Ana Rosa e Mea, e a tantas outras que não conseguiria mencionar aqui, por terem me ajudado em momentos difíceis e por me fazerem entender que também posso ser amado e querido, sem vocês, tudo seria mais difícil.

À minha orientadora, Chirley Mendes, pela orientação ao longo dos últimos três anos, minha construção como profissional se enriquece com suas contribuições.

À minha avó, Antônia Teodora do Amor Divino, que em vida me deu todo amor e carinho. Seu neto hoje se torna professor, assim como conversamos tantas vezes. Vó, seu amor realmente era divino e não conheço outro igual, sinto sua falta todos os dias e a carrego em meu coração por onde quer que eu ande.

Por último, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), pelo apoio financeiro de minhas pesquisas de iniciação científica nos ciclos 2023/2024 - 2024/2025, tornando possível a realização desta pesquisa por meio da dedicação exclusiva a este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória de vida de Herbert Daniel, importante liderança política brasileira, sob a ótica dos processos de silenciamento e resistência durante a ditadura militar e a redemocratização. O estudo problematiza as narrativas da história oficial e os discursos institucionais, enquanto produtores de mortes simbólicas, desumanização e despolitização de grupos minoritários como a comunidade LGBTQIA+. Para tanto, a pesquisa investigou como a identidade homossexual de Herbert Daniel foi “apagada” no contexto da esquerda revolucionária e da luta armada, onde o padrão heteronormativo do “homem revolucionário” impunha uma docilização dos corpos. Utilizando uma abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, o trabalho divide-se em três momentos fundamentais: a atuação na guerrilha armada (organizações revolucionárias e campos de treinamento); o período de exílios (sexual, político e territorial) e o surgimento do movimento homossexual; e, por fim, sua militância pioneira na luta pelos direitos das pessoas HIV/Aids e contra o estigma social que foi mecanismo de gestão dos corpos e das vidas pelo Estado. As análises dos dados, dos discursos e dos agenciamentos dos atores sociais envolvidos na trajetória de Herbert Daniel, conduziram reflexões teóricas que apontam que ele não apenas resistiu às estruturas opressoras do Estado e dos próprios grupos de esquerda, mas também ressignificou a luta política ao introduzir pautas sobre homossexualidade, ecologia e o direito à vida. Situando Herbert Daniel como uma figura central para a compreensão da cidadania e restituição da memória LGBTQIA+, bem como da estruturação das políticas de saúde pública no Brasil para essa população e a problematização das disputas de poder em torno da garantia de direitos fundamentais de grupos minoritários.

**Palavras-chave:** Herbert Daniel. Ditadura Militar. Memória e silenciamento.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis analyses the life trajectory of Herbert Daniel, an important Brazilian political leader, from the perspective of the processes of silencing and resistance during the military dictatorship and redemocratisation. The study problematises the narratives of official history and institutional discourses as producers of symbolic deaths, dehumanisation, and depoliticisation of minority groups such as the LGBTQIA+ community. For this purpose, the research investigated how Herbert Daniel's homosexual identity was 'erased' in the context of the revolutionary left and the armed struggle, where the heteronormative standard of the 'revolutionary man' imposed a docility of bodies. Using a qualitative approach and bibliographic research, the study is divided into three fundamental moments: participation in the armed guerrilla struggle (revolutionary organisations and training camps); the period of exile (sexual, political, and territorial) and the emergence of the homosexual movement; and, finally, his pioneering activism in the struggle for the rights of people with HIV/AIDS and against the social stigma that was a mechanism for the management of bodies and lives by the state. The analysis of data, discourses, and the actions of social actors involved in Herbert Daniel's trajectory led to theoretical reflections that point out that he not only resisted the oppressive structures of the State and left-wing groups themselves, but also reframed the political struggle by introducing agendas on homosexuality, ecology, and the right to life. Situating Herbert Daniel as a central figure for understanding citizenship and the restitution of LGBTQIA+ memory, as well as the structuring of public health policies in Brazil for this population and the problematisation of power struggles concerning the guarantee of fundamental rights for minority groups.

**Keywords:** Herbert Daniel. Military Dictatorship. Memory and Silencing.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

AI - Ato Institucional

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALN - Ação Libertadora Nacional

AZT - Zidovudina

CBA - Comissão Brasileira de Anistia

CDC - Centers of Disease Control

COLINA - Comando de Libertação Nacional

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

DOPS - Departamento de Ordem Política Social

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

FBI - Frente Brasileira de Informação

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais

ME - Movimento Estudantil

MG - Minas Gerais

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

O. - Organização

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PELA VIDA - Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids

PCB - Partido Comunista Brasileiro

POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual

SP - São Paulo

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEEs - União Estadual do Estudantes

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

USP - Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.2 Referenciais Teóricos e Metodológicos .....	13
<b>2 DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À REVOLUÇÃO ARMADA: O APAGAMENTO DA SEXUALIDADE .....</b>	<b>21</b>
2.1 O Jovem Herbert Daniel e o Movimento Estudantil Na Ditadura Militar .....	22
2.2 Herbert Daniel e a Luta Armada Nas Organizações Revolucionárias.....	27
2.3 Rumo ao Campo De Treinamento e a Participação Homossexual Nas Lutas Armadas.....	32
<b>3 DOS EXÍLIOS AO EMERGENTE MOVIMENTO HOMOSSEXUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE HERBERT DANIEL PARA A POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>44</b>
3.1 Exílio (Homo)Sexual.....	45
3.2 Exílio Político No Brasil e No Exterior.....	50
3.3 O Surgimento Do Movimento Homossexual e a Luta Pela Abertura Política No Brasil.....	59
<b>4 “VIVA A VIDA”: A LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM HIV/AIDS ....</b>	<b>67</b>
4.1. A Epidemia Do Hiv/Aids e o Controle Das Homossexualidades Na Abertura Da Ditadura Militar Brasileira .....	68
4.2. Redemocratização e a Atuação Política De Herbert Daniel Na Defesa Dos Direitos Das Pessoas Vivendo Com Hiv/Aids.....	70
4.3 “Estou Vivo e Tenho Aids!” .....	74
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964, que instaurou no Brasil a ditadura civil-militar que se estendeu até o ano de 1985, representa um dos atos mais violentos da história recente deste país, marcada sobretudo por intensas perseguições, violações aos direitos civis e políticos, censura, perseguições políticas, torturas e sequestros que muitas vezes culminou no desaparecimento de presos políticos. Há na literatura do tema desacordos quanto a distinção dos períodos ou fases que se sucederam, o que leva correntemente os estudiosos a optarem pela definição que melhor se adapte ao seu objeto de pesquisa.

Nesta pesquisa optamos por trabalhar com duas grandes divisões. A primeira, entre os anos de 1964 e meados de 1978, pode ser identificada pela extrema violência, perseguições políticas e pela resistência armada, marcados sobretudo pelos Atos Institucionais (AI), principalmente o AI-5, que retiraram da sociedade civil e do Congresso diversos direitos e poderes, como, por exemplo, o direito de manifestação, o fechamento ou recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e cassação de mandatos de parlamentares por meio de decretos ou atos complementares. A segunda fase é entendida como a “abertura política” no Brasil, vivida no período final da ditadura, entre os anos 1978 e 1985, que foi marcada pelo “afrouxamento” das políticas repressivas.

Entre a instauração do regime de exceção em 1964 e o período de abertura política em 1978, o regime militar empregou suas forças no combate à ameaça à sua legitimidade, perseguindo quem ousasse questioná-los. Neste período movimentos contrários à ditadura militar organizaram-se com o intuito de combater tanto a violência quanto a sua legitimidade, organizações revolucionárias de resistência esforçaram-se na disputa ideológica primeiramente através do discurso buscando a conscientização das massas, transitando posteriormente para a luta armada. Os autores Angotti e Souza (2025) e Quinalha (2021), afirmam que o movimento estudantil, mais notadamente a União Nacional dos Estudantes (UNE), fora um dos encabeçadores deste movimento revolucionário, é no seio do movimento estudantil e das universidades que grupos como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP) e a Ação Popular conquistaram espaço, abrindo portas para o debate que levaria a luta armada.

Renan Quinalha (2021) e James Green (2018), importantes pesquisadores das temáticas LGBTQIA+ no Brasil, abordam que a luta armada se espalhou por todo o país ao longo da primeira fase da ditadura militar. Para a preparação dos movimentos para tal ato, fora necessário o levantamento de fundos para o financiamento do armamento, territórios de treinamentos e

segurança de seus integrantes, sucedeu-se, então, uma série de expropriação a bancos por todo o país a fim de levantar esse recurso. Corrêa (2013) e Sousa (2019), apontam que a ideia central era realizar a luta armada no campo, ou guerrilha rural, algo semelhante ao que veio a acontecer na Guerrilha do Araguaia<sup>1</sup>, realizada no norte do país.

A abertura política é entendida pelo “afrouxamento” da perseguição do regime militar, um período no qual há um espaço para a emergência e consolidação do movimento homossexual<sup>2</sup>, caracterizado por grupos e coletivos auto-organizados que atuaram ativamente na resistência ao regime militar. Dentre eles, destacam-se o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, um dos grandes responsáveis pela organização de muitos eventos e manifestações; como também o Grupo Gay da Bahia (Quinalha, 2021). Paralelamente, são criadas colunas e jornais com seus escritos direcionados para a comunidade LGBTQIA+, como o *Lampião de Esquina* (RJ) de 1978, *O Snob* (RJ), *Chanacomchana* (SP) e muitos outros. Em sua maioria, constituíam uma imprensa criada e gerida pela comunidade LGBTQIA+ e voltada para seu próprio público, visando uma maior integração e sociabilidade internas (Green; Quinalha, 2022; Oliveira, 2017).

Em ambas as fases aqui analisadas vários atores sociais se destacaram pela sua atuação militante, entre estes está Herbert Daniel, homossexual guerrilheiro, que participou de diversas organizações revolucionárias como a POLOP e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Contudo, enfrentou inúmeras questões relacionadas a sua (homo)sexualidade, motivadas principalmente pelo preconceito da esquerda revolucionária (Green, 2018). Dada a sua participação ativa nos movimentos de resistência à ditadura e sua militância em pautas relacionadas à sexualidade, nomeadamente à homossexualidade, esta pesquisa se debruça sobre a biografia de Herbert Daniel por entendê-lo como uma importante liderança não só para a causa LGBTQIA+, como também um ator político que fez contribuições fundamentais para o processo democrático no Brasil.

Este trabalho buscará então evidenciar a trajetória de Herbert Daniel e suas contribuições para a reestruturação política do Brasil, através de suas lutas contra a ditadura, seus percursos na vivência de sua sexualidade e o seu pioneirismo na luta pela conscientização

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a Guerrilha do Araguaia recomendamos a leitura dos trabalhos do Prof<sup>o</sup> Cesar Figueiredo, entre eles destacamos: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1932/872>; <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1883/862>; <http://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/17448/21985>.

<sup>2</sup> O termo “Movimento Homossexual” era utilizado para denominar o que hoje conhecemos como Movimento LGBTQIA+, ele abrangia todas as orientações e identidades de gênero compreendidas até o momento: gays, lésbicas, transsexuais e travestis, e por isso temos optado pela utilização desta nomenclatura.

e acolhimento das pessoas que viviam com o vírus do HIV/Aids, tornando assim sua vida em um “objeto” de luta e resistência nas mais diversas áreas sociais. Para tanto, partimos das seguintes hipóteses: as narrativas sobre eventos históricos são construídas a partir de perspectivas de atores sociais hegemônicos; a perspectiva e a narrativa de grupos minoritários sobre esses eventos sofrem um apagamento e um silenciamento que é parte de um projeto político e de uma ideia de nação; a despeito do apagamento histórico sistemático, grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIA+, contribuíram ativamente para o enfrentamento à ditadura militar e estabelecimento de um processo de redemocratização; a análise de trajetórias de vida de atores políticos pertencentes a grupos minoritários permite questionar e reescrever as narrativas históricas vigentes ao visibilizar suas contribuições grupos para a história e os processos políticos do país.

O trabalho está organizado em 3 (três) capítulos: “Do Movimento Estudantil à Revolução Armada: o apagamento da sexualidade” onde abordo a trajetória de Herbert Daniel desde sua entrada na universidade e no Movimento Estudantil e Grupos Revolucionários, consecutivamente, analisando os processos que levaram ao “apagamento” de sua sexualidade, mas compreendendo sobretudo as resistências frente às repressões e violências que seu corpo enfrentou; “Dos Exílios ao Emergente Movimento Homossexual: as contribuições de Herbert Daniel para a política brasileira”, acompanharemos os processos pelos quais Herbert teve que enfrentar nos exílios, seja o exílio político no Brasil, momento ao qual esteve escondido no país, sem seus direitos cidadãos, ou no exterior, onde passou por seus processos de identificação sexual e exclusão política, suas contribuições políticas para o emergente movimento homossexual notadas a partir de suas escrituras e sua participação na política brasileira na abertura política, buscando compreender como sua participação influenciou os processos de redemocratização da política brasileira; em “‘Viva A Vida’: a luta pelos direitos das pessoas com hiv/aids”, refletiremos sobre a sua militância pela conscientização e desmistificação do HIV/Aids e como sua atuação pode ter influenciado a maneira que se conduzia o debate e a atuação do Estado referente ao tema.

## **1.2 Referenciais Teóricos e Metodológicos**

Trevisan (2018) aponta que as homossexualidades no Brasil sofrem uma perseguição histórica às suas existências, desde a formação política brasileira os ataques às homossexualidades se fazem presente em nossa sociedade, muitas foram as estratégias políticas

e morais, fortalecida nas bases da igreja, desde a perseguição política em muitos momentos da história deste país, como por exemplo na ditadura militar, até o ápice da cura gay na década de 1990 com a criação de diversos centros religiosos para “reabilitação” e “cura” desses indivíduos. A bancada evangélica, juntamente com a ruralista e a católica, segmentos dominantes da economia e da política de meados do século XX, foram os grandes responsáveis por ditar as normas de moralidades para toda uma sociedade brasileira que se erguia fortalecida nas bases do consumismo do capitalismo exacerbado, esse mesmo capitalismo que hora exploraria diversos segmentos da sociedade para beneficiamento próprio dos que o dominam, quando conveniente também os silenciavam.

A partir do final do século XX, o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas por um milenarismo de olho no capital. E a homossexualidade foi alvo fácil de um novo fundamentalismo político-empresarial — que a tornou bode expiatório da generalizada crise de esgotamento moral daqueles dias e, assim, uniu bancadas políticas díspares de evangélicos, ruralistas e católicos contra a “decadência moral”. (Trevisan, 2018, p. 11).

Assim, quando o clima econômico e os debates sociais pareciam propícios e mais ainda, ansiosos para novos debates, a homossexualidade servira de bode expiatório, principalmente na produção televisiva brasileira. Atrizes performaram exagerados trejeitos homossexuais, o carnaval brasileiro que ganhava cada vez mais espaço em nossa sociedade e no imaginário internacional do ser brasileiro também aderiram a essa “performance homossexual”, contudo, tudo não passavam de pequenos experimentos, sendo experimentos teriam um prazo de validade e de controle sobre o que seria exposto.

A verdade é que a civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados. Em outras palavras, sempre que a minha situação não tem saída, a saída é atacar o mal fora de mim (...) A homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos. Sendo a permissividade social basicamente oportunista, a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos, que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais. (Trevisan, 2018, p. 15).

A igreja e seus segmentos aliados é claro protestavam contra essa exposição da homossexualidade, contudo, o lucro é o centro do ideal capitalista (Marx, 2013), preocupados com as perdas que estavam sujeitos abriram mão de certos ideais para seu ganho, a estratégia então, seria mostrar as homossexualidades de forma controlada, sob a atenta vigilância para não ultrapassarem os limites morais da sociedade brasileira.

Por sua vez, Green (2000) aponta que as relações entre homossexuais e seus familiares, em muitos casos, são guiadas pelos ideais do oportunismo consumista, os familiares estão dispostos a “aceitar” e conviver com esse indivíduo, desde que este performe os padrões de masculinidade, em contrapartida a essa “aceitação” se faz necessário a colaboração monetária para as despesas da casa.

Quando uma família descobre que um filho é gay, pais e parentes podem vir a tolerar esse fato, contanto que ele não seja abertamente efeminado e que as pessoas fora da família não saibam. Muitas vezes, está implícita uma política do “não pergunto, não me conte”. Ainda é comum que um homem adulto continue a viver com seus pais, contribuindo para a renda familiar e saindo com amigos gays nos fins de semana, sem jamais mencionar a existência de um namorado ou detalhes de sua vida social à sua família (...). A família aprende a suprimir as eternas perguntas sobre namoradas ou planos de casamento, para não ter de ouvir muitos detalhes que possam romper essa trégua silenciosa ou pôr em risco a renda suplementar que um filho solteiro pode prover. (Green, 2000, p. 27).

Neste mesmo estudo, Green fará uma recapitulação histórica das perseguições enfrentadas por homossexuais, buscando nos discursos e nas legislações os caminhos que foram traçados para tais perseguições. Fica evidente, que, na história das legislações deste país nunca houve uma lei que condenasse as homossexualidades, contudo foram utilizadas outras artimanhas e legislações para justificar tais perseguições.

O governo republicano de 1889 aprovou um novo Código Penal, em 1890, que mantinha a discriminação da sodomia. Embora não punindo explicitamente as atividades eróticas entre pessoas do mesmo sexo, a nova lei buscava controlar tais condutas por meios indiretos e restringia o comportamento homossexual de quatro maneiras distintas. O Artigo 266 referia-se a “attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral” e a punição era “de prisão celular por um a seis annos”. Esse artigo foi em geral aplicado em casos envolvendo relações sexuais entre adultos e menores incluindo homens adultos com meninos (...). O quarto método para regular as manifestações públicas de homossexualidade era prender uma pessoa por vadiagem. O Artigo 399 do Código Penal de 1890 definia a vadiagem como “deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mistér em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover á subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes”. (Green, 2000, pp. 57-58).

Do mesmo modo aconteceu em todos os outros períodos da história deste país, a perseguição aos homossexuais sempre basearam-se na manutenção da moral e dos bons costumes, sempre baseado em legislações já existentes, não havendo uma legislação própria que a condenasse. Na ditadura civil-militar de 1964 essa perseguição se intensificou, com a justificativa de que era necessário manter a boa moral dos cidadãos brasileiros. Percebe-se então, que o silenciamento das homossexualidades fora estruturado nos interesses políticos e econômicos, por isso o apagamento da *história oficial* do Estado brasileiro, causando assim

uma desigualdade historiográfica, gerada pelo não reconhecimento de narrativas que evidenciam as participações e vivências homossexuais. Essa ausência de reconhecimento das desigualdades estruturais reforça processos de silenciamento e marginalização, que afetam diferentes populações em suas lutas por direitos e reconhecimento social.

Ao pensar sobre a linguagem que o Estado tem adotado para construção da história oficial do país, Lima (2022, p. 92) afirma que “a linguagem oficial do Estado é marcada pela exclusão da população dos seus discursos oficiais”. Ainda sobre o assunto, Lima (2022) recorre às questões levantadas por Cavalleiro (2005) ao apontar a forma como o Estado brasileiro lidava com desigualdades sociais, nomeadamente, as de cunho racial, para entender os processos de silenciamento que essa população enfrentou. Semelhante tratamento pode ser observado referente às questões das homossexualidades nos processos discriminatórios e de exclusão pelos quais passaram.

Essa questão encontra eco nas reflexões de Michael Pollak sobre memória e exclusão, quando observa que determinados sujeitos, sistematicamente marginalizados, foram deliberadamente silenciados na historiografia e nas memórias oficiais:

Compreende-se por que certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS — os criminosos, as prostitutas, os “associais”, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais — tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das “memórias enquadradas” e não tenham praticamente tido voz na historiografia. Pelo fato de a repressão de que são objeto ser aceita há muito tempo, a história oficial evitou também durante muito tempo submeter a intensificação assassina de sua repressão (Pollak, 1989, p. 12-13).

Essa observação de Pollak (1989) nos permite compreender como o silenciamento sobre os corpos e identidades dissidentes<sup>3</sup>, na ditadura militar e nos processos de redemocratização do país, não é um fenômeno isolado, mas um mecanismo recorrente na produção da memória histórica. Assim como homossexuais, ciganos, e outros grupos foram conscientemente excluídos da memória oficial sobre o nazismo (Pollak, 1989), também no contexto brasileiro é possível perceber como determinadas trajetórias foram invisibilizadas, sobretudo, aquelas que não correspondiam ao perfil hegemônico de combatente político masculinizado e despido de qualquer fragilidade (como os indígenas, negros, e as mulheres).

O apagamento da presença de homossexuais dos espaços que, teoricamente, não lhes pertencem revela tanto a seletividade da historiografia quanto a força de uma memória enquadrada, que privilegia determinados sujeitos e experiências enquanto condena outros ao

---

<sup>3</sup> Entendemos dissidências como a recusa às normas de gênero e sexualidade (Preciado, 2014; 2018), a ruptura da norma, pensando a partir da heteronormatividade como regime regular (Butler, 2019).

silêncio, corroborando com Trouillot (2016, p. 51) que afirma que “as teorias da história na verdade privilegiam um dos lados, como se o outro não importasse”, sendo então essa seletividade um dispositivo da manutenção do poder, uma ferramenta para manter um seletivo grupo no comando (da política e economia, por tanto do poder e da construção da história oficial) enquanto condena outros ao esquecimento.

A constatação de que determinados corpos dissidentes foram sistematicamente apagados da memória coletiva e da historiografia, reforça a necessidade de investigar histórias de grupos e atores políticos que romperam com os padrões comportamentais, socioculturais e com a mentalidade coletiva determinados pelas forças opressoras do regime militar. O apagamento desses corpos insere-se na dominação comportamental, o Estado atua junto a outras estruturas para padronizar os comportamentos socialmente aceitáveis, enquanto marginaliza e, conseqüentemente, silencia grupos que não comungam com esses padrões. Foucault (1994) analisa esses comportamentos a partir do conceito de docilização dos corpos, que, segundo ele, é utilizado para tornar os corpos dóceis, úteis e suscetíveis à dominação e as transformações dos seus comportamentos. Do mesmo modo, podemos analisar como o regime militar atuou para controlar os corpos homossexuais ao ponto de apagá-los da historiografia deste período.

Trouillot (2016) sugere que a história é construída a partir da participação de atores sociais e como essa construção parte de uma seletividade dos fatos, que, portanto, silenciará uma parte das narrativas. Insere-se aqui a importância de analisar os fatos, da ditadura, a partir de uma outra versão da história, privilegiando atores sociais, que em suas trajetórias de vida contribuíram para a construção de uma história coletiva, mesmo que essa passe pelos processos de apagamentos aqui analisados.

Sobre os estudos de trajetórias de vida, Lima (2022) aponta que as trajetórias de vida dos indivíduos, a relação de ligação entre núcleos familiares e o contexto em que se está inserido não devem ser analisadas separadamente em estudos deste cunho. Deste modo, podemos pensar a trajetória de Herbert Daniel a partir do contexto em que ele estava inserido, a fim de compreender como o cenário sociocultural, político e econômico criou condições ou limitou suas ações e como estas impactaram a cena política pública e a vida coletiva naquele momento. Considerando, portanto, o papel do coletivo na construção das experiências individuais que, por sua vez, mobilizam a agência de diversos atores sociais nos processos históricos.

Ainda baseado nas contribuições de Lima (2022), fundamentadas nas teorias de Norbert Elias (1993), é possível afirmar que o estudo das trajetórias de vida não podem ser realizados sem a observação do todo à sua volta. Pois, partindo desta visão, o indivíduo sozinho não

transforma o meio em que está inserido, ele depende das condições sociais, políticas e coletivas para transformá-las. Importa ressaltar, que o que temos privilegiado não são as ações isoladas de Herbert Daniel, mas pensá-las a partir de uma coletividade de ações e como essas transformaram o contexto social e político da época.

Os estudos de trajetórias de vida e biografias, portanto, esforçam-se na análise de como os fatores do contexto histórico influenciaram e marcaram trajetórias individuais. Deste modo, podemos questionar em que medida a atuação de Herbert Daniel, durante a ditadura militar, pode ter contribuído para os desdobramentos políticos e as mudanças que envolveram a comunidade homossexual naquele momento. Podemos refletir sobre como os escritos de Herbert influenciaram o cenário político e sociocultural, ao passo em que romperam com os padrões do pensamento opressor. Em última instância, esta pesquisa considera a possibilidade de pensarmos sobre as contribuições de Herbert Daniel para os processos de redemocratização do país, sobretudo, nas pautas relacionadas aos direitos das pessoas homossexuais e à garantia de sua cidadania.

Neste trabalho, a trajetória de vida de Herbert Daniel é analisada a partir de uma abordagem qualitativa (Minayo, 2002), na qual a compreensão dos significados, motivos e aspirações, como também do contexto sociocultural que levaram às tomadas de decisão, são centrais. Nos utilizaremos do termo resistência, partindo de uma análise de Butler (2019) que aproxima o termo com agência, ao qual define como a capacidade de intervir nas normas que nos constituem, a partir de repetições que variam e ressignificam um fato ou coisa. Butler (2019) também destacou a importância da performatividade dos sujeitos como objeto para se opor/resistir às estruturas normativas, assim, analisaremos as ações de Herbert Daniel como formas de resistência, ao passo que elas em sua maioria questionam as normas padrões.

Tratando-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, a maior parte dos materiais consultados e analisados são oriundos, principalmente, de fontes terciárias (Lakatos; Marconi, 2017; Gil, 2008), ou seja, são materiais que já passaram por tratamentos de outros pesquisadores. Nesse sentido, esta pesquisa trabalhou a partir de recortes e questões levantadas por outros pesquisadores. Empenhando-se, contudo, em fazer desse material um ponto de partida que permitiu estabelecer um recorte e questões próprias, bem como realizar outros cruzamentos entre dados, informações, histórias, eventos e discursos sobre a ditadura militar. Nos levantamentos bibliográficos a pesquisa priorizou trabalhos que abordassem a vida de Herbert Daniel, com foco naqueles que discorriam sobre seu papel nas militâncias organizadas e sua atuação política durante o regime militar. Paralelamente, obras cujas pesquisas que tratam

da comunidade LGBTQIA+ durante a ditadura militar também foram privilegiadas, tendo seus dados complementados por outras fontes com abordagens mais gerais sobre o período.

Tais materiais foram tomados como discursos sobre o período da ditadura militar, mas também como discursos que constituíram esse período e o entendimento sobre o que ele foi e não apenas sobre o que representou. Aqui, os textos não são apenas fontes de dados, mas também peças de análise e caminhos para visibilizar discursos não oficiais e narrativas apagadas ao se falar sobre ditadura militar no Brasil, como já foi dito. Partindo das ferramentas oferecidas pela análise do discurso, este trabalho “está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 67), buscando compreender as construções narrativas e as práticas de silenciamento elaboradas pelo Estado a partir deste recorte histórico.

Para a construção do referencial bibliográfico deste trabalho, foram realizadas buscas e levantamentos nos repositórios acadêmicos online, a fim de encontrar trabalhos que versassem sobre a vida de Herbert Daniel e a comunidade homossexual no período ditatorial. Para esta pesquisa, foram utilizadas plataformas como Scielo e Google Acadêmico, neles encontramos artigos, teses e outros gêneros que apresentavam análises da comunidade homossexual na ditadura militar e acerca de aspectos da vida de Herbert em suas mais distintas nuances. Entre os levantamentos bibliográficos foram encontrados também livros de autores como Renan Quinalha (2021) e James Naylor Green (2018 e 2022), autores centrais para os debates das homossexualidades no período ditatorial e para as discussões referentes a vida de Herbert Daniel, por essa razão tempos privilegiado suas análises na construção deste trabalho.

Recorremos também aos escritos do próprio Herbert Daniel, seja em seus livros ou em textos publicados em revistas e jornais, bem como entrevistas cedidas a outros jornais da época. Cabe ressaltar que não conseguimos acesso a boa partes das obras de Herbert, uma vez que estas não estão disponíveis no meio digital e possuem um reduzido número de impressões. Os principais contatos que tivemos com a obra de Herbert está nas citações dos trabalhos que analisamos para a construção deste trabalho, principalmente a sua biografia “Revolucionário e Gay” de James Green. Dois importantes achados foram o repositório do Grupo Dignidade, que disponibiliza todas as edições do Boletim ABIA, onde Herbert fora um dos principais autores, escrevendo sobre temas variados e a revista Pensar Verde, do Partido Verde (PV), que elaborou uma edição especial sobre Herbert Daniel, contendo entrevistas e relatos de seus colegas de militância.

Encontramos ainda os trabalhos “*O HIV como “um vírus da imunodeficiência humana”*: *Herbert Daniel e sua interação com os discursos sobre a AIDS como doença dos “grupos de risco”* de Cláudio José Piotrovski Dias; *O “eu narrável” e o “eu narrado” em Adriana Cavarero: as narrativas de vida de/sobre Herbert Daniel* de Marcus Antônio Assis Lima e *Qual o corpo de Herbert Daniel daria um romance? uma análise semiolinguística* de Alan Martins e Marcus Antônio Assis Lima. Todos esses textos têm como tema central as contribuições de Herbert Daniel para outras áreas, principalmente para o campo da linguística, mas que não serão explorados e priorizados dentro do escopo deste trabalho.

Os materiais reunidos ao longo dos levantamentos foram organizados e agrupados em três tabelas (em anexos) com o intuito de fazer uma catalogação preliminar. A partir disso e da leitura do material foi possível observar que os materiais poderiam ser organizados em grupos delimitados por momentos emblemáticos e de relevância política da vida de Herbert Daniel durante a ditadura militar e o período de redemocratização. Esses momentos ou períodos de sua trajetória foram classificados para estudo da seguinte maneira: um primeiro período marcado pela participação de Herbert na guerrilha armada; um segundo momento delimitado a partir de sua experiência no exílio e de suas contribuições ao movimento homossexual e à política brasileira; e um terceiro momento no qual se destaca sua conhecida militância em defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids.

Nesse sentido, esforçamo-nos em evidenciar as participações e contribuições de Herbert Daniel nos processos de redemocratização do país, partindo desde a resistência ao regime militar, as contribuições para o emergente movimento homossexual, à política nova e ao movimento de conscientização dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

## 2 DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À REVOLUÇÃO ARMADA: O APAGAMENTO DA SEXUALIDADE

*“Anos a fio, carregando a pecha de terrível ‘terrorista’, um pânico me assombrou: que ‘descobrissem’ que eu ERA! Vivi um quase pesadelo, pensando que os jornais, que certa vez me classificaram de ‘braço direito de Lamarca’, poderiam estampar esta manchete assustadora: “Guerrilheiro Bicha”. Ou: “O terrorista era um tremendo invertido””*

*Herbert Daniel apud Green, 2018*

Herbert Eustáquio de Carvalho, nome de batismo, ou Herbert Daniel, um de seus codinomes de luta, pelo qual ficou mais conhecido, nasceu na cidade de Bom Despacho (MG) em 1946 - primeiro de três filhos de dona Geny Brunelli de Carvalho e Geraldo de Carvalho. Seu pai, segundo a maioria das obras que retratam a vida de Herbert Daniel, era um homem afrodescendente e atuava como cabo da polícia militar e radialista, sua verdadeira paixão, onde trabalhou ao longo de anos, ficando conhecido como Gê de Carvalho, já sua mãe era uma dona de casa com descendência italiana, e por essa miscigenação Herbert Daniel não se declarava como branco. Herbert se destacou por ser muito estudioso, de família oriunda da classe trabalhadora, sempre percebeu o valor da educação formal como meio para conseguir uma mobilidade social em termos econômicos. Talvez, por esse motivo, optou por cursar medicina, curso de grande prestígio e valorização remuneratória na sociedade brasileira (Gigante, 2023).

Dona Geny e seu esposo viviam em Belo Horizonte, até que em 1946, ano do nascimento de seu filho Herbert, Geraldo fora designado para trabalhar na cidade de Bom Despacho, onde permaneceram por um curto período de tempo, retornando em seguida para Belo Horizonte. No ano de 1965, aos 18 anos de idade, Herbert Daniel ingressou no curso de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), renomada faculdade do Brasil da época e ainda hoje. Excelente aluno, destaque entre seus colegas, com as melhores notas da turma, Green (2018, p. 53) ao analisar seu histórico acadêmico da faculdade aponta: “Herbert concluiu o segundo ano de faculdade em dezembro de 1966 com um registro notável, recebendo a nota máxima (10) em Bioquímica, Fisiologia, Patologia Geral”, sua vida acadêmica seguiu assim até que, em 28 de março de 1967, filiou-se a *Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP)* e ao longo daquele ano fora deixando seus estudos de lado para dedicar-se ao movimento estudantil.

## 2.1 O Jovem Herbert Daniel e o Movimento Estudantil Na Ditadura Militar

Joelma Oliveira (2007), em sua tese de mestrado em sociologia apresentada ao departamento de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, afirma que a POLOP surge no Brasil, primeiramente como *Partido Operário Revolucionário*, num contexto de intensos debates que tomavam conta de toda a América Latina:

Na década de 1950 houve profundos debates na esquerda latino-americana. O fundamento das divergências estava nas relações que seriam estabelecidas entre os países imperialistas, industrializados do Norte, fundamentalmente os EUA, com os países subdesenvolvidos, agrários do Sul. Tanto comunistas quanto socialistas identificavam no imperialismo alguma espécie de impedimento. Para uns existiam conflitos, mas não necessariamente contradições de interesses; para outros, barreira ao desenvolvimento da economia nacional (Oliveira, 2007, p. 19).

A principal questão que estava em debate naquele momento era o imperialismo e o controle dos países desenvolvidos do norte global, sobretudo os Estados Unidos da América, sobre os países subdesenvolvidos do sul global. Nesse contexto de intensos debates os ideais comunistas fortaleceram-se por toda a América Latina, fortalecendo-se nas bases do operariado e do campesinato. Surge no Brasil, entre finais da década de 1950 e início de 1960, uma série de correntes que iam contra os ideais reformistas da esquerda brasileira, principalmente as advindas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), são nessas correntes que surge a POLOP e a Política Operária, “o 1º Congresso da POLOP ocorreu na cidade de Jundiaí entre os dias 16 e 19 de janeiro de 1961 e marcou o início da organização. Sua fundação foi iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro que desde 1959 editava um boletim quinzenal chamado Política Operária” (Oliveira, 2007, p. 52).

A POLOP acreditava na unificação dos trabalhadores do campo e da cidade para enfim vencer o imperialismo e a dominação do Estado. Tiago Oliveira, em sua dissertação de mestrado em história da Universidade Estadual de Feira de Santana, indica ainda dois problemas centrais que a POLOP identificava no Brasil, o primeiro está atrelado ao imperialismo das atividades industriais no país, “o capital internacional teria deformado a evolução econômica brasileira quando se apossou de setores básicos da mesma e, associando-se à burguesia nacional, multiplicou as formas de extorsão da mais-valia resultando em brutal exploração da classe operária, bem como da pequena burguesia” (Oliveira, 2015, p. 42), e o segundo dizia respeito a exploração da terra, realizada ainda através do latifúndio monocultor, “suas características eram o preço absurdamente baixo da mão de obra, o cultivo extensivo da terra com gêneros tropicais e matérias-primas para o mercado externo” (Oliveira, 2015, p. 42).

Nas literaturas consultadas não dizem exatamente em que momento a POLOP deixou de ser um partido e passou a ser uma organização, mas ao observarmos o contexto político brasileiro, podemos imaginar que seja por volta de 1965, quando é lançado o Ato Institucional nº2 (AI-2), que acabava com os partidos existentes, criando dois únicos partidos, o Arena e o MDB. Importa ainda destacar, que uma das estratégias da POLOP era a política/militância de massas, por isso sua união com os movimentos sociais como o movimento estudantil, importante articulador das massas naquele período.

Dona Geny, em entrevista a Green (2018) afirma que Herbert desde muito pequeno gostava de ler, prática que levou para toda a vida. Herbert sempre demonstrou interesse por política, na faculdade, buscava com seus amigos livros, revistas e folhetos que abordassem essa temática (que circulavam em segredo), principalmente aqueles referentes ao marxismo. Após muito estudar sobre as teorias marxistas e as revoluções que estavam caminhando em sua volta, “Herbert havia adquirido um capital cultural rico, que se desenvolveu ainda mais e foi refinado à medida que ele absorvia novas ideias radicais na universidade” (Green, 2018, p. 49), foram essas ideias radicais que o levaram a se aproximar de militantes da POLOP despertando assim seu interesse em participar dessas organizações.

No ano de 1967 também as manifestações contra a ditadura expandiram-se significativamente pelo país, e ao passo que Herbert se envolvia ainda mais no movimento estudantil e nos estudos marxistas, seus amigos que já participavam da POLOP perceberam seu interesse e o convidaram para participar da organização. Na POLOP, Herbert logo passou a desenvolver importante papel entre os militantes, como possuía excelente referencial teórico pelas incansáveis leituras que realizava, era ele o responsável por ministrar “cursinhos formativos” para instruir os novos integrantes. Neles eram ministrados conteúdos a respeito das teorias políticas e acadêmicas, sobretudo as teorias marxistas, as quais orientavam e estruturam a ideologia e alinhamento político adotados pela organização (Green, 2018).

O pesquisador independente Israel Pechstein (2015), em sua análise de *Passagem para o Próximo Sonho*, obra de Herbert Daniel, aponta que a esquerda brasileira do período ditatorial (1964-1985) era dominada por preconceitos, principalmente referentes às sexualidades, que à época representava um “desvio pequeno-burguês”. Percebendo isso, ao adentrar ao movimento revolucionário se deparou com uma grande questão, a sua (homo)sexualidade. Herbert apontará mais tarde em seu livro *Passagem para o Próximo Sonho*, que ele deveria fazer uma escolha, fazer revolução ou viver sua sexualidade:

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é puramente ‘pequeno-burguesa’, para não dizer ‘racionária’ - , ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria ‘esquecer’ minha sexualidade (Daniel *apud* Green, 2018, p. 66).

Essa escolha de abdicar sua (homo)sexualidade é marcada pelo intenso preconceito propagado pela esquerda, principalmente a armada, naquele período, que não permitiam tais identidades em seus quadros de militância (Pechstein, 2015).

Enquanto ainda estava na faculdade de medicina da UFMG, e concomitantemente envolvido nas atividades na POLOP como os cursinhos formativos e as ações da militância anti ditatorial, Herbert também participava do Show Medicina, teatro organizado por alunos e professores da faculdade. Herbert, além de participar da produção de peças de diferentes artistas, elaborou e dirigiu peças de grande sucesso no Show Medicina. Nesta outra frente, ele alinhou seu talento de escrita e comentador de filmes, prática experienciada desde a sua infância quando escrevia resenhas de filmes para a rádio local, onde seu pai também era radialista.

O ano de 1968 foi marcado por processos cada vez mais ativos de insurgências do proletariado brasileiro, principalmente pelas grandes greves e paralisações. Em 16 de abril, 1600 operários da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, localizada em Sabará (MG), paralisaram os trabalhos para visibilizar suas demandas salariais que incluíam um aumento de 25% no salário. Três dias depois, a paralisação chegou à Companhia Nacional de Energia Elétrica, localizada na região de Catanduva e Novo Horizonte (SP), e no dia seguinte paralisaram-se também os trabalhos na Mannesmann, de Belo Horizonte (MG) e outras empresas, até se somarem cerca de 15 mil trabalhadores em greve, os autores que abordaram essas greves, apontam que as ações não trouxeram os resultados esperados pelo operariado. Toda essa conjuntura política adensava os movimentos contra-ditatoriais e os fortaleciam entre as classes trabalhadoras, evidenciando o descontentamento desse segmento com a gestão governamental do período militar (Antunes; Rident, 2007).

Esses e outros acontecimentos que vieram a acontecer em 1968 não foram um fato isolado do cenário brasileiro. Osvaldo Coggiola (2018), professor da Universidade de São Paulo (USP), afirma que 1968 foi um ano de intensas movimentações por todo o mundo, as mudanças que ocorriam após o fim da Segunda Guerra Mundial influenciaram no cenário político de diversos países. A economia mundial enfrentava uma grande instabilidade, a França que naquele momento estava em acelerado crescimento econômica passou logo no início de 1968

por eventos que levariam a uma crise mundial ainda maior. Coggiola aponta algumas questões que levaram a crise na França, que ficou conhecida como maio francês:

O maio francês concentrou elementos que, noutras latitudes e eventos, apareceram dispersos ou só esboçados: o papel detonador do movimento estudantil, a participação (central, no momento álgido do confronto) da classe operária, distinguida do conjunto das “classes populares”, o questionamento de todas as formas de vida social precedentes, o papel central do “desejo”, o forte apelo do anti-imperialismo e da luta anticolonial, o questionamento do regime político (Coggiola, 2018).

Estava posto então o importante papel das mobilizações sociais por todo o mundo, visto sobretudo pela força do movimento estudantil e a classe operária. O maio francês desencadeou por todo o mundo uma série de revoltas populares, questionando sobretudo os regimes políticos opressores que dominavam naquele momento.

O Movimento Estudantil brasileiro, principalmente os de base, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Estadual dos Estudantes (UEE's), foram os grandes encabeçadores dos movimentos revolucionários contra ditatoriais, por serem esses os segmentos que estavam nas escolas e nas universidades, pensando a ciência e construindo pensamento crítico. O Movimento Estudantil (ME), que por toda parte se organizava e se fortalecia por seu histórico de luta e forte adesão aos movimentos sociais, fora perseguido desde o início do regime militar. Foram os estudantes os responsáveis por organizar manifestações gigantescas como, por exemplo, a “Passeata dos Cem Mil (20 de junho de 1968)”, realizada em protesto contra a violência do regime militar que acabou por ceifar a vida do estudante secundarista Edson Luís<sup>4</sup>, em 28 de março de 1968 na cidade do Rio de Janeiro, onde estudantes protestavam contra as más condições do Restaurante Central dos Estudantes, popularmente conhecido como Calabouço. Com a escalada da violência e repressão do regime militar, essa juventude se viu obrigada a lutar por seus direitos, cerceados pela intensa perseguição e censura a seus movimentos, o que os levou a se organizarem como movimentos revolucionários clandestinos<sup>5</sup> (Vasconcelos, 2015; Santos, 2009; Monteiro, 2018).

Rômulo Pereira (2013, p. 18) - historiador e pesquisador, em sua dissertação de mestrado afirma que “a década de 1960 foi marcada por fortes mobilizações políticas, os indivíduos eram tomados pelo desejo de realizar as reformas de base e assumirem posturas políticas radicalizadas”. Tal percepção traz à tona o contexto político e social que o Brasil

---

<sup>4</sup> Edson Luís de Lima Souto (1950-1968), era original da cidade de Belém do Pará e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro para estudar.

<sup>5</sup> Em muitos estados, como Minas Gerais, os movimentos estudantis passaram a ser perseguidos e de certo modo proibido nas universidades, corriqueiramente as mais diversas literaturas apontam esse fato como marco na transição para a clandestinidade e para o início de uma ação mais radical desses movimentos.

enfrentava na época, afirmando, ainda, a participação da juventude nos processos de transformação. Pereira (2013, p. 18) também ressalta que “muitos dos adolescentes que tomaram o caminho da luta armada tinham a esperança de que a revolução traria a reboque outras transformações, ou seja, mudanças que solucionariam também seus problemas pessoais”, era na esperança desses jovens que as organizações revolucionárias se fortaleciam e ganhavam espaços.

Em 1968, influenciados pelos ideais revolucionários de Régis Debray e Che Guevara, companheiros de luta na revolução cubana, foram os principais pensadores no que vieram a chamar de “modelo de revolução latino-americana”. Che Guevara foi assassinado em 7 de outubro de 1967 por um soldado boliviano, enquanto Debray encontra-se vivo até os dias de hoje. O modelo de guerrilha elaborado por Che e Debray se espalhou por diversos países que também passavam por processos de revoluções populares e que acreditavam na revolução por meio da guerrilha rural. Em setembro de 1967, líderes da POLOP dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro reuniram-se no *IV Congresso Nacional da POLOP* numa casa de praia no litoral de São Paulo para debater os caminhos que seguiriam a partir daquele momento, uma das principais pautas era a adesão à luta armada ao qual principalmente os líderes de Minas Gerais acreditavam ser iminente. Derrotados pela maioria dos votos, os líderes que defendiam a via de revolução armada lançaram uma “Carta aberta aos revolucionários” onde assinalavam que:

uma radicalização estava acontecendo em todo o mundo, especialmente na América Latina. O Brasil e a América Latina eram diferentes da Europa... ‘Enquanto a direção nacional tem o seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada - como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura - terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilha’ (Green, 2018, p. 68).

Essa carta primeiro aponta para os diferentes tipos de ideais de revolução, enquanto que parte dos militantes da POLOP acreditavam na “insurreição urbana”, ou seja, acreditavam que essa revolução deveria partir das grandes cidades, onde concentrava-se as massas proletárias e os centros de poderes do Estado. Outra parte dos militantes acreditavam que a revolução deveria ser feita no campo, em confrontos diretos por meio das guerrilhas armadas no campo, inspirado nas revoluções que aconteciam em outros países latino-americano, como Cuba. Em segundo lugar, aponta um rompimento entre a POLOP Nacional e alguns membros, principalmente partindo dos militantes de Minas Gerais, dentre os quais estava Herbert, pois os dissidentes acreditavam na necessidade iminente da revolução armada em campo, muito inspirados nos ideais de Che e Debray, mobilizados pelas leituras e debates que esse núcleo realizava.

## 2.2 Herbert Daniel e a Luta Armada Nas Organizações Revolucionárias

Nasce a partir dessa cisão a “Organização” ou “O.”, organização esta que buscaria aplicar de forma mais efetiva as táticas de combate, primeiro para levantar fundos e depois para a implementação de estratégias de guerrilha. Herbert participou ativamente dos debates que se seguiram após o congresso que levou à cisão e fundação da O., participou inclusive em julho de 1968 do congresso que estabeleceu a O. como uma entidade nacional. Nesse meio tempo, Herbert não assumiu grandes papéis e funções nas organizações às quais se integrou, além da participação nos debates, mas continuou ministrando os cursinhos formativos para os novos militantes (Green, 2018).

Ítalo Rodrigo Cordeiro (2010), discutindo sobre as revoluções na América Latina da década de 1960 e a influência de Régis Debray para a criação do foquismo, destaca que, inspirados em Frantz Fanon<sup>6</sup>, Debray e Guevara justificavam o uso legítimo da violência desde que ela partisse dos ideais revolucionários e fosse utilizada para “o bem maior”. Eles acreditavam que o momento ideal para a revolução poderia nunca chegar, contudo, existiria a possibilidade desse momento ser criado por meio de movimentos de guerrilha rural, como também pensado a partir de pequenos focos. Surge daí a ideia de “foquismo”, que consiste em estruturar a guerrilha em pequenos focos, espalhadas em diferentes partes do território que ocupavam (Cordeiro, 2010).

A Organização ou “O.”, fundada com a cisão da POLOP, aplicava seus esforços nos movimentos que levariam às lutas de guerrilha armada, visto que os militantes que se aliaram a essa organização acreditavam veementemente que o Brasil deveria seguir o exemplo de outros países que haviam passado por revoluções engendradas pela luta armada e que obtiveram êxito. Uma das experiências revolucionárias de grande influência no cenário brasileiro e latino-americano foi a Revolução Cubana.

A Revolução Cubana (1953 - 1959) foi um grande movimento de insurreição das massas trabalhadoras contra ditadura militar que se instalaram em Cuba. A Revolução Cubana ficou conhecida em toda América Latina primeiramente pela sua vitória contra o regime militar ao destituir do poder em 1959 o ditador Fulgencio Batista, e secundamente pelas suas estratégias de combate às forças militares, marcada pelas guerrilhas rurais. Jean Sales (2011, p. 100), ao

---

<sup>6</sup> Psiquiatra e filósofo dedicado aos estudos pós-coloniais, a teoria crítica e ao marxismo, possui um vasto estudo sobre as estruturas coloniais e raciais.

discorrer sobre a Revolução Cubana afirma que: “Cuba apoiou claramente grupos que propunham o desencadeamento da luta armada no continente por meio da guerra de guerrilhas. Fazia isto, entre outros meios, por meio do treinamento guerrilheiro oferecido a diversos agrupamentos, o que era contrário à linha adotada pelos comunistas”, dado que demonstra além da influência dos ideais cubanos o seu apoio aos países latino-americanos que também passaram por regimes ditatoriais.

Para que as estratégias de guerrilha que desejava-se aplicar aqui no Brasil funcionasse, era preciso que fossem seguidos uma série de passos, como, por exemplo, expropriações de bancos, para levantamento de fundos que seriam usados para possibilitar os próximos passos e subsidiar suas ações, tais como: compra de armas e munições para implementação de campos de treinamento; financiamento de viagens de militantes a outras cidades e estados para negociarem apoio e abrigos para os militantes na clandestinidade se manterem escondidos e seguros (Green, 2018).

Um diferencial na “rotina” revolucionária de Herbert Daniel, foi a sua participação nas ações armadas. Ele, que até então não havia tido grande destaque nas ações diretas, começou a demonstrar mais interesse no projeto revolucionário com a nova função. Em suas palavras: “Comecei bem 1969, fazendo minha primeira ação armada, com todo entusiasmo e um pouco de ignorância. Desta vez — a gente se alegrava — estamos começando a fazer ‘alguma coisa’. A Organização, uma entre tantas, ‘partira para a luta (armada)’” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 96).

Seguindo a estratégia de arrecadar fundos, a O. organizou duas expropriações de bancos, todas bem-sucedidas. As operações aconteciam sempre nos horários menos movimentados das instituições, com poucos integrantes ao qual se deviam entre os que entrariam nos estabelecimentos e os que prestavam o apoio necessário para a fuga. As operações não duravam muitos minutos, apenas o suficiente para extrair o dinheiro e deixar alguma mensagem, caso houvesse. Green (2018) afirma que em 1968, realizaram sua primeira ação no Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, de onde levaram 20 mil cruzeiros em três minutos de operação. Poucos meses depois foi realizada uma nova operação, desta vez no Banco do Brasil de Belo Horizonte, levando cerca de 10 mil cruzeiros novos.

A segunda ação aconteceu simultaneamente à segunda tentativa fracassada de greve dos trabalhadores de Contagem (MG), sobre isso Green (2018, p. 90) aponta: “O fracasso da greve provavelmente reduziu a área de influência da O. no movimento sindical”, para piorar a situação, uma semana após a expropriação a polícia prendeu dois membros do grupo, era

preciso então agir. Em outubro de 1968, ainda sob influência dos processos de insurgência do proletariado brasileiro desencadeados em abril, como mencionado anteriormente, a O. organizou uma ação mais radical. Atacaram com bombas as casas de dois militares renomados e espalharam panfletos pelas ruas anunciando seu nome novo, *Comando de Libertação Nacional (COLINA)*<sup>7</sup>. A nova denominação foi pensada não só em referência a outros movimentos com nomes semelhantes para, assim, alinhar a organização com movimentos renomados que estavam dando certo em outros países, mas também para que o nome pudesse melhor circular entre pessoas que podiam vir a apoiar as suas causas (Silva, 2009).

Já em 1969, o COLINA organizou sua primeira ação, seguindo os mesmos padrões das realizadas antes da troca de nomes, invadiram simultaneamente, os Bancos da Lavoura de Minas Gerais e o Mercantil de Minas Gerais, localizados em Sabará (MG) região metropolitana de Belo Horizonte, levantando cerca de 25 mil cruzeiros. Apesar dos envolvidos nas operações portarem armas durante as ações, estas ocorriam de forma muito rápida e com o menor uso possível de violência. Herbert, que também migrara para a nova organização, normalmente não participava desse tipo de ação, contudo no momento precisou substituir um companheiro que de última hora não conseguiu participar, na ocasião ele portava um revólver calibre .38 (Green, 2018).

Logo após as ações aos bancos, membros do COLINA foram rastreados, presos e torturados<sup>8</sup> pela polícia para conseguirem mais informações sobre o restante do grupo. Quando os demais militantes perceberam o sumiço dos primeiros presos era tarde demais e mais militantes foram presos, colocando em risco a vida daqueles que estavam em liberdade e que ainda permaneciam em Belo Horizonte. Era preciso então fugir da cidade, o destino escolhido por muitos, inclusive por Herbert fora a cidade do Rio de Janeiro, mais movimentada e onde eram menos conhecidos, podendo assim passar despercebidos. Sobre Herbert Daniel, Green (2018, p. 101) afirma que ele escapou por pouco das prisões e que sua fuga fora discreta e encoberta pelas festas de carnaval: “não sabemos muitos detalhes sobre a partida de Herbert de Belo Horizonte, tão pouco sabe sua família, pois ele mantinha suas atividades políticas

---

<sup>7</sup> As mudanças de nomes das organizações eram uma estratégia bastante comum, realizadas sobretudo quando haviam uniões ou separações de organizações ou para despistar a polícia quando o antigo nome estava muito conhecido entre os órgãos repressores.

<sup>8</sup> Era comum o uso de tortura, por parte da polícia, em presos políticos para a obtenção de informações que os levassem ao paradeiro de pessoas procuradas e planos das organizações. Dilma Rousseff, em entrevista ao Conexão Repórter em 2016, relata os horrores que viveu enquanto esteve em cárcere: pau-de-arara, choques elétricos, esses são exemplos das torturas enfrentadas pela ex-presidenta do Brasil: Ver entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=PHrmKVPrAbo>; ver também depoimento da Comissão Nacional da Verdade: <https://www.youtube.com/watch?v=FupRtchCB1A>.

clandestinas em segredo. Sabemos que deixou sua casa no início de fevereiro de 1969, embarcando em um ônibus para o Rio”. Green (2018) aponta ainda que ao final de fevereiro de 1969 o COLINA praticamente deixou de existir em Belo Horizonte.

Ao chegar ao Rio em 1969, Herbert foi acolhido por um casal de artistas homossexuais, o abrigo fora providenciado por Maria do Carmo<sup>9</sup>, membro da organização no Rio de Janeiro. Sobre seus anfitriões Herbert escreveu mais tarde: “Fiquei muito excitado e na expectativa, era a primeira vez que via um casal assim, aceito pelos amigos todos” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 104), mesmo não tendo tido nenhum tipo de relação sexual com seus anfitriões, Herbert teve fantasias eróticas com o casal. Ao longo de 1969, Herbert, assim como os demais militantes fugidos de Minas, viveria em diversos esconderijos, o que dificultaria o rastreamento de seu paradeiro.

Em determinado momento, morou com Maria do Carmo e Juarez; em outro dividiu um apartamento com Ladislau Dowbor - eles apreciavam muito a companhia um do outro, bem como as discussões políticas que tinham. Também ficou com Carlos Alberto durante um período naquele ano. Dilma Rousseff lembra-se que, no início de 1969, mudou-se para um apartamento em Copacabana com Iara Iavelberg e, logo em seguida, Daniel juntou-se a elas (Green, 2018, p. 106).

Apesar de trocarem com frequência de esconderijos e as perseguições ainda serem presentes, os militantes encontravam meios de encontrarem e manterem relações sociais e políticas. Herbert gostava particularmente de encontrar suas amigas, em especial Iara e Dilma, nas praias do Rio, onde passavam despercebidos em meio à multidão. As intensas perseguições que as organizações de oposição ao regime militar vinham enfrentando causavam grandes perdas nos seus quadros de militantes, uma vez que muitos deles estavam sendo presos, torturados e mortos pelo regime.

Dilma Rousseff (2021), ex-presidenta do Brasil, primeira e única mulher, até os dias de hoje, a ocupar o cargo. Dilma foi militante de organizações revolucionárias como a POLOP, o Colina e a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (Var-Palmares), participou ativamente como liderança do movimento estudantil e dos movimentos revolucionários contraditatoriais que aderiram à luta armada, contudo sua atuação fora mais voltada para atividades intelectuais, como a conscientização das massas proletárias. Dilma e Herbert se conheceram por volta do ano de 1966, mas se aproximaram quando, em 1967, ambos faziam parte da mesma organização, a POLOP e posteriormente o COLINA (Rousseff, 2021).

---

<sup>9</sup> Maria do Carmo Brito (1943), socióloga, foi militante da Polop em Minas até 1963 quando foi designada para o estado de Goiás onde trabalhou na organização dos camponeses. Após o golpe militar em 1964 ela e seu marido, Juarez Guimarães de Brito, mudaram-se para o Rio, onde Maria ingressou no curso de ciências sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), engajando-se também no movimento estudantil (Green, 2018).

Iara Iavelberg (1944-1971), estudante de psicologia, líder estudantil entre os anos 60 e 70, importante militante dos movimentos revolucionários contra-ditatoriais, participando de diversas organizações como a POLOP e a Var-Palmares. Iara fora uma das poucas mulheres a participar ativamente de ações armadas, como expropriações a bancos e treinamento de guerrilha (Nogueira, 2025; Pamplona, 2009). Green (2018), ao falar sobre a participação de mulheres nas organizações armadas, afirma que Marcelo Ridenti em seu trabalho *O Fantasma da Revolução Brasileira*, calculou que 15% a 20% dos participantes de revoluções armadas eram mulheres e um número menor ainda ocupava cargos de liderança nesses espaços.

Ainda em 1969, quando chegaram ao Rio, Herbert e Dilma foram responsáveis por tentar fortalecer o grupo na cidade, contatando jovens, principalmente os secundaristas, para a organização, assumindo assim papéis de liderança dentro do COLINA. Foram eles, juntamente com outros representantes responsáveis pelas reuniões, que levaram a organização à junção com outras.

Ao observarmos a obra de Green (2018), percebemos que 1969 foi o ano de junções entre as organizações revolucionárias. Em abril, líderes do COLINA - entre eles Maria do Carmo, Herbert e Dilma, reuniram-se com líderes de um grupo do Rio Grande do Sul<sup>10</sup> em uma casa em Teresópolis. Ao final da reunião decidiram adotar o nome *Ex-Colina*, pois tinham interesse em unirem-se à *Vanguarda Popular Revolucionária - VPR*, grupo fundado em 1967 por dissidentes da POLOP de São Paulo, o grupo operava majoritariamente em São Paulo, apoiando o movimento estudantil e realizando expropriações em bancos e roubos de armas.

Nos meses que se seguiram à fundação do Ex-Colina, o grupo se reuniu com lideranças da VPR, para tratar da junção dos grupos. As reuniões que ficou conhecida como a Conferência de Fusão, realizadas em junho e julho de 1969, entre as decisões tomadas foi a convocação para um congresso de unificação adesão de um novo nome, escolheram *Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares)*<sup>11</sup>. A conferência de unificação aconteceu em setembro de 1969, em Teresópolis, durando 26 dias de intensos debates que levariam a um racha do grupo, antes mesmo da junção das forças.

O racha foi causado por dois principais grupos, de um lado o “grupo dos sete”, liderado principalmente por Carlos Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Darcy Rodrigues, José Raimundo da Costa e José Araújo Nóbrega<sup>12</sup>, que acreditavam na revolução armada imediata,

---

<sup>10</sup> As literaturas consultadas não revelam o nome do grupo.

<sup>11</sup> As junções entre essas organizações aconteciam para que com a união de diferentes grupos se fortalecesse a causa comum, a revolução contra-ditatorial.

<sup>12</sup> Todos ex-membros das Forças Armadas.

e do outro, o grupo que acreditava que, para além da revolução armada, era preciso a militância de massa entre o operariado brasileiro. Para este grupo, seria neles que encontrariam maior apoio e força para as mudanças as quais buscavam. Foi nessa discordância sobre estratégias de mobilização, enfrentamento, combate e formas de desmantelamento do regime que Herbert se separou de Dilma Rousseff, sua grande amiga e confidente de anos, pois ela se alinhou com o grupo que tinha ainda esperanças na militância entre os operários. Já Herbert, juntamente com seus amigos Maria do Carmo e Juarez<sup>13</sup>, uniram-se ao grupo dos sete e à esperança de executar estratégias de guerrilha rural, que acreditava serem mais efetivas (Green, 2018).

Dilma Rousseff (2021, p. 26) lembra-se do momento em que ela e seu amigo perceberam que se separariam. Em suas palavras: “Ele iria para a VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], isso porque nós não éramos favoráveis à visão militarista da luta armada. E, naquele instante, revíamos algumas coisas. Mas nós defendíamos, claramente, que, para além dessa divisão, permanecia a nossa amizade” - ficaria, então o sentimento de amor e parceria entre os dois acima das divergências quanto ao alinhamento de perspectivas acerca de como fazer a revolução.

Até esse momento, Herbert acreditava que a revolução armada era a principal forma de combate ao regime militar, para ele a luta armada era um sonho que estava cada vez mais próximo. Em conversa com amigos ele declarou: “vou para alguma coisa séria, para aquilo que nós sonhamos fazer, que é luta no campo” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 130), era o primeiro anúncio de que ele iria para o campo de treinamento de guerrilha.

### **2.3 Rumo ao Campo De Treinamento e a Participação Homossexual Nas Lutas Armadas**

Esta nova organização foi nomeada de *Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)*, mantendo assim o mesmo nome da antiga organização, sua principal ação foi implementar no Vale do Ribeira (SP) um campo de treinamento, onde 18 militantes, entre eles Herbert Daniel, seriam treinados pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca<sup>14</sup>, que havia fugido do quartel onde trabalhava, e que na fuga levou consigo 63 fuzis FAL, 3 metralhadoras leves e munições

---

<sup>13</sup> Juarez Guimarães de Brito (1938-1970), foi esposo de Maria do Carmo, foi militante da POLOP em Minas até 1963 quando foi designado para o estado de Goiás onde trabalhou na organização dos camponeses. Participou após do golpe de 1964, de grupos revolucionários como o COLINA do Rio de Janeiro, para onde mudou-se em 1964, e da VPR.

<sup>14</sup> Carlos Lamarca (1937-1971) grande liderança nos movimentos contra-ditatoriais, foi capitão do 4º Regimento de Infantaria do quartel de Quitaúna em Osasco, por discordar com os caminhos que o exército havia tomado após o golpe militar, filiou-se a VPR e fugiu de seu quartel portando 63 fuzis Fal, 3 metralhadoras leves e munições (Green, 2018).

(Green, 2018). Herbert não encontrava-se entre o corpo diretivo da VPR, contudo, ainda desenvolvia importante papel entre os militantes.

Em 1970, durante os três meses de treinamento Daniel exerceu importante papel, foi uma espécie de liderança entre seus colegas, apaziguando e resolvendo situações conflituosas que faziam parte do cotidiano dos campos de treinamento. Contudo, esta empreitada pouco durou, logo as forças militares descobriram a localização do campo de treinamento e enviaram um destacamento para reprimi-los. Por pouco os militantes não foram pegos de surpresa, rapidamente dividiram-se em pequenos grupos para fugir da região. Daniel fugiu em um ônibus rumo à cidade de São Paulo, “naquela altura, nossa cara, trabalhada pelos insetos, tinha perdido um pouco da urbanidade. Nossas roupas, depois de meses de mochila, tinham um ar miserável e cheiravam mal. Parecíamos camponeses vestidos para uma visita à grande cidade” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 145), assim conseguiram fugir do Vale do Ribeira.

Ao pensarmos no cenário de revoluções e guerrilhas armadas, podemos notar que havia um “padrão” do corpo revolucionário da luta armada que, de modo geral, fora inspirado em Che Guevara, mas que em alguns espaços aqui no Brasil fora inspirado no próprio capitão Carlos Lamarca. Ambos seguem o mesmo padrão físico: másculos, magros, altos e fortes. Herbert, contudo, nunca atendera a esses padrões, era baixo, gordo e nunca apresentou grande aptidão para atividades físicas. Se partirmos dessa imagem do “Homem revolucionário” e do imaginário em torno dessa figura, concluiremos que seria improvável a participação de Herbert em ações revolucionárias que envolvessem porte de armas e esforços físicos. No entanto, contrariando essa lógica e imbuído de sua competência e da insistência em querer, de fato, fazer a diferença, ele participou tanto de treinamentos de guerrilha, quanto de sequestros de embaixadores.

A participação de homossexuais em espaços tidos como revolucionários, pouco é mencionado, entre as pesquisas realizadas, Herbert Daniel foi o único nome mencionado ao pesquisarmos sobre esse assunto. Muito dessa exclusão está associada ao preconceito existente na esquerda brasileira, sobretudo em organizações revolucionárias - como veremos no capítulo três deste trabalho, que gerava uma interdição às homossexualidades nesses espaços. Ao pesquisarmos sobre homossexuais, os temas mais encontrados são referentes a perseguição que essa comunidade enfrentou durante o regime militar e de algum modo as formas de resistências e enfrentamento ao regime militar, que estão atrelados sobretudo as produções nos meios de comunicação e a sociabilização dessas pessoas (Quinalha, 2021).

Mas, não foi apenas por sua determinação e comprometimento com a causa, por ser um militante aguerrido, que Herbert Daniel conseguiu atuar na frente de luta armada. Foi também por ter disciplinado seu corpo para performar o ideal de masculinidade vigente na esquerda revolucionária, através da contenção de sua sexualidade.

Anos a fio, carregando a pecha de terrível ‘terrorista’, um pânico me assombrou: que ‘descobrissem’ que eu ERA! Vivi um quase pesadelo, pensando que os jornais, que certa vez me classificaram de ‘braço direito de Lamarca’, poderiam estampar esta manchete assustadora: “Guerrilheiro Bicha”. Ou: “O terrorista era um tremendo invertido”... Na época a gente imaginava que essas coisas eram ofensivas e “taras sexuais” eram reservas (i)morais da Pátria da direita. À esquerda éramos abstratos, voláteis, imunes: o corpo-militante era o corpo de um anjo exterminador de sexo exterminado. Não é por outra razão que eu - e todos!- silenciava. Bicha admissível, só a caladinha (Daniel *apud* Monteiro, 2018, p. 94).

Ao silenciar-se, Herbert disciplinava seu corpo e sua sexualidade a seguir os padrões sociais vigentes. Esse disciplinamento do corpo, nada mais é que a docilização, aos modos que Foucault (1994) aponta como os meios que o Estado opera para introjetar nos sujeitos, a partir dos discursos e do uso da imagem, os padrões sociais a serem seguidos. Segundo Foucault (1985; 1994), as instituições/Estado exercem o poder e esse poder opera a seu favor disciplinando os corpos, conformando os corpos num determinado modelo, que com o tempo é introjetado nos sujeitos de modo que não se tornar mais a atuação das instituições para vigiá-los e puni-los, pois esses mesmos sujeitos exercem automaticamente essas funções uns sobre os outros, muito semelhante ao que acontece com Herbert Daniel, que internalizou os ideais do homem revolucionário de tal maneira que abdicou de sua sexualidade para buscar se construir no modelo ideal de corpo revolucionário. Herbert disciplinou seu corpo, seus hábitos e desejos, a não transporem os limites da sexualidade heteronormativa, silenciando-o, apagando de si o que não encaixava-se nas normas sexuais hegemônica.

É a partir da imagem de Che Guevara que se deu a construção da identidade do “Homem<sup>15</sup> revolucionário”, que personifica e materializa o ideal do revolucionário: masculinizado; sem fraquezas; em perfeito estado físico e, sobretudo, Homem. Não por acaso, corpos não hegemônicos, ou seja, que não estivessem alinhados a essa imagem, tiveram pouco espaço para atuação nas organizações revolucionárias e quando nelas participaram foram excluídos das construções das narrativas da história oficial deste período (Gomes; Parra, 2024). Robert Connell e James Messerschmidt (2013) afirmam ainda que a “masculinidade

---

<sup>15</sup> Utilizaremos Homem com H maiúsculo para nos referir ao sexo masculino, mais ainda, ao Homem Cisgênero, heterossexual e másculo, portador de toda a virilidade que caberia em um único indivíduo, mas que transpassa o coletivo a sua volta, como também coloca o masculino como qualificador da própria política e da própria revolução, as quais seriam arenas para Homens com H maiúsculo.

hegemônica” foi a grande possibilitadora da dominação masculina sobre as mulheres e fora ela também a responsável pela separação das masculinidades, principalmente das subalternizadas, que aqui entendemos como as dos homens gays. Se entendermos o ideal do “Homem revolucionário” como um dispositivo de poder regulador da esfera coletiva e da vida política, podemos pensar em como ele impactou a participação de homens gays nas organizações revolucionárias e em suas ações ou mesmo a invisibilização da participação de corpos não hegemônicos.

Nos documentos que analisamos para a construção deste trabalho, Herbert Daniel é o único nome mencionado como homossexual que participou ativamente das lutas armadas, uma análise de sua trajetória de vida é essencial para pensarmos outras possibilidades de existências nesses espaços de confronto. Não queremos aqui analisar Herbert como sujeito único nesses espaços, mas como uma ruptura no sistema que nos possibilita visualizar a comunidade homossexual da ditadura em outros espaços para além dos de perseguições. Sua trajetória nos possibilita enxergar as contribuições que sujeitos não hegemônicos deram para a construção desse país.

Corpos como os de mulheres e de homossexuais, por serem excluídos dos padrões hegemônicos, não eram bem-vistos e recebidos em muitos espaços onde a política nacional e o enfrentamento da ditadura militar eram pautados e discutidos e a revolução política era construída. Os homossexuais por, na visão da esquerda da época, representarem um “desvio pequeno-burguês”<sup>16</sup>, ou seja, um “privilégio” ou desvio que naquele momento não constituía um problema ou opressão para o proletariado brasileiro. As mulheres, por serem consideradas o sexo frágil, percepção mais comum em espaços de revolução armada, principalmente nos campos de treinamento de guerrilha.

A questão da fragilidade feminina pode ser observada a partir da experiência de Iara Iavelberg. As pesquisadoras Maria Nogueira (2025) e Maria Pamplona (2009), ao estudarem a participação feminina em movimentos revolucionários na ditadura militar, afirmam que a imagem de Iara é constantemente distorcida sendo associada apenas como “amante” do capitão Carlos Lamarca, o fato é que Iara fora uma grande guerrilheira e durante a ditadura militar participou de diversas ações como o treinamento de guerrilha e expropriações de bancos. Iara participou da mesma turma de treinamento de Herbert, que veremos mais à frente, sendo sua

---

<sup>16</sup> A esquerda neste período utilizava o termo para denominar comportamentos e ideologias que privilegiavam o individualismo em detrimento da ideia de coletividade.

participação objeto de diversos questionamentos. Ela e Carmen Jacomini<sup>17</sup> foram as únicas mulheres da turma, ambas receberam treinamentos de primeiros socorros antes de irem para o campo de treinamento, isso ajudava a justificar suas participações e silenciava os que não concordavam com a adequação física de mulheres (Green, 2018).

Ao participar do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira (SP) em 1970, Iara rompia com os padrões da masculinidade hegemônica nas frentes de combate da esquerda revolucionária, do mesmo modo Herbert, ao afirmar sua sexualidade, mesmo que isso aconteça apenas anos depois do treinamento, transgride esses mesmo padrões. Enquanto eles estavam em campo de treinamento, uma mudança significativa no cenário político revolucionário acontecia aqui fora, a polícia política<sup>18</sup> do Rio e de estados circunvizinhos realizou uma série de prisões de diversos militantes de várias organizações, entre elas a VPR, que perdeu um número significativo de militantes ao sofrer essas perseguições. As investigações e perseguições a esses militantes já vinham acontecendo há um longo período, mas foi com essas prisões, e apoiados na tortura desses indivíduos, que a polícia descobriu a localização deste campo de treinamento.

Após esse episódio de perseguições em 1970, a VPR encontrava-se basicamente acabada no Rio de Janeiro, uma vez que parte de seus militantes estavam em campo de treinamento e a outra estava presa, os membros restantes passavam uma grande insegurança, a qualquer momento a polícia poderia conseguir informações sobre suas localizações e encontrá-los, era preciso então desaparecer. Os militantes que fugiram do campo de treinamento após o cerco das forças do regime militar, encontraram às redes de contatos resumida, eles estavam então desassistidos e sem apoio de seus companheiros de organização.

Green (2018) afirma que quando fugiu do campo de treinamento no Ribeira ao final de abril de 1970, Lamarca havia lhe dado a importante missão de contatar as lideranças urbanas para informar sobre a situação que haviam enfrentado e cuidar dos preparativos para receber os militantes que haviam ficado para trás a fim de romper o cerco das forças armadas.

Quando conseguiu entrar em contato com os membros dispersos no Rio e medir a força do grupo, Daniel percebeu que tinha mais duas grandes tarefas em mãos. Precisava encontrar uma forma de impedir a destruição total da VPR e, ao mesmo tempo, garantir a libertação da quantidade cada vez maior de membros que estavam presos e eram torturados (Green, 2018, p. 150).

---

<sup>17</sup> Green (2018) descreve Carmen como uma atriz realizada, que filiou-se à VPR em 1969, participando de ações armadas antes mesmo de ser selecionada para o campo de treinamento.

<sup>18</sup> A Polícia Política foi um aparato repressivo do Estado, ligado ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e ao DOPS (Departamento de Ordem Política Social), responsável por vigiar, perseguir e torturar os opositores do regime militar.

Seria grande a missão que Herbert enfrentaria pela frente, reerguer uma organização a qual encontrava-se tão fragilizada exigira muito esforço de sua parte. Ao chegar de volta ao Rio de Janeiro ainda em abril de 1970, Herbert encontrou a VPR totalmente destruída e sem lugar para onde ir, por coincidência encontrou-se com Paulo Brandi, irmão de Juarez de Brito que havia se suicidado naquele mês ao ser emboscado numa operação da polícia. Paulo mantinha contato com Alex Polari<sup>19</sup> e Alfredo Sirkis<sup>20</sup> militantes da VPR que estavam na clandestinidade, informou-lhes sobre o retorno de Herbert (Green, 2018). As literaturas pesquisadas, não fazem referência sobre o destino de Herbert nesse primeiro momento, mas tudo nos leva a crer que recebeu ajuda de Paulo Brandi para se esconder e conseguir contato com Alex e Alfredo.

Ao perceber que era sua responsabilidade reerguer a organização, mais uma vez Herbert Daniel retomou seu papel de liderança e, juntamente com Carlos Lamarca começou a reunir novos membros, principalmente entre os estudantes secundaristas. Com a VPR um pouco mais fortalecida com novos militantes, era a hora de pôr em prática táticas para libertar seus companheiros presos e foi, então, que Daniel teve a ideia de sequestrar o embaixador alemão no Brasil. Juntamente com outras duas organizações, *Ação Libertadora Nacional (ALN)*<sup>21</sup> e *Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)*<sup>22</sup>, no dia 11 de junho de 1970, numa ação que durou cerca de quatro minutos, o embaixador alemão Ehrenfried Holleben foi sequestrado. Na operação, Herbert Daniel portava uma pistola calibre .45 e foi dele a ordem para o embaixador deixar o carro em que estava e entrar no carro de fuga. A ação envolveu 9 militantes, 1 agente da polícia federal foi morto e outros dois gravemente feridos, como resultado a organização conseguiu a libertação de 40 presos brasileiros, expatriados para Argélia (Green, 2018).

Vendo que a ação gerara bons resultados, mas que ainda existia uma grande quantidade de presos políticos sofrendo todos os tipos de violências e violações, a VPR organizou outro sequestro, dessa vez o alvo era o embaixador suíço Giovanni Bucher. Em novembro daquele mesmo ano o plano fora executado e o embaixador sequestrado, Herbert participou ativamente do sequestro, tanto na ação em si, como nas negociações que se seguiram. Entre as exigências para a soltura do embaixador estavam:

---

<sup>19</sup> Ex-guerrilheiro e líder religioso, durante a ditadura militar participou da militância estudantil e da VPR onde participou de ações de expropriações e dos sequestros dos embaixadores alemão e suíço.

<sup>20</sup> Alfredo Hélio Sirkis (1950-2020), foi vereador do Rio de Janeiro por quatro mandatos, deputado federal (2011-2015), ex-guerrilheiro, jornalista e ambientalista, escritor de livros como *Os Carbonários* (1980), que recebeu o Prêmio Jabuti de 191.

<sup>21</sup> Organização revolucionária de luta armada, formada a partir de um racha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1968, teve como um de seus principais líderes e fundador Carlos Marighella.

<sup>22</sup> Movimento revolucionário de luta armada, tinha ideologia Marxista-leninista, foi formado pela dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

(1) publicação do ‘Manifesto ao Povo Brasileiro’<sup>23</sup>, que explicava os motivos do sequestro; (2) suspensão do valor das passagens dos dois principais trens usados para transporte diário dos trabalhadores; e (3) libertação de setenta presos políticos que deveriam ser expatriados para o Chile, a Argélia ou o México (Green, 2018, p. 165).

Percebemos também que parte das exigências partiam de um ideal para o bem comum de boa parte da população do Rio de Janeiro, uma vez que a exigência de número 2 (dois) pedia a suspensão dos valores das passagens dos principais trens da cidade, ora, quem seriam os usuários destes trens senão a população pobre e trabalhadora da cidade? Desta forma percebe-se que os ideais da VPR, mesmo que este não exercesse mais militância de base, ainda estavam alinhados às classes trabalhadoras e ao operariado, bem como a outros grupos desfavorecidos. Segmentos populacionais estes que estiveram junto do movimento revolucionário quando começou a ganhar força em 1968, como já apontado anteriormente.

Após 40 dias de intensas negociações, as exigências foram atendidas e o embaixador foi liberado em 15 de janeiro de 1971. Muitos desses presos políticos vinham sofrendo uma série de violações dos direitos humanos, estavam mantidos em cativeiro e a principal denúncia era de tortura. Ao serem libertos, muitos passaram a denunciar essas violações, levando aos jornais e tribunais o que ocorria nos centros clandestinos de detenção e demais espaços que compunham os aparelhos de repressão do regime militar. Ao lembrar do sequestro do embaixador Bucher, Herbert declarou em seu livro *Passagem para o Próximo Sonho*, “quarenta dias assim de inferno, medo de cometer qualquer erro, que desse qualquer pista” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 168).

Após os sequestros, a VPR tornou-se mais vigiada pelos órgãos de repressão do regime militar e a perseguição a seus militantes ganhou cada vez mais força, culminando na prisão e morte de muitos deles. Como a queda do número de pessoas na organização seguia constante, a opção das lideranças naquele momento foi seguir com a tática de propaganda armada. Então, no dia 26 de janeiro de 1971 os membros que restaram da organização entraram no Supermercado Mundial<sup>24</sup>, assaltaram o cofre e encheram o caminhão de mantimentos, os quais foram distribuídos na Favela do Rato Molhado, na cidade do Rio de Janeiro. A ação social empreendida pela organização tinha o intuito de ganhar maior aprovação e apoio da população

---

<sup>23</sup> Para acessar o documento com o texto completo, acesse: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1970/09/manifesto-vpr-ribeira.htm>.

<sup>24</sup> As literaturas consultadas não informam a localização do Supermercado Mundial.

civil, de modo que os fins, a distribuição de alimentos para comunidades carentes, justificariam os meios, o assalto a mão armada ao comércio local (Green, 2018).

As ações realizadas pelos grupos que Herbert Daniel integrava, principalmente as de sequestros com vistas à posterior libertação de presos políticos, sem sombra de dúvidas foram geradoras de uma série de denúncias que se tornaram públicas. Green (2018) aponta que muitos exilados buscavam a imprensa estrangeira, dando entrevistas sobre a situação no Brasil. Brito e Vicente (2016), ao analisarem a importância da imprensa alternativa no período ditatorial, destacam também o papel da imprensa alternativa brasileira para as denúncias de torturas, sequestro e censura, entre os jornais da imprensa alternativa, destacam a importância do Pasquim. Também como o intuito de denunciar nos países estrangeiros as violações de direitos humanos aqui no Brasil, em 1969 fora criado por exilados políticos o boletim Frente Brasileira de Informação (FBI), inicialmente distribuído na Argélia, mas ganhando alcance em outros países como Alemanha, Bélgica e Chile (Brasil, 2025; Cruz, 2020). O teor das denúncias relatava, principalmente, violações de direitos humanos contra militantes vítimas de prisões arbitrárias e encarceramento. Os autores consultados não dão muitos detalhes, mas supõe-se que essas denúncias foram as principais responsáveis por uma comoção nas organizações internacionais, principalmente aquelas que trabalham com a defesa dos direitos humanos, as quais pressionaram o governo brasileiro pelo fim das violências contra presos políticos.

Todas essas ações realizadas, e muitas idealizadas, por Herbert Daniel, o colocou no centro das atenções dos órgãos repressores do Estado. Caroline Cardoso (2021), em texto escrito a edição dedicada a Herbert Daniel da *Revista Pensar Verde*, afirma que após a morte do capitão Carlos Lamarca<sup>25</sup> e de Carlos Marighella<sup>26</sup>, Herbert passou a ser um dos militantes mais procurados pelo regime militar, o que sugere que suas ações surtiram algum efeito na confrontação ao regime militar. Nesse sentido, podemos considerar que Herbert consolidou uma posição de liderança revolucionária ao longo desses primeiros anos da ditadura, de modo que sua influência e atuação não passaram despercebidas. Mesmo que suas ações não tenham incidido direta e imediatamente sobre o regime militar, no sentido de produzir mudanças estruturais ou rupturas, é possível refletir sobre como, ao longo do tempo, essas ações provocaram alguma desestabilização no regime em termos de sua estrutura de poder, de funcionamento e atuação.

Obviamente, essas ações não devem ser vistas e tratadas de forma isolada e não podem

---

<sup>25</sup> Carlos Lamarca foi morto em 1971 na cidade de Pintada (BA), ele foi fuzilado por agentes da ditadura militar após uma longa perseguição.

<sup>26</sup> Carlos Marighella foi morto em 1969 numa emboscada organizada por agentes do DOPS.

ser tomadas como atos individuais, mas consideradas a partir do entrelaçamento entre o contexto social e político, as organizações estruturadas em coletivos e grupos políticos revolucionários e a própria trajetória política de Herbert. De modo que a construção de sua posição de liderança envolve tanto elementos da trajetória individual quanto da coletiva. Entende-se, aqui, que a conjugação de todos esses fatores, espaços políticos de militância e atores sociais e coletividades, foi produzindo efeitos de desmoralização e enfraquecimento da ditadura militar pelo tensionamento do aparato de controle e repressão. Por outro lado, essas fraturas no sistema, engendradas pelas ações coordenadas de grupos contra hegemônicos, demonstram como regimes de poder criam agências e formas de resistência e confrontação.

Essas ações que aqui entendemos como resistências, Judith Butler (2019) permite-nos compreendê-las como ato de contestação das normas vigentes, ao passo que elas contradizem as normatividades do Estado. Butler (2018), também nos permite analisar esses fatos como resistência, ao afirmar, em sua análise do conceito de gênero, que os sujeitos se apropriam dos sistemas que os oprime para ressignificá-los. Ao passo que as organizações revolucionárias se apropriam das estratégias de luta armada, comum entre as instituições militares - utilizando por exemplo, ex-militares como Carlos Lamarca, para exercerem inclusive a função de treinar as organizações revolucionárias as quais participavam para o combate, elas ressignificam as motivações para tais atos, utilizando-se do discurso como estratégia política para tal.

Essas formas de resistência se dão tanto por engajamentos individuais quanto coletivos e possibilitam o estabelecimento de alianças e parcerias, bem como a construção de um corpo coletivo. Nas organizações revolucionárias pelas quais passou, Herbert Daniel fez grandes amigos, que foram apoio em seus dias de luta. Dilma Rousseff, Ângelo Pezutti<sup>27</sup>, Maria José de Carvalho - Zezé<sup>28</sup>, Iara Iavelberg e Maria Auxiliadora Lara Barcelos - Dodora<sup>29</sup>. Foi nesses companheiros de militância e guerrilha que Herbert encontrou abrigo e apoio, tendo em muitos deles confidentes, o que amenizava o peso do trabalho na militância e das perseguições sofridas. Dilma Rousseff lembra com muito carinho do período em que passou com Herbert em esconderijos (1969-1970), ela relata em entrevista para a construção da biografia de Herbert e para a edição especial da Revista Pensar Verde que homenageou o guerrilheiro, que eram

---

<sup>27</sup> Ângelo Pezzuti da Silva (1946-1975), original de Araxá (MG), de família bem sucedida, entrou no curso de medicina da UFMG em 1964, onde se envolveu em organizações revolucionárias como a POLOP e o Colina, onde tornou-se amigo pessoal de Herbert.

<sup>28</sup> Foi estudante de medicina na UFMG, guerrilheira do movimento contra-ditatorial, atuou na POLOP (não encontramos informações atuais sobre Zezé).

<sup>29</sup> Foi estudante de medicina da UFMG, guerrilheira da Var-Palmares, foi presa e torturada, Dodora foi uma das presas políticas libertadas após o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Dodora suicidou-se em 1976 em Berlim Ocidental.

momentos difíceis nos quais encontrava, junto a seu grande amigo, formas de se distraírem. Seus maiores passatempos eram ler Asterix e Obelix, para além das discussões políticas que neste período se faziam presentes em todos os espaços e momentos (Green, 2018; Rousseff, 2021).

Durante o tempo em que estava lutando nas organizações revolucionárias, Herbert Daniel enfrentava em sua vida pessoal uma série de interrogações a respeito de sua (homo)sexualidade, “dúvidas” que o acompanhavam antes mesmo de seu ingresso na universidade e nas organizações revolucionárias. Essas questões se adensaram à medida que que percebia que a homossexualidade e a participação nesses espaços eram inconciliáveis em função da mentalidade e padrões culturais hegemônicos da época, mesmo em espaços supostamente transgressores. Herbert não conseguia entender-se como homossexual, não só por conta da repressão e dos preconceitos presentes mesmo no ambiente de militância, mas também porque as próprias definições e o imaginário social em torno da homossexualidade eram ambíguos e orientados pela normatividade binarista onde sexo e identidade de gênero são tomados como equivalentes e indissociáveis. Considerava-se que apenas eram homossexuais os sujeitos que ocupavam uma posição passiva dentro do ato sexual, ou seja, aqueles que eram penetrados - o que, por outro lado, conferia alguma proteção aos ativos, incluindo homens, publicamente heterossexuais, que mantinham relações sexuais com outros homens.

Como não podia manifestar publicamente sua sexualidade nos contextos de militância devido aos ideais de masculinidade do Homem revolucionário, e tão pouco publicamente em função da repressão às pessoas LGBTQIA+ (Quinalha, 2021; Trevisan, 2018; Green, 2000), e a fim de não ser descoberto e de não desenvolver qualquer apego emocional, Herbert começou a frequentar os parques escuros de Belo Horizonte, onde na escuridão encontrava a discrição em relações fortuitas e aproveitava-se da lógica homofóbica sobre o ser homossexual e praticava apenas sexo na posição ativa, a “posição do homem”(Cardoso, 2021; Green, 2018).

Essas normas de “passividade”, podem ser compreendidas a partir das teorias de *sexopolíticas* de Paul Preciado (2018), que na ocasião discorreu sobre a privatização dos ânus. Para Preciado o ânus do homem está posto no campo do privado, já para as mulheres, o ânus e todos os orifícios, menos a boca, estão postos no campo público. Nesta visão, a boca da mulher a coloca no campo privado, como um elemento de exclusão da esfera pública, o que reforça as noções de papéis sociais que designa o espaço doméstico como espaço feminino. O corpo feminino servirá apenas como um depósito, diferente do homem, que sua boca está no campo público, sendo ele então o detentor do poder de falar e depositar seus ideais sobre os outros

corpos. Numa concepção homofóbica, o homossexual se aproxima mais da mulher que do homem, uma vez que está colocado também como objeto de depósito e tratado com inferioridade, estando sujeito às dominações e subjugações sexuais. Dessa forma, a passividade estar colocada como um lugar de inferioridade não é nada ocasional, ao contrário, é pensada e politicamente executada, uma vez que o ânus do homem tornado público, tal qual o da mulher, por meio da prática sexual passiva tem como consequência a "perda" da masculinidade, já que equipara o homem homossexual passivo à mulher e o localiza no campo da feminilidade, produz e mantém as normas da masculinidade.

Certamente buscando se adequar às normas de homossexualidade e passividade, Herbert exercia apenas o papel de penetrar nas relações sexuais, mantendo assim a sua sexualidade/masculinidade/heterossexualidade intacta e até certo ponto, inquestionável (Green, 2018). Nas bibliografias que analisamos, e que abordam sobre sua vivência como militante, a questão da proibição da (homo)sexualidade é sempre presente, essa proibição, quando partida do próprio Herbert, é vista, pelos autores analisados e por nós, como uma estratégia que o possibilitou a participar dos espaços aos quais almejava, sem a qual ele possivelmente não teria alcançado.

Essas “estratégias” de silenciamento da sua sexualidade, como forma de ser aceito nas organizações revolucionárias, atrelado a sua força de vontade e a fé no movimento revolucionário, foram de suma importância para que Herbert chegasse nos espaços de lideranças ao qual chegou. Green (2018), aponta que após ter assumido a liderança da VPR, depois do incidente no Vale do Ribeira e as prisões no Rio, Herbert seguiu no corpo de lideranças dessa organização até início de 1971, quando pediu afastamento das atividades do comando nacional da VPR para tratar de uma falsa leucemia, que mais tarde especulou se tratar de uma infecção parasitária que ele havia adquirido no Ribeira, enquanto esteve no campo de treinamento.

Ao afastar-se do comando a VPR, Herbert Daniel fez uma análise sobre a crise política que começava a cometer a organização e todo o ideal da revolução armada. Mais tarde ele escreveria em seu livro *Passagem para o próximo sonho*

Naquele momento a massa recuava, a fase da repressão impedia qualquer avanço. Para a luta armada - tal como ela se apresentava - não havia solução, a não ser que a massa se rebelasse, se levantasse em armas. É preciso lembrar que o argumento principal que justificava a guerrilha afirmava que as condições objetivas estavam dadas, que a massa estava preparada para a insurreição. Esta avaliação incorreta está na base mesma da derrota (Daniel *apud* Green 2018, p.173).

Sobre a análise de Herbert, Green (2018) aponta que ela foi fundamentada em observações que ele vinha realizando desde quando a VPR mantinha o embaixador Bucher em cativeiro, ele percebia a insatisfação da população com as blitz policiais que os paravam a todo momento a fim de encontrarem o paradeiro do embaixador. Tendo isso em mente, Herbert começou a defender que a VPR deveria assumir uma nova estratégia, era preciso recuar, manter-se em segurança. Herbert trataria então de se esconder ainda mais, participando da VPR apenas como apoio das atividades diárias e de menor risco da organização.

Ao adentrar nas organizações revolucionárias, ou seja, na clandestinidade política, Herbert, que antes exercia sua sexualidade nos parques escuros de Belo Horizonte, depara-se com a impossibilidade, tanto física quanto moral, de realizar tais atos, como sentia o desejo e a necessidade de fazer revolução teve de fazer uma escolha: viver sua sexualidade ou fazer revolução. Ele optou por fazer revolução, ou seja, abdicar de todo tipo de relações sexuais, inclusive dos encontros furtivos, docilizando seu corpo para a necessidade da “pureza” do guerrilheiro. É neste período que se arrocham as cercas do que ele chamaria mais à frente de “exílio sexual”, que discutiremos no próximo capítulo. Ao analisarmos as literaturas sobre a vida de Herbert Daniel, notamos que a escolha de abdicar sua sexualidade para aderir à revolução armada é marcada pelo intenso preconceito propagado pela esquerda, principalmente a armada, naquele período, que não permitia tais identidades em seus quadros de militância.

O capítulo a seguir tratará das vivências de Herbert Daniel nos diferentes tipos de exílio que ele afirmou ter enfrentado: o político, o sexual e o exílio no exterior, bem como as questões do emergente movimento homossexual e as contribuições de Herbert para política brasileira, pensando o período de abertura política na ditadura militar. No capítulo que se seguirá, poderemos acompanhar de maneira mais aprofundada como Herbert lidou com sua (homo)sexualidade, suas experiências, abdições e reivindicações, buscando compreender suas contribuições para o emergente movimento homossexual, desde sua escrita/publicações até sua afirmação como homossexual, bem como sua atuação na política brasileira, evidenciando as pautas inovadoras que ele abordou neste período.

### 3 DOS EXÍLIOS AO EMERGENTE MOVIMENTO HOMOSSEXUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE HERBERT DANIEL PARA A POLÍTICA BRASILEIRA

*“Não há política onde não esteja presente a sexualidade e não há relação sexual onde não existam opções políticas”*

*Herbert Daniel*

Herbert Daniel, ao longo de sua vida de guerrilheiro revolucionário, e por consequências dela, enfrentou uma série de cerceamentos de seus direitos, desejos e liberdades. Em suas escrituras, e nos trabalhos que investigam sua trajetória, é possível observar como ele próprio delimita passagens de sua vida por três diferentes tipos de exílio: o sexual, o político e o exílio tal como conhecemos, onde o cidadão é obrigado a deixar o país movido por questões políticas.

No exílio sexual, Herbert enfrentou as privações à sua sexualidade, ou melhor, à sua homossexualidade, neste período. Foi levado a abdicar da vivência de sua sexualidade em nome de uma “causa maior”, a revolução que caminhava no Brasil da ditadura. O exílio político é marcado pelo cerceamento de seus direitos políticos enquanto este estava vivendo na clandestinidade ainda dentro do território brasileiro, sendo constantemente perseguido por suas atuações junto aos movimentos contra-ditatoriais. Por último, ele enfrenta o exílio de seu país, quando foge para Paris e Portugal a fim de conquistar uma maior liberdade e segurança de vida, uma vez que o histórico de tortura e morte a membros de organizações revolucionárias era cada vez maior.

Há ainda neste período da vida de Herbert Daniel - entre seus 28 e 34 anos de idade -, o surgimento do movimento homossexual (1978 - 1981). Aqui no Brasil, esse movimento tem como marco a criação do *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, que participou ativamente de manifestações e passeatas em apoio a outros movimentos. O Somos contribuiu, ainda, na realização de encontros e congressos para o público homossexuais, e foi fortalecido com as publicações de jornais e folhetins, como o *Lampião da Esquina*<sup>30</sup>, publicações distribuídas por boa parte do país (Nascimento, 2015). É nesse momento que Herbert, no exílio pela Europa, começa a se identificar publicamente como homossexual e passa a contribuir com algumas publicações no Brasil e no exterior.

---

<sup>30</sup> Para saber mais sobre o Somos e o Lampião da Esquina ler o tópico 3 deste capítulo (4.3 O surgimento do movimento homossexual e a luta pela abertura política no Brasil).

### 3.1 Exílio (Homo)Sexual

Herbert Daniel viveu sua juventude (aos 18 anos de idade) em um período da história brasileira, a ditadura militar, em que vivenciar as sexualidades não hegemônicas, no seu caso a homossexualidade, era uma experiência marcada por uma série de interdições sociais, deste modo ele encontrou grandes empecilhos para chegar a sua “libertação sexual”<sup>31</sup>. Na obra *Revolucionário e Gay*, Green ao abordar essa dimensão da vida de Herbert Daniel, discorre sobre o início de sua vida sexual que se inicia nos parques escuros de Belo Horizonte (MG), cidade onde cresceu, onde buscava por encontros casuais, mas que, contudo, não lhe trouxesse nenhuma exposição ou mesmo envolvimento com outros indivíduos. Configurando-se um contexto que envolve liberdade sexual e busca por prazer, com algum anonimato, mas que também reproduz os padrões da homossexualidade, baseados no bordão “bicha é bicha, bofe é bofe”, que ditavam a quem pertencia cada papel nas relações sexuais e qual deles era atribuído ao “ser homossexual” (Pereira, 2013).

A respeito do bordão “bicha é bicha, bofe é bofe”, Green (2000, p. 27) afirma que essa “ideia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, hierarquicamente estruturado, que divide os homens que se envolvem em atividades homoeróticas em duas categorias — o homem (o homem “verdadeiro”) e o bicha”, para ele, essa separação reforça os padrões do binarismo de gênero definidas pela heterossexualidade.

Segundo esse modelo, em atividades eróticas homossexuais tradicionais, o homem, ou, na gíria, o bofe, assume o papel “ativo” no ato sexual e pratica a penetração anal em seu parceiro. O efeminado (bicha) é o “passivo”, o que é penetrado. A “passividade” sexual desse último atribui-lhe a posição social inferior da “mulher”. Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do homem, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu status social de homem (Green, 2000, p. 28).

Nessa perspectiva, essas normas da sexualidade homossexual, passivo e ativo, reforçam as ideias de dominação corporal que colocam os sujeitos masculinos como superiores e os “femininos” como subalternos, e aqui voltamos ao debate do Homem com H maiúsculo e da divisão entre ativo masculino e passivo feminino.

---

<sup>31</sup> Aqui utilizamos “libertação sexual” para o que é comumente associado ao assumir-se ou mesmo ao aceitar-se, termo comumente usado dentro da comunidade para nomear o momento ao qual o indivíduo se reconhece como um homossexual e aceita-se como tal, podendo ou não desenvolver atividades de militâncias.

Essas normas de dominação corporal, se estabelecem na sociedade brasileira por um longo processo histórico, baseado em padrões normativos de masculinidade e feminilidades, como já observamos no capítulo anterior a partir das teorias de Paul Preciado. Essa dominação sexual também pode ser pensada para o apagamento histórico que esses corpos enfrentam, uma vez que as normas sociais buscam invisibilizar suas participações em espaços públicos, tornando o sexo como algo privado, um segredo. Felipe Areda (2014, p. 13) afirma ao analisar as noções do assumir-se homossexual na obra *Meu Corpo Daria um Romance* de Herbert Daniel, que a “noção de sexo só existe operando a noção de segredo e a noção de segredo se tornou na modernidade uma noção sexual”, essas normas podem observadas principalmente quando pensadas em espaços de disputa e de tomadas de decisões.

Em meio ao turbilhão de mudanças que fervilhavam na vida de Herbert Daniel, ao adentrar a Faculdade de Medicina da UFMG (1965) e aos grupos revolucionários (1967), as questões referentes a sua sexualidade foram “deixadas de lado”. Jamer Mello, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM) e Daniel Favaretto, aluno do PPGCOM-UAM, ao analisar a vida de Herbert Daniel, afirma que Herbert se via compelido a reprimir cada vez mais sua orientação sexual e, assim como boa parte das pessoas que vivenciam dissidências sexuais, enfrentou grandes problemas com o entendimento de sua sexualidade.

Procurava conservar uma meticulosa clandestinidade sexual. Meus pares eram apenas desconhecidos, com quem trocava mentiras ingênuas, nomes de guerra confusos” (Daniel *apud* Mello; Favaretto, 2021, p. 2).

Essa clandestinidade sexual de Herbert Daniel representa um ponto de ambivalência com outro momento de sua vida, quando este adentra aos movimentos revolucionários e - motivado pelos padrões normativos de sexualidade, que definem o modelo do homem másculo como ideal para o modelo revolucionário - se ver forçado a reprimir sua sexualidade. Neste primeiro momento ele, mesmo que de forma secreta e compulsiva, como ele mesmo apontará mais tarde, vivenciava sua sexualidade, já no segundo momento ele repele seus desejos, não mais se permitindo viver a sua sexualidade, tudo a favor de uma causa maior, a revolução armada, que para participar de tal era preciso estar de acordo com a ordem sexual padrão.

Sobre a ambivalência, a antropóloga e pesquisadora Mary Douglas (1991, p. 7), ao estudar pureza e tabu em religiões “primitivas” e “atuais”, afirma: “a impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos

positivamente por organizar o nosso meio”, podemos aqui relacioná-la com as atitudes que Herbert tomou em relação a sua vida sexual. Ao adentrar nas organizações revolucionárias ele percebe a importância de “organizar” sua sexualidade, colocá-la em ordem e adequar essa masculinidade à ordem vigente, pois, era preciso escondê-la para pertencer aos grupos revolucionários, atuar em suas ações e fazer a revolução. Para complementar o raciocínio, Douglas (1991, p. 115) aponta: “estar à margem significa estar em ligação com o perigo”, não à toa Herbert estava sempre preocupado com o “perigo” de ser descoberto, o medo de ser colocado em desordem ou na impureza o perseguia a todo momento o fazendo repelir seus desejos.

Ao negar-se como homossexual, Herbert reprimia seus sentimentos e vivia no que ele chamou de “clandestinidade (homo)sexual”, ao passo que vivia sua sexualidade as escondidas nos parques escuros e banheiros públicos da cidade. Herbert era empurrado para um gueto social, onde os indivíduos eram destituídos de todas as suas particularidades, meros objetos sexuais, sem identidades, portanto, quase que sem humanidade (Mello; Favaretto. 2021). O fato é que ao se engajarem nesses tipos de relações sociais/sexuais, mesmo que de certo modo compactuando com as normas padrão vigentes sobre o sigilo e a não permissividade da vida sexual pública, esses indivíduos rompiam com outras normas que ditavam com quem e de que modo poderiam se relacionar.

Com o passar do tempo e ao passo que Herbert Daniel vai adentrando as organizações revolucionárias, influenciado pelo preconceito predominante na esquerda da época, ele passa a não se permitir mais viver sua sexualidade, mesmo que em espaços que pudessem garantir o seu sigilo. Esses espaços de poder “dociliza” seu corpo, ele internaliza o modelo do homem revolucionário e guerrilheiro, compreendendo que é esse o único perfil de militante que está autorizado e legitimado a fazer a revolução, deste modo, ele passa a performar esse padrão de comportamento que lhe transformaria em um verdadeiro Homem revolucionário.

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é puramente ‘pequeno-burguesa’, para não dizer ‘reacionária’ -, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria ‘esquecer’ minha sexualidade (Daniel *apud* Green, 2018, p. 66).

Ao afirmar sua sexualidade como “transtornada, secreta e absurda”, Herbert reproduz o pensamento da estrutura que o oprime, contudo, é essa mesma estrutura que também permitirá a ele ter uma vida política e exercer sua militância. É a reprodução dessas estruturas que nos levou ao cenário que temos hoje da ditadura militar, um espaço “esvaziado” da homossexualidade, como se esses sujeitos fossem apáticos aos acontecimentos a sua volta, isso nos suscita algumas questões: primeiro, esses indivíduos realmente colocaram-se à parte das transformações sociais e políticas que tomavam o mundo a sua volta naquele momento? Ou será que pessoas homossexuais apenas se viram obrigadas a se apagar como sujeitos (homo)sexualizados para serem aceitos em espaços de poder?

Essas questões encontram reflexos no cenário político que ainda temos nos dias atuais, onde poucos são os homossexuais que ocupam cargos de poder dentro da nossa estrutura política, e quando ocupam esses cargos nos vem o questionamento: seriam esses sujeitos capturados e instrumentalizados pelas estruturas capitalistas para esvaziar e silenciar os debates sobre a pauta LGBTQIA+ que vêm se fortalecendo nos últimos anos? será se esses políticos que ocupam esses tais “cargos de poder” estão exercendo de fato esse tão desejado poder ou são apenas mais uma massa de manobra de satisfação de uma massa consumidora? Esses questionamentos nos levam a refletir sobre as estruturas opressoras que nos conduziram até aqui, estruturas essas que silenciaram uns em detrimento de outros, apagando-nos da memória coletiva deste país.

No momento em que Herbert decide adentrar as revoluções armadas, ele passa para a fase mais crítica de seu “exílio” sexual, pois é aqui que ele enfrentará questões e situações ainda mais complexas referentes a sua sexualidade, apaixonando-se por colegas de guerrilha e enfrentando problemas psicológicos decorrentes das restrições sexuais que ele próprio se impôs.

A esquerda brasileira como um todo exerceu importante papel na produção e manutenção dos preconceitos contra as dissidências sexuais. Rômulo Pereira (2013, p. 29) afirma que a esquerda “não só avizinhava a homossexualidade aos perversos, aos delinquentes com o intuito de moralizá-la, mas de regulá-la para o bem de todos que conduziam a luta revolucionária”. Essa desumanização das homossexualidades era vista entre a esquerda como um caminho para a moralização de seus militantes, uma moral heteronormativa e excludente.

Refletindo sobre o lugar do sujeito homossexual na ideologia e na práxis política da esquerda, historicamente, Rômulo Pereira (2013, p. 29) adiciona que “o homossexual era aquele

indivíduo em quem não se poderia creditar confiança, interpretado como individualista e egoísta, só prejudicaria o andamento do processo revolucionário”. Essa crítica nos permite compreender o contexto em que militantes, como Herbert, estavam imersos e a mentalidade da época, a qual eles mesmos terminavam por reproduzir e que os conduzia a duas alternativas: ou viver sua sexualidade na clandestinidade ou mesmo revogá-la.

Johnnatan Monteiro<sup>32</sup> (2018), professor da rede estadual do Rio de Janeiro, afirma que o sexo era visto, ainda, como uma questão secundária para os militantes dessas organizações revolucionárias. Ao passo que a homossexualidade representaria um “desvio pequeno-burguês” que, de acordo com essa visão, desmobilizava e descentralizava o debate principal do momento, a revolução e o fim da ditadura militar brasileira. Contudo, há uma crítica a ser feita a essa afirmação, que podemos formular a partir do seguinte questionamento: o sexo era visto como uma questão secundária para todos os membros das organizações revolucionárias ou apenas quando se tratava do sexo homossexual? Tudo nos leva a acreditar que esses “impedimentos” em torno do sexo, e do ato sexual em si, bem como um certo menosprezo pela dimensão sexual e afetiva da vida dos militantes tenham sido direcionados apenas aos homossexuais. Uma vez que as maiores questões referentes ao tema aparecem na literatura atreladas à parcela homossexual da militância e não às lideranças que performavam a heteronorma, assim, o sexo era um impedimento ou um problema apenas quando este não seguia a norma heterossexual.

Num desses momentos de grandes “dúvidas” e desespero por não ser o modelo completo do revolucionário, ou seja, másculo, forte e viril, Herbert pensou em atentar contra sua vida, contudo, fora impedido por policiais, muito provavelmente conhecidos de seu pai e irmão, que passavam pelo local (Green, 2018). Essa tentativa nos revela como os corpos não hegemônicos, ao não serem respeitados e incluídos nos padrões determinados, sofrem violências constantes, ao mesmo tempo que esta violência também pode desencadear possíveis auto-violências.

Neste momento de sua vida, mais uma vez, Herbert encontra apoio em suas amigas de militância, que passavam a ser também suas confidentes. A elas ele chegou a confidenciar, mesmo durante o tempo que estiveram na clandestinidade no Brasil, sobre seus desejos homossexuais, era com suas amigas Dilma, Maria do Carmo, Maria Helena e Iara Iavelberg que Herbert encontrava abrigo e conforto nos momentos de angústia e intensos questionamentos internos sobre sua sexualidade (Rousseff, 2021). Contudo, mesmo com essa pequena rede de

---

<sup>32</sup> Veja também a dissertação “Revolução política e revolução dos costumes: a construção da geração 68 brasileira - comportamento, sexualidade, gênero e memória”. Para outras publicações de Johnnatan Monteiro acesse: <http://lattes.cnpq.br/7193385951100084>

apoio que Herbert encontrou em suas amigas - com as quais poderia se sentir seguro e livre para ser ele mesmo, sem as amarras da heterossexualidade compulsiva - não fora o bastante para que ele conseguisse ter uma relação menos conflituosa e ambivalente consigo no que diz respeito a sua própria sexualidade, as normas da sexualidade ainda tomavam conta do seu ser. Herbert só encontraria o espaço adequado para viver sua sexualidade quando ele foge para Portugal e Paris em 1974, momento em que ele vivencia um distanciamento físico e de certo modo emocional do contexto brasileiro em que estava inserido e que o pressionava a seguir os padrões do Homem revolucionário.

### **3.2 Exílio Político No Brasil e No Exterior**

Luis Roniger (2010) e Maria Cláudia Leite (2019) ao estudarem sobre regime de exceção e os diferentes tipos de exílio, definem exílio político como como mecanismo de dominação e exclusão institucionalizada, utilizado como um meio de controle político, uma vez que este prever o afastamento de seus opositores. Esse mecanismo de controle, o exílio, era utilizado então como uma ferramenta de dominação dos ideais que estavam em desacordo com as ideologias do governo atuante, afastar os revoltosos de seu país fora uma estratégia política de dominação corporal e de controle da sociedade.

Jamer Mello e Daniel Favaretto (2021), ao pesquisarem sobre a vida de Herbert Daniel, afirmam que durante quase todo o período (1968 - 1971) em que Herbert esteve nos grupos revolucionários, ele viveu na clandestinidade, trocando constantemente de nomes e de aparelhos<sup>33</sup> para não ser localizado e preso. Entre os anos de 1971 e 1974, ele viveu o que entendemos por seu segundo exílio, o que ele chamou de “exílio de afastamento” ou “exílio dos direitos civis”,

O exílio como afastamento, é uma das formas do silêncio. Como se tivesse acordado de um sonho: a gente que encontravam vivia uma vida estranha e, se falava da ditadura, ela aparecia como um fenômeno distante, sem relação com as pequenas mazelas do cotidiano. Conversam muito um com o outro, calavam-se diante dos outros (Daniel *apud* Green, 2018, p. 191).

---

<sup>33</sup> Termo utilizado para denominar os esconderijos nos quais os militantes das organizações revolucionárias se escondiam.

Herbert afirma na passagem acima, ao refletir sobre o exílio que passava ainda no Brasil, que a ditadura parecia neste período distante da realidade, talvez pelo fato de já não mais levar a vida que estava acostumado até então, uma vida de lutas e resistências, participando de organizações revolucionárias, assaltando bancos e sequestrando embaixadores. Fora uma mudança significativa na “rotina” que ele estava habituado a ter, levando agora uma vida sem confrontos direto com o regime militar, mas com uma constante vigilância, sendo sua principal preocupação nos dias que se seguiram, não ser descoberto nos aparelhos em que estava escondido. Neste período ele ainda não vivia no exílio político no exterior, aqui ele pulava de apartamento em apartamento para se esconder, passava diversos dias sozinho sem ter contato com qualquer pessoa, uma verdadeira tortura para alguém que gostava tanto de falar como Herbert. Seus companheiros nesse momento foram os livros e jornais que seus anfitriões levavam para ele.

É também nesse momento de sua vida que Herbert conhece Cláudio Mesquita, que viria a ser seu parceiro de vida, seu esposo e grande amor, mas que, naquele momento, ainda encontrava-se casado com uma mulher. Em 1971 enquanto Herbert troca de aparelho, os dois se conheceram e passaram a ser grandes amigos. Com o passar do tempo, a relação dos dois foi se fortalecendo, Cláudio se separa de sua esposa e estreita seus laços com os movimentos revolucionários. Herbert e Cláudio permanecem como bons amigos até 1975, quando, no exterior, enfim se envolvem como um casal. Agora não só Herbert vivia na clandestinidade, Cláudio também tivera que se juntar ao amigo nesse exílio em seu próprio país, acredito que muito mais motivado por seus fortes laços de afeto - mesmo que, nesse momento, os dois ainda não tivesse nenhum outro tipo de relação além da amizade já existente entre eles - do que devido às perseguições do regime militar, uma vez que nas literaturas consultadas afirmam que até a entrada de Herbert na sua vida, Cláudio tinha pouco envolvimento com a causa revolucionária, não estando na mira direta da polícia política.

Green (2018) e Anselmo Alós (2021), respectivamente, na biografia e em pesquisas sobre a vida de Herbert Daniel, afirmam que os anos entre 1972 e 1974 foram os mais intensos em termos de mudanças para Herbert e Cláudio. Em 1972 os dois, que até então eram apenas bons amigos, começam a trabalhar na Public Publicity, agência de publicidade de Magaly, irmã de Cláudio, para passarem despercebidos Herbert mudou completamente o seu visual, usando roupas mais largas no estilo hippie. Outro fato que contribuiu ainda mais para as estratégias de disfarce e encobrimento de sua identidade, foi que sua foto na lista de procurados fora misteriosamente trocada. Herbert mantinha contato com seus companheiros que estavam em

exílio no exterior, portanto, ainda tinha certa relação com o que restava dos membros militantes das organizações revolucionárias que integrou. Neste mesmo ano, devido a denúncias de um infiltrado na VPR, mais pessoas foram presas e, sob tortura, uma delas revelou o paradeiro de Herbert que teve sua casa invadida em meio ao carnaval. Para sua sorte, ele e Cláudio estavam comemorando na rua e percebeu uma movimentação estranha na sua casa ao retornar, diante disso, como estratégia de fuga, Herbert ligou para seus pais que saíram de Minas para buscá-los em São Paulo. Herbert e Cláudio são levados, então, para Barbacena (MG), cidade de origem de Dona Geny, mãe de Herbert, onde ainda tinha uma tia que os abrigou.

Green (2018) indica que, ao chegarem em Barbacena (MG) em 1973, Herbert e Cláudio abriram a “Dinossauro”, uma discoteca tematizada que fez grande sucesso em virtude das poucas oportunidades de divertimento na cidade, contudo, devido a má administração, logo o negócio foi à falência. Em 1974, após muita insistência de seus amigos do exterior e de perceber que as coisas no Brasil estavam ficando muito difíceis, Herbert e Cláudio decidem sair do país. No dia 7 de setembro de 1974 eles deixam o Brasil rumo a Argentina, para enfim viver o exílio político no exterior que duraria 7 anos (1974 - 1981).

Ao deixarem o Brasil, Herbert e Cláudio foram morar em Paris, contudo, neste primeiro momento, ficaram pouco tempo por ali, pois, devido às suas condições de exilados políticos, não conseguiram meios de se sustentar. Como em Portugal acontecia a “Revolução dos Cravos”<sup>34</sup> (1974), que buscava derrubar o regime militar salazariano e pôr fim à guerra em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, consideraram que lá seria o ambiente mais adequado para viverem. Em Portugal, os dois dividiram um apartamento à beira da praia com Maria Helena<sup>35</sup>, Maria do Carmo e Jonjoca<sup>36</sup>, mas que, devido a boa localização, logo fora tomado por outros exilados políticos que também vinham para Portugal (Secco, 2004; Green, 2018).

Ao se mudar para Portugal, Herbert conseguiu um emprego na revista *Modas e Bordados* (1912 - 1977), onde passou a escrever sobre temas diversos. A *Modas e Bordados*

---

<sup>34</sup> A Revolução dos Cravos foi um movimento pacífico, quase sem mortes, iniciada por um grupo de capitães e soldados que tomaram o controle de pontos estratégicos de Lisboa, pondo fim ao regime militar que detinha o poder desde 1933. A Revolução dos Cravos ficou assim conhecida, pois soldados e população saíram às ruas, colocando cravos, a flor da estação, nos uniformes e na boca dos rifles dos soldados.

<sup>35</sup> Maria Helena Tejo, aderiu à Var-Palmareis do Rio Grande do Sul em 1969 e em 1973 fugiu para Paris. Não encontramos maiores informações sobre Maria Helena.

<sup>36</sup> João Belisário de Sousa, foi militante do movimento estudantil secundarista e apoiou a fuga de militantes de organizações revolucionárias, como por exemplo a de Herbert Daniel. Não encontramos maiores informações sobre Jonjoca.

foi uma revista portuguesa dedicada ao público feminino da classe média, abordando temas como higiene feminina. Herbert afirma em carta a sua amiga Lúcia: “não se assuste, a revista é muito séria. Foi uma tentativa de tomar uma revista basicamente reacionária e apresentar através dela uma nova proposta para as mulheres leitoras” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 216). Herbert se esforçava, ainda, em fazer a diferença nos meios em que estava inserido e a alternativa que encontrou foi trabalhar temas culturalmente considerados tabus entre mulheres da burguesia portuguesa. No período em que esteve na revista escreveu sobre temas tidos como “polêmicos” naquele contexto sociocultural e político, tais como feminismo e direito ao aborto legal.

A atuação militante de Herbert Daniel, no exterior, foi mais voltada para os debates de gênero, buscando formas de incluir temas “tabus” no meio social ao qual estava inserido. Na *Modas e Bordados*, foi mais além, buscou inserir as temáticas de gênero, numa perspectiva mais popular, na classe média, que é retratada por ele mesmo como reacionária, que não se importavam para as questões que não lhes afetava diretamente.

É nesse momento também, em 1975, que Herbert e Cláudio começam a se envolver afetivamente como um casal e assumem seu relacionamento para os amigos, até esse momento os dois mantinham apenas uma amizade forte e duradoura, sem, contudo, manter nenhuma relação sexual antes. Para Lúcia, Herbert escreveu: “O cara é absolutamente sensacional (...) Durante os últimos três anos vivemos juntos e construímos uma amizade que foi minha forma de renascer” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 211) e ainda relata sobre suas jornadas juntos

Acontece que eu e Lauro (Cláudio) estivemos juntos durante três anos correndo pelo mundo, passando poucas e boas, ligados, grudados, dependentes. Mas éramos amigos; tudo em comum, exceto a cama. Há exatamente quinze dias as coisas mudaram. Nós concluímos pela coisa natural do mundo: nós nos amávamos. Foi uma experiência incrível; tem sido. Não que tenhamos mudado as bases mesmas da nossa relação. Só que ASSUMIMOS (Daniel *apud* Green, 2018, p. 211).

Herbert e Cláudio estiveram juntos desde o momento em que se conheceram em 1971, os dois desenvolveram uma relação forte de amizade e companheirismo. A relação dos dois, antes de qualquer relação sexual, fora construída durante 3 anos, enquanto se escondiam no Brasil, pautada na amizade, troca de afetos e na confiança, quando os dois entenderam, em 1975, que se amavam mas não apenas como amigos, os dois envolveram-se sexualmente e logo assumiram-se como um casal, desenvolvendo juntos suas concepções sobre homossexualidade.

Ao assumir seu relacionamento com Cláudio, Herbert também estava assumindo-se publicamente como homossexual, estava rompendo com seu exílio sexual e com os padrões normativos do Homem revolucionário e da heterossexualidade que, que o Estado e seus aparatos usaram como dispositivo de poder para docilizar seu corpo, obrigando-o a disciplinar seu corpo e a silenciar e esconder sua sexualidade.

Tudo parecia normal em Portugal até que, em novembro de 1975, grupos conservadores tomaram mais uma vez o poder do governo português e não demorou muito para que policiais invadissem o apartamento de Herbert e de seus amigos, alegando estarem à procura de armas que poderiam estar escondidas ali. Depois do ocorrido, o grupo decidiu deixar Portugal para garantir sua segurança. Alguns partiram rumo ao continente africano onde diversas revoluções aconteciam, contudo, Herbert e Cláudio decidiram voltar para Paris em janeiro de 1976 (Green, 2018).

No tempo em que passou no exterior, Herbert, inspirado por amigos que já tinha conseguido legalizar-se como exilados políticos, conseguiu legalizar a sua situação como exilado político em Paris depois de algumas tentativas. A história se repetia em todas as cortes que buscou para tal, sempre omitindo o seu envolvimento nos sequestros e mortes durante o período em que esteve nas organizações revolucionárias. O relatório do Ministério da Administração Interna de Portugal - cujo teor é apresentado por Green na biografia sobre Herbert, contém as seguintes informações sobre as motivações para a demanda de seu reconhecimento como exilado político:

abandonou o Brasil por motivos políticos, depois de ter tomado parte em manifestações públicas, reuniões e crítica direta através dos jornais contra o atual regime brasileiro. Estes atos motivaram perseguições, por parte da Polícia Política, que o obrigaram a andar refugiado por diversas partes do território do seu país (...) Depois de lhe terem sido imputadas acusações, sem provas, foi-lhe organizado o respectivo processo que, com consequente julgamento, à revelia teve como decisão a sentença de prisão perpétua. Verificando então, que era impossível permanecer no Brasil sem, mais tarde ou mais cedo, ser preso, para cumprimento da pena que lhe tinha sido imposta, resolveu vir para a Europa, mormente para Portugal, em virtude da mudança política operada no 25 de abril de 1974 (Herbert Eustáquio de carvalho, Ministério Público de Assuntos Internos, ACL. MAI GM SE 007.12 CX 0544, MAI. *apud* Green, 2018, p. 217).

Daniel nunca conseguiu legalizar sua situação em Portugal, mas entendia que as repetidas tentativas de legalizar sua situação eram, também, uma forma de denunciar os abusos que ele enfrentara no Brasil. O Ministério da Administração Interna de Portugal, ainda que não tenha aceitado legalizar sua situação, reconheceu e registrou as violências que o Estado

brasileiro vinha cometendo contra quem questionava sua legalidade. Apenas em 1976, quando ele e Cláudio retornaram para Paris, é que ambos conseguiram, junto aos órgãos da ONU, asilo político e documentos novos de viagem, legalizando assim a permanência na França.

Green (2018) aponta que ainda em 1976, Herbert começou a trabalhar nas saunas parisienses, locais de encontros homossexuais. Foi enquanto trabalhava nessas saunas que Herbert começou a escrever seu primeiro livro *Passagem para o Próximo Sonho*, que viria a ser publicado em 1982. Sobre os anos de 1977 e 1978, Green (2018) afirma não haver muitas informações, apenas que Herbert participara de algumas atividades do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), comitê que atuava no exterior e era composto por brasileiros exilados, mantendo-se distante dos debates políticos que aconteciam na CBA. Em 1978 Herbert foi convidado pelo Grupo Cultural da CBA a participar de um debate sobre homossexualidade, no qual houve intensas discussões entre os líderes do comitê, os quais boa parte eram contra a realização de tal debate, até a não aprovação do debate. Os membros do Grupo Cultural junto a Herbert decidiram realizar o debate sem o apoio oficial da CBA.

O ano de 1979 parecia florescer com uma grande vitória para os exilados políticos pois, naquele ano, era aprovada a lei de anistia que perdoava os crimes cometidos pelos revolucionários, exceto crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (Brasil, 1979). O maior golpe desta lei estava inserido nas alíneas que perdoavam os militares de quaisquer acusações futuras que viessem a ser feitas. Por ter participado de sequestros e operações com mortes, Herbert se enquadrava no grupo de pessoas que não atendia aos requisitos da lei de anistia e, mais uma vez, viu seus amigos partirem para longe quando estes retornaram para o Brasil (Green, 2018).

A Lei de anistia de 1979 do Brasil, foi pensada pelos próprios militares que ao perceberem que o fim da ditadura estava próximo e com medo de seus crimes serem descobertos, criaram legislações que perdoavam seus atos, quaisquer que fossem, enquanto que continuavam a condenar militantes de movimentos contra-ditatoriais que cometeram crimes muito menos graves. No artigo 1 da lei declara:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Brasil, 1979).

No inciso 1 deste mesmo artigo a lei define quais seriam os crimes “conexos”: “consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, está neste inciso a ambiguidade desta lei, uma vez que os militares afirmavam que os atos, que aqui entendemos como crimes, foram cometidos por motivação política, para defesa da pátria, sendo assim, seus crimes deveriam ser perdoados.

Ao perceber que não se encaixaria no grupo dos anistiados, Herbert então transformou sua situação pessoal em uma campanha política pela anistia das pessoas que, assim como ele, não poderiam retornar ao país. Em carta aberta direcionada ao Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), publicada na íntegra pelo Jornal Lampião da Esquina após os membros da CBA recusar a ler a carta, Herbert declarou: “importante que existam os não anistiados. Não por nós, que temos pouco significado, mas como exemplo e aviso às verdadeiras forças democráticas: continuam em vigor o exílio, a prisão política, o regime de exceção”. Ele declarou, ainda, após ter seu pedido de passaporte negado: “me recuse o passaporte, ou seja, me recuse o direito à cidadania, abuso característico do regime policalesco onde o desrespeito aos direitos elementares é a forma de fazer executar a lei” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 246). Combativo, Herbert continuaria lutando por sua cidadania, por seus direitos como cidadão brasileiro e não desistiria até conseguir seu objetivo.

Na mesma carta aberta ele se opunha ferozmente à ideia de que quem lutara contra o regime deveria pedir perdão: “nunca erramos por nos opor ao governo ditatorial, e a anistia vem para provar que se houve abuso e crime não foi da parte dos opositores”. E continuou: “a anistia não deve vir como o último ato de um erro político, mas o primeiro momento de uma renovação, onde a autocrítica não seja apenas uma declaração de intenções, mas a comemoração de avanços da Democracia” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 247).

Em finais de fevereiro de 1981, ao ter seus pedidos de anistia e passaportes negados, Herbert acionou sua advogada Ana Maria Muller<sup>37</sup> para o auxiliar em seu processo. Finalmente, em maio de 1981, seu recurso jurídico foi aceito, Herbert que inicialmente tinha sido condenado à prisão perpétua teve sua pena reduzida para três anos e meio e, posteriormente, anulada em decorrência da prescrição dos crimes. Contudo, seu passaporte ainda continuava a ser negado. Paralelamente, Herbert recebeu “apoio” de revistas e jornais brasileiros que publicaram sobre

---

<sup>37</sup> Ana Maria Muller, advogada que atuou em prol dos familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, atuou ativamente nas discussões em torno da anistia e da liberdade de presos políticos. Foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) seção do Rio de Janeiro.

a situação que se passava em Paris, entre essas reportagens estava uma da revista *Veja* de julho de 1981, que publicou um artigo de uma página, escrito por Pedro Cavalcanti jornalista da revista, com o título “Ele vive de bicos”. O artigo que contava com uma entrevista com Herbert, revelava a sua homossexualidade de uma forma respeitosa e positiva, onde ele descrevia seu relacionamento com Cláudio como “um dos casamentos mais sólidos da praça”, usando o termo casamento que não era usual para descrever as relações homoafetivas da época (Daniel *apud* Green, 2018). Contudo o artigo relacionava a imagem de Herbert com a do personagem Sebá criado por Jô Soares para o programa *Viva o Gordo*, e ainda afirmava que Herbert baixava a voz para falar de seu passado como guerrilheiro, o que deixou-o insatisfeito com o artigo (Green, 2018).

Luciana Klanovicz (2010) em estudos sobre a revista *Veja*, aponta que esta foi criada em setembro de 1968, pela editora Abril, na cidade de São Paulo, e ao longo do tempo se tornou um dos principais meios de comunicação nacional deste porte. Tamiris Carvalho e Fernanda Nascimento (2014), também em estudos sobre a revista *Veja*, apontam que desde o seu surgimento a revista tinha como principal objetivo ser uma grande revista semanal de informações para todos os brasileiros. Carvalho e Nascimento (2014, p. 160) afirmam que a *Veja* contribuiu para a criação do ideal de inimigo e amigo do Brasil, criando assim um cenário de medo entre a população, “de fato, os textos da revista contribuíram na construção de um ambiente de medo em relação à ameaça comunista maximizando, assim, a busca pela ordem política e social”. Sobre os inimigos da pátria, elas afirmam:

Nesse sentido, a ameaça ao Brasil era o subversivo, o terrorista e o guerrilheiro, expressões comumente utilizadas pela Revista *Veja* para identificar os inimigos da nação. Embora tais imagens pudessem estar associadas a grupos políticos que simplesmente radicalizavam, por meio da violência, sua política – o que incluía grupos de esquerda e de direita – era, sobretudo, ao temido comunismo que estes inimigos eram associados. (Carvalho e Nascimento, 2014, p. 160).

Assim, as mídias utilizando-se do discurso, ajudaram na construção dos ideais de inimigos e amigos do Brasil, uma vez que muitas, como a *Veja*, também publicaram artigos e matérias de apoio ao regime e seus comandantes. Mesmo que o artigo da *Veja* sobre Herbert Daniel pareça um certo ponto de ruptura com o histórico de publicações fascistas e neoliberal, por publicar uma matéria sobre um homossexual exilado e sem direito de retornar ao seu lar, ela reafirma-se como tal, ao passo que vincula de forma negativa a imagem de pessoas homossexuais a personagens caricatos e exagerados, colocando-os em posições de inferioridade.

A partir do exemplo da revista *Veja* podemos perceber o importante papel que os meios de comunicação exerceram na construção dos ideais do povo brasileiro. Sendo os meios de comunicações o principal portal de notícias e informações que chegavam diariamente nas casas das populações que em sua maioria não tinham outros meios de informarem-se sobre os fatos que aconteciam por todo o país, são eles quem ditava as opiniões pública sobre os fatos, influenciando contra ou a favor de uma causa, dependendo dos seus ideais e de seus interesses particulares.

Logo que receberam a notícia que a pena de Herbert havia prescrito (1981), ele e seu esposo Cláudio trataram de enviar parte de seus pertences para o Brasil, contudo, com a demora no processo de emissão dos documentos de Herbert, em agosto de 1981, Cláudio teve que voltar para o Brasil sem seu companheiro para retirar seus pertences do aeroporto. Herbert ficaria mais uma vez solitário, desta vez em solos distantes e desconhecidos e sem seu parceiro de vida por dois longos meses. Em julho de 1981 solicitara mais uma vez seus documentos e, para sua sorte, a CBA interveio e fez um apelo pedindo o apoio de todas as forças democráticas brasileiras e internacionais para viabilizar o retorno de Herbert ao Brasil. Assim, com as pressões de diversas entidades sobre as autoridades, Herbert finalmente conseguiu seu passaporte e, no dia 8 de outubro de 1981, embarcou num voo de volta ao Brasil.

O exílio representou para Herbert um momento de descobertas, mas também de solidão, uma vez que este sentia imensa saudades de seu país natal, o Brasil. É importante que o Estado utilizou-se e ainda utiliza-se da burocracia como uma produtora de violências aos corpos homossexuais, ao negar seus direitos, como por exemplo o passaporte e a nacionalidade de Herbert, o Estado excluía-o de seu meio e de seu pertencimento. Cabe também destacar que os processos de Herbert só tiveram a celeridade que teve, pois essa gozava de privilégios, como por exemplo o reconhecimento público como um importante guerrilheiro e como a imagem do último exilado, atribuída pela imprensa, inclusive a imprensa homossexual brasileira que vinha se organizando e deu espaço para seus reflexões. Deste modo, veremos no próximo capítulo como os homossexuais buscaram se organizar em meio a ditadura militar, buscando meios de sociabilidade entre a comunidade e garantir seus direitos, buscando evidenciar as contribuições de Herbert Daniel para esse cenário de surgimento do movimento homossexual e a sua busca por inserir as questões homossexuais na política brasileira.

### 3.3 O Surgimento Do Movimento Homossexual e a Luta Pela Abertura Política No Brasil

Herbert chega ao Brasil em 1981, momento em que estavam em curso os processos que viriam a ser chamados de abertura política. O período entendido como “abertura política” no Brasil da ditadura, compreendido entre finais dos anos de 1970 e meados de 1980, quando enfim é posto fim ao regime de exceção, é considerado um marco para o processo de redemocratização brasileira, um processo lento e gradual marcado principalmente pela revogação do AI-5 em 1978, pelas massivas campanhas populares como a “Diretas Já” em 1984 e a “retomada” de alguns direitos políticos. Esse processo interessava não apenas às massas oprimidas pelo regime, mas também à burguesia, que estava fortalecida e preparada para instalar no Brasil o capitalismo predatório, dando força às engrenagens da abertura política (Seino; Algarve; Gabbo, 2013). Neste tópico trabalharemos com três linhas de acontecimentos do período de abertura: o surgimento do movimento homossexual; a imprensa “entendida”<sup>38</sup> e; a participação de Herbert na política de reestruturação.

Sobre o surgimento do movimento homossexual Green e Quinalha (2022) afirmam que neste mesmo período de abertura política, teve início o que alguns pesquisadores chamaram de a “primeira onda do movimento LGBT brasileiro”, um momento caracterizado pelo surgimento do *Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais* em 1978. Posteriormente, naquele mesmo ano, o mesmo ficaria conhecido como o *SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual*, que atuou principalmente em São Paulo, mas que se estendeu a outras cidades do país por meio de subgrupos, como ocorreu no Rio de Janeiro. Este grupo, que logo ficou conhecido pela sua atuação, estruturou-se primeiro pela sua auto-organização, dividindo-se em pequenos subgrupos de trabalhos e estudos, característica que pode ter levado ao seu êxito.

A partir da criação e atuação do grupo SOMOS, os homossexuais tornaram-se mais ativos, com seus membros e pessoas afins se engajando na militância sexual e de gênero, participando de manifestações como a dos trabalhadores no 1º de maio de 1980, onde carregaram duas faixas com as seguintes frases: “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” e “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. O grupo esteve presente, também, na manifestação do 20 de novembro de 1980, Dia da Consciência Negra, realizada em frente ao Teatro Municipal de São Paulo (Green; Quinalha, 2022).

---

<sup>38</sup> Imprensa entendida é a forma como era denominada a imprensa direcionada para o público homossexual da época.

Os movimentos homossexuais de algumas regiões brasileiras, mas principalmente do eixo Rio - São Paulo, passaram a se organizar e promover encontros e manifestações que reivindicavam por seus direitos e buscavam por representações nas diversas esferas sociais. No ano de 1980 realizou-se o “*1 Encontro de Grupos Homossexuais Organizados*” (1 EGHO), que veio a se tornar o primeiro encontro nacional de grupos homossexuais, realizado na cidade de São Paulo, onde foram organizados debates em forma de plenárias ou subgrupos de discussão que abordaram temas como a questão lésbica e o machismo entre os homossexuais, temas que até hoje são caros para o atual movimento LGBTQIA+, uma vez que o machismo impera em nossa sociedade, sendo instrumento exclutor entre os homens homossexuais que não performam masculinidade e de invisibilidade para mulheres lésbicas, que são postas no campo da sexualização masculina. Dentre as principais deliberações se encontravam as questões de formalização jurídica dos grupos e a atuação pela despatologização<sup>39</sup> das homossexualidades, demonstrando o papel vanguardista do nascente movimento homossexual, que volta e meio ainda é atacado por setores conservados e precisam se defender de temas que já denunciavam em seu início. Já em 1981, aconteceram de forma mais regional o *1 Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste*, realizado em Recife, e também o *1 Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados* (Quinalha, 2021).

Esses grupos e acontecimentos são excluídos da história oficial, não se fala desses movimentos LGBTQIA+, mesmo que eles tenham de fato existido e com forte atuação, contribuindo inclusive para pautas que podem ser pensadas para além dos debates de gênero que os envolvem. Esse apagamento é uma estratégia clara do Estado de tentar apagar esses sujeitos dissidentes da história deste país, negando-lhes a história e participações em fatos importantes.

Sobre a chamada imprensa entendida, em 1978 no Rio de Janeiro, o *Lampião da Esquina*, jornal feito por e para homossexuais, teve seu número zero publicado em abril e contou com um corpo editorial composto por onze pessoas, dentre as quais se encontrava João Silvério Trevisan<sup>40</sup>, reconhecido escritor e pesquisador das homossexualidades na ditadura. O *Lampião* surgiu nesse momento de abertura política e efervescência de movimentos contra a ditadura militar brasileira, foi considerado o primeiro jornal a abordar as homossexualidades e a lutar contra o preconceito e a repressão ditatorial (Green; Quinalha, 2022). O *Lampião* da

---

<sup>39</sup> Despatologização é o processo em que algo é retirado da condição de doença ou doença mental. As homossexualidades no Brasil foram despatologizadas em 1985.

<sup>40</sup> Escritor brasileiro, homossexual, nascido em 1944 em Ribeirão Bonito (SP). É dramaturgo e cineasta, atuou ativamente na criação do *Lampião da Esquina* e do *Somos*, entre suas principais obras estão “*Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade*” e “*Meu irmão, eu mesmo*”.

Esquina foi também inovador na sua abordagem, que distanciava-se daquela mais comum entre os jornais já consolidados, os quais serviam, majoritariamente, como porta-vozes dos órgãos de repressão, mesmo no período de abertura. Em suas páginas, os editores buscavam tratar temas sobre as sexualidades, bem como informar e conscientizar a população LGBTQIA+ da época, trazendo uma atuação de trabalho de base interno e de produção dessa ideia de comunidade que se consolidou ao longo dos anos.

Larissa Tanganelli (2023) em sua tese de mestrado sobre o *Lampião da Esquina*, afirma que em seu início o *Lampião* fora visto por seus leitores como uma ruptura com a imprensa homossexual que vinha surgindo naquele período, suas edições logo ganharam alcance nacional, contando com colaboradores em diversas cidades pelo país: Brasília, Campina Grandes, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Jacareí, João Pessoa, Niterói, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Teresina e Vitória. Tanganelli (2023) refuta críticas sobre o nu masculino empregado no jornal ao longo de suas edições, ela alega primeiro que esses nus foram estratégia para aumento das vendas do jornal, uma vez que eles foram inseridos em momentos de baixa saída dos exemplares e secundamente que a presença dos nus masculinos não tornou o jornal “menos intelectual”, como muitos apontavam, uma vez que as tais matérias intelectuais ainda estavam presentes nas edições.

James Green e Renan Quinalha (2022) destacam que a contribuição do *Lampião* para a história do movimento LGBTQIA+ é incontestável, uma vez que suas lutas constantes contra a ditadura foram imprescindíveis para que o movimento homossexual no Brasil se consolidasse ao longo do tempo. Contudo, atualmente, surgem críticas ao jornal em relação ao seu corpo editorial, que era composto exclusivamente por homens, e em torno do fato de que suas publicações demoraram a abordar a temática da lesbianidade. Luana Oliveira (2017) nos informa que apenas na edição de número 12 do jornal a temática fora abordada, em texto escrito por 25 mulheres lésbicas do grupo SOMOS, que denunciaram o machismo, a lesbofobia e o apagamento de seus corpos perante a sociedade. Por outro lado, há autores que destacam que algumas fontes relatam que mulheres foram convidadas a participarem do jornal, contudo, os convites não foram respondidos (Green; Quinalha, 2022; Tanganelli, 2023).

Mesmo que Herbert Daniel não tenha vivenciado esses espaços fisicamente e diretamente, por ele ainda estar no exílio político em Paris, ele os acompanhava mesmo de longe, fato é que o *Lampião* publicou sua carta ao CBA. Além dos movimentos e grupos organizados formalmente, os espaços de convivência e sociabilidade também exerciam importante papel para integração dessa emergente comunidade e para a resistência às

imposições, perseguições e exclusões. Matteo Gigante (2023) afirma que existiram no Brasil bares que serviram como ambientes de sociabilização dos indivíduos homossexuais, entendidos inclusive como espaços anti-autoritários, onde estes, desde que não se manifestassem politicamente, podiam expressar suas sexualidades e relações sociais. Esses lugares foram pontos cruciais para que os homossexuais mantivessem, minimamente, firmes e organizados, assim como são também desses espaços que emerge o movimento homossexual e nos quais o mesmo se fortalece.

No período em que estive no exílio em Paris, Herbert trabalhou durante um tempo nas saunas parisienses - conforme mencionado no tópico anterior -, lugares comumente utilizados entre o público gay para encontros casuais. E, enquanto estive trabalhando nesses lugares, Herbert aproveitou para escrever suas obras que mais tarde seriam publicadas, como *“Passagem Para o Próximo Sonho”*, que fora publicada em 1982, logo ao retornar para o Brasil. Também no período em que estive no exílio, Herbert escreveu sobre a homossexualidade, em especial partindo de sua realidade, e participou também de debates promovidos pela CBA (Green, 2018).

Ao retornar ao Brasil em 1981, Herbert engaja-se mais ainda nos debates de gênero, incluindo-os em seus discursos políticos. Em 1982 ao lançar este seu primeiro livro, *“Passagem para o próximo sonho”*, Herbert consegue espaço em alguns jornais para divulgar seu lançamento, como é o caso do Estado de Minas onde ele descreve seu livro da seguinte maneira:

um romance sobre a assombrosa década de 70, onde as coincidências são semelhanças internacionais. É o roteiro de uma personagem, eu, no meio de outros personagens, nós, uma visão autocrítica da minha vida, procurei me fotografar, mas sem me retratar. Não tenho desculpas a pedir, mas experiências a partilhar. Não fui eu que juntou as duas coisas. Foi a vida. Não há política onde não esteja presente a sexualidade e não há relação sexual onde não existam opções políticas. Um grave engano é separar questões políticas gerais e problemas de ordem íntima (Daniel *apud* Green, 2018, p. 257).

*Passagem para o próximo sonho*, como bem descreve Herbert Daniel na entrevista ao Estado de Minas, é um romance que retrata sua vida, principalmente nos movimentos contraditórios. Misturando ficção com realidade, Herbert faz uma bela descrição de sua trajetória, adicionando, ao longo do texto, análises sobre os fatos que ocorreram neste momento de sua vida. A fala de Herbert, reflete a ruptura que esse passou quando partiu para o exílio no exterior, inserindo as questões da homossexualidade em seu discurso político, Herbert que outro obrigou-se a abdicar de sua sexualidade por uma causa política, ao desvincular-se dela

,subverte-se e assume esse papel que outrora fora negado, afirmando a impossibilidade de um discurso político sem a presença da sexualidade, da subjetividade dos sujeitos, contrariando assim o discurso da esquerda que outrora o oprimiu. Semelhante ao que Butler (2018; 2019) afirma sobre as utilizações das estruturas como construção de uma resistência, Herbert utilizará das estruturas que uma vez o submeteu para então se construir como sujeito, a mesma esquerda que o oprimia, ele utiliza para se construir enquanto sujeito político e afirmar sua sexualidade.

Ao retornar ao Brasil, Herbert filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), no qual seu amigo, Liszt Vieira, lançou sua candidatura a deputado estadual no ano de 1982. E, a partir daí, Herbert logo se envolveu na campanha eleitoral de seu amigo, que apresentava propostas bastante progressistas, entre elas a ecologia e a liberação sexual. Lançaram inovadores materiais de campanha, como cartilhas apoiando a comunidade LGBT, o feminismo, o direito à terra e a ecologia que, por se tratarem de temas incomuns para a época, geraram diversas chacotas dentro e fora do partido, incluindo o apelido de Viado Verde atribuído a Liszt. A experiência de Liszt nos denuncia que os valores morais da esquerda em torno da pauta homossexual não se alteraram, mesmo sem o ideal do Homem revolucionário o controle dos corpos e das performances de gênero ainda estavam presentes em suas estruturas, buscando meios de exclusão dos temas que não viam como importante e prioritário, tentando definir mais uma vez o lugar da pauta da homossexualidade como secundário. Mesmo assim, enfrentando oposição dentro do seu próprio partido, ele foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro (Green, 2018).

As pautas levantadas e a condução da campanha de Liszt Vieira na eleição de 1982 causaram grandes desavenças dentro do PT, uma parte dos filiados, que apoiava Liszt e suas pautas, romperam com o partido e formaram o Partido Verde (PV). Já no pleito eleitoral de 1986, Liszt lança sua candidatura a deputado federal pelo novo partido e convence Herbert a também lançar sua candidatura ao pleito de deputado estadual (Monteiro, 2018). Herbert, então, passou a dar uma série de entrevistas para jornais e revistas, tanto da imprensa tradicional quanto da imprensa alternativa/entendida, a fim de promover sua candidatura. No jornal *OKzinho* do Rio de Janeiro ele declarou: “Combater os preconceitos só é possível quando nos dispomos a participar na transformação da sociedade, criando uma vida alternativa. Precisamos coletivamente implementar uma democracia libertária e ecológica” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 292). Especificamente sobre a pauta homossexual ele disse ainda:

Nós, os homossexuais, temos que aparecer na vida política. Ao atuar como homossexuais, não só defendendo nossos direitos, mas interferindo em toda a vida social, estaremos demonstrando radicalmente nossa opção pela liberdade e nossa vontade de reorganizar nossa convivência cotidiana, para que ela seja plena de solidariedade (...) Apesar de não ser considerada nem crime e nem doença no Brasil, a homossexualidade tem contra ela preconceitos de origens muito fundas na cultura do país. Então, além das leis, é preciso usar outro campo de atuação, que é o de fazer da Assembleia Legislativa uma caixa de ressonância, atuando sempre contra o preconceito e os abusos (Daniel *apud* Green, 2018, p. 293).

A declaração de Herbert Daniel ao OKZinho é muito potente, uma vez que ele reconhece as estruturas opressoras do Estado e traça caminhos para enfrentá-las buscando formas de levar a pauta homossexual a lugares que ainda não haviam chegado. Em sua visão, era preciso levar as causas da homossexualidade as estruturas administrativas e legislativas do Estado brasileiro para, assim, buscar direitos para os cidadãos dessa comunidade. O discurso de Herbert Daniel sobre a participação homossexual no cenário político, é ainda um posicionamento atual, uma vez que os setores LGBTQIA+ da política atual estão pautando diariamente melhorias para um quadro geral da sociedade, como exemplo o fim da escala 6x1, pautada sobre tudo pela deputada federal Erika Hilton<sup>41</sup> do PSol. O slogan de sua campanha era “Qualquer maneira de amor vale a pena”<sup>42</sup> com as frases de apoio “Não há democracia se ela para na porta da fábrica ou na beira da cama”. Num de seus folhetos de divulgação constava:

Já me xingaram de muitos nomes, porque sou homem e amo outro homem. Mas quem me xinga só prova sua estupidez machista. Sou homossexual, sim, e isto não me torna pior ou melhor do que ninguém (...) Precisamos afirmar quem somos, como somos e o que queremos. Somos muitos, vamos afirmar nossa vontade de liberdade. Somos muitos, vamos provar que temos força. Nossa luta é a mesma que usa todos os explorados e oprimidos para criar uma democracia onde não mais existem cidadãos de segunda categoria” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 295).

Afirmar a liberdade do ser homossexual estava no centro da campanha de Herbert, ele percebia que homossexuais ou não, todos eram explorados pelas estruturas capitalistas. Qual seria, então, o motivo de uns terem a liberdade de viver sua sexualidade e outros serem privados dessa liberdade? Era preciso que todos os cidadãos fossem iguais em direitos e acessos. Herbert parece reconhecer-se como homossexual também através da sua atuação política, seu processo de autoafirmação é transpassado também pela necessidade de afirmar-se, do conhecimento

---

<sup>41</sup> Erika Hilton, mulher transexual, eleita deputada federal pelo PSol em 2024, ativista dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

<sup>42</sup> O slogan da campanha faz referência a canção de mesmo nome, lançada em 1975 por Milton Nascimento em seu álbum “Minas”.

público de sua homossexualidade, é uma troca mútua entre homossexualidade e política, enquanto a homossexualidade constrói o seu discurso político, a política o constrói como um sujeito homossexualizado e virse e versa, o seu discurso enquanto agente de transformação social também o transforma, é também autodirecionado, reconstruindo-o.

A campanha de Herbert como um todo foi extraordinária, mudando de certa maneira os modos de fazer política no Brasil daquele período. Sua campanha levou a frente pautas que pouco apareciam na política brasileira, sem contar os bailes que realizava, que acabaram por ser uma forma inovadora de buscar apoio e de levantar renda para arcar com os custos da campanha. Nesses bailes participaram, inclusive, renomados nomes da música brasileira, como Gilberto Gil e Caetano Veloso. Infelizmente Herbert não conseguiu a quantidade de votos necessária para ser eleito em 1986 - recebeu 5.485 votos - mas, manteve-se confiante em sua tarefa e no caminho que seguia (Green, 2018).

Em 1989, Herbert foi lançado como pré-candidato à presidência da república pelo PV, mas sua candidatura não foi levada adiante, uma vez que seus colegas de partido temiam pelo seu estado de saúde que estava se deteriorando devido a sua infecção por HIV/AIDS no início de 1989 (Green, 2018; Monteiro, 2018; Neto, 2016). Ainda sobre sua atuação política, seus amigos Fernando Gabeira e Carlos Minc declararam: “Era muito interessado nas questões ligadas ao reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo. Dificilmente no mundo político, você encontraria uma pessoa tão tranquila, bem-intencionada e não agressiva quanto ele” (Gabeira, 2021, p. 31). “Ele virou um símbolo de todo o movimento LGBT. Era um pensador original, libertário, com uma reflexão profunda” (Minc, 2021, p. 29). A atuação política de Herbert exercia influência em diversos setores, desde os movimentos homossexuais até a própria política nacional brasileira, com a qual contribuiu grandemente ao inserir novos debates no cenário da redemocratização.

Outro testemunho de que Herbert foi um dos pioneiros a debater sobre o tema da homossexualidade no Brasil e a colocar em foco a questão, para além de suas participações em jornais e revistas onde se afirmava como homossexual, está em seu livro “Jacarés e Lobisomens: Dois ensaios sobre a homossexualidade” publicado em 1984 junto de Leila Micollis<sup>43</sup>, coautora do livro. No livro os autores abordaram temas caríssimos para a pauta LGBTQIA+ até os dias de hoje, como a homossexualidade como “opção/escolha” ou o “nascer” homossexual (Costa Junior; Silva Junior, 2022).

---

<sup>43</sup> Poeta, ensaísta e dramaturga, advogada de formação, publicou temas referentes à imprensa alternativa e às questões de gênero no Brasil.

Após a sua pré-candidatura à presidência da república em 1989, Herbert concentrou-se nos trabalhos referentes às políticas do HIV/AIDS, engajando-se nos movimentos pela conscientização dos direitos das pessoas que viviam com o HIV/AIDS. Tornou-se importante referência para o debate sobre o tema, representando organizações brasileiras em diversos congressos sobre o tema pelo mundo afora, o que veremos como maior afinco no capítulo que se segue.

#### 4 “VIVA A VIDA”: A LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM HIV/AIDS

*“Quando adoeci, com uma infecção típica da Aids, percebi que a pergunta a ser respondida é se há vida, e qual, antes da morte. De um momento para o outro o simples fato de dizer ‘Eu estou vivo’ tornou-se um ato político. Afirmer a minha qualidade de cidadão perfeitamente vivo é uma ação de desobediência civil. Por isso repito constantemente, desde que soube que estava com aids, que sou vivo e cidadão”*

*Herbert Daniel apud Green, 2018*

Ao retornar do exílio político em Paris, Herbert dedicou o seu tempo a escrita e publicação de seus livros, logo em 1982 ele publica “Passagem para o próximo sonho”, já citado aqui, livro em que relatará sua trajetória como revolucionário e guerrilheiro, expressando algumas opiniões sobre o emergente movimento homossexual e trazendo também uma inovadora forma de escrita que misturava realidade com ficção (Pechstein, 2015; Green 2018). Em 1983 é lançado “A Fêmea Sintética” e “Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade”, este último escrito juntamente de sua amiga Leila Micollis, como já mencionado, onde abordam questões sobre as homossexualidades e o HIV/ AIDS (Costa Júnior; Silva Júnior, 2022). Podemos considerar este um dos primeiros trabalhos de Herbert Daniel sobre a temática do HIV/Aids, a qual dedicaria seus esforços pelo resto de sua vida, principalmente após o seu diagnóstico em 1989.

Os primeiros casos de HIV/ AIDS notificados no Brasil datam do início da década de 1980, período em que ainda não existiam testes e tão pouco tratamentos eficazes para o vírus/doença. O diagnóstico era clínico, partindo, portanto, das percepções dos médicos e, por isso, durante algum tempo, parte da comunidade homossexual, principalmente aqueles que buscavam se engajar nas pautas identitárias, acreditava que os diagnósticos seriam mais uma estratégia médica para a dominação de seus corpos e sexualidades (Barros; Vieira-da-Silva, 2016). O termo AIDS foi usado pela primeira vez em 1982, numa publicação do Centers for Disease Control (CDC), dos Estados Unidos, ele fora utilizado para denominar a epidemia que vinha acometendo homens gays desde o início da década, principalmente em grandes centros urbanos como Los Angeles, Nova York e São Francisco. Deste modo, desde os primeiros casos - e sob a lógica da sociedade patriarcal, heteronormativa e machista -, viver com HIV/AIDS era sinônimo de ser homossexual ou, ao menos, de manter relações com homens homossexuais (Fernandes; Bruns, 2021).

#### **4.1. A Epidemia Do HIV/AIDS e o Controle Das Homossexualidades Na Abertura Da Ditadura Militar Brasileira**

Nos primeiros anos da epidemia que se espalhou por todo o mundo, cientistas e médicos buscaram identificar o “grupo de risco”, ou seja, o grupo que estava “mais propenso” a ser infectado pelo vírus ou mais exposto a ele - semelhante ao que se faz com outros vírus e doenças virais. Contudo, no caso do HIV/AIDS, esse mapeamento de grupos de risco não ocorreu de forma não eficaz e tão pouco científica. Os estudos apontaram que, em comparação com a população geral, os grupos que tinham maior prevalência do vírus do HIV/AIDS, portanto, representando maior risco, seriam os homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis. No contexto estadunidense, alguns pesquisadores adicionaram, ainda, os haitianos migrantes (Dias, 2016). Pode-se perceber que este grupo é composto, majoritariamente, por comunidades vulneráveis, incluindo os homossexuais, se pensarmos nas estruturas sociais daquele momento e em como os mesmos eram marginalizados.

Era preciso, no entanto, criar uma “cara” para o vírus e os escolhidos foram os homossexuais, dissidentes de gênero historicamente marginalizados e invisibilizados pela sociedade. A atribuição do HIV/AIDS aos homossexuais, pode ser percebida como uma estratégia política de controle moral e social, sobretudo no Brasil, onde os homossexuais eram, e muitas vezes continuam a ser, vistos como um grande problema social. Preciado (2018) ao analisar as construções do sexo, que veio a chamar de sexopolítica, afirma que o sexo e as questões envolta nele são partes da estrutura utilizada pelo Estado para dominar os corpos. Deste modo podemos pensar como o Estado utilizou-se da epidemia de HIV/AIDS para estigmatizar determinados grupos, em nosso caso, mas especificamente os homossexuais, uma vez que o HIV/Aids foi diretamente relacionado às questões sexuais. Sobre isso Preciado (2018, p. 76) afirma: “O sexo tornou-se parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformam-se em agentes de controle e padronização de vida”, o sexo portanto, assume importante lugar na política, sendo utilizado como um objeto de controle social.

Sobre a epidemia do HIV/AIDS Preciado (2020) afirma que a biopolítica de Michel Foucault é imunológica, ou seja, possui uma divisão entre sujeitos hegemônicos (os heterossexuais) que estão imunes às ameaças e “isentos de tributos”, ou seja, não devem satisfações à sociedade sobre suas práticas sexuais, uma vez que performam a normalidade, e aqueles sujeitos (os homossexuais) que a sociedade percebe como um potencial perigo, esses

últimos serão excluídos da sociedade como uma forma de proteção imunológica dos “normais”. O autor traça um paralelo entre tais considerações e a forma como o poder operou sobre os homossexuais na epidemia de HIV/ AIDS, em suas palavras:

Meio século depois, a AIDS foi para a sociedade neoliberal heteronormativa do século XX o que a sífilis havia sido para a sociedade industrial e colonial. Os primeiros casos surgiram em 1981, precisamente no momento em que a homossexualidade não era mais considerada uma doença psiquiátrica, depois de ter sido objeto de perseguição e discriminação social durante décadas. A primeira fase da epidemia afetou, prioritariamente, o chamado 4 H: homossexuais, hookers — profissionais do sexo —, hemofílicos e heroin users — heroinômanos. A AIDS remasterizou e atualizou a rede de controle sobre o corpo e a sexualidade que a sífilis havia tecido e que a penicilina e a descolonização, os movimentos feministas e gays haviam desarticulado e transformado nas décadas de 1960 e 1970. Como no caso das prostitutas na crise da sífilis, a repressão à homossexualidade apenas causou mais mortes. O que está transformando progressivamente a AIDS em uma doença crônica tem sido a despatologização da homossexualidade, a autonomia farmacológica do Sul, a emancipação sexual das mulheres, o direito de dizer não às práticas sem preservativo e o acesso da população afetada, independentemente de sua classe social ou grau de racialização, a triterápias. O modelo de comunidade / imunidade da AIDS tem a ver com a fantasia da soberania sexual masculina entendida como um direito inegociável de penetração, enquanto qualquer corpo penetrado sexualmente (homossexual, feminino, todas as formas de analidade) é percebido como desprovido de soberania (Preciado, 2020, p. 4).

O Estado cria portanto, suas próprias estruturas hierárquicas de segregação dos sujeitos, neste caso através da vinculação dos homossexuais ao HIV/ AIDS, exercendo o poder de definir quem morre e quem vive, quem tem direitos a uma vida plena, com o reconhecimento de sua humanidade e de sua cidadania, e a quem serão negados os direitos básicos de vida, como veremos nos argumentos de Herbert Daniel mais à frente. Essa estrutura é criada como um “sacrifício” de uma parcela da população para manutenção da soberania heteronormativa, patriarcal e opressora.

Nesse sentido, era preciso criar meios de desmoralizar essa população, de deslegitimá-los politicamente e desumanizá-los, a vinculação dos homossexuais com o vírus foi uma saída rápida e eficaz de empurrá-los para o esquecimento, para o gueto social, uma estratégia de dominação do poder. Esse controle exercido sobre a população homossexual, sob a alegação de controle da epidemia, ocorre justamente no momento em que os movimentos homossexuais estavam ocupando a esfera pública e os espaços políticos, bem como avançando com suas pautas.

Contudo, por volta do final dos anos de 1980, o HIV já deixava de ser um “problema” de comunidades, ou seja, dos homossexuais, trabalhadoras/es do sexo, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, ao alcançar dimensões globais, ele era agora uma questão de todos, pois,

diferentes grupos estavam suscetíveis a serem infectados e não mais apenas grupos marginalizados e é neste contexto que Herbert Daniel é inserido nos debates acerca do HIV/AIDS (Dias, 2016).

#### **4.2. Redemocratização e a Atuação Política De Herbert Daniel Na Defesa Dos Direitos Das Pessoas Vivendo Com Hiv/Aids**

Em 1984 é criada a “Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)”, organização não-governamental sem fins lucrativos (ONG), criada a partir das inquietudes do sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e do médico Walter Almeida<sup>44</sup>, e que logo ganharia apoio de diversas pessoas e organizações, conseguindo inclusive financiamento do Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) que possibilitou a realização de diversas ações. A ABIA foi uma grande aliada da causa, buscando a mobilização da sociedade civil para o enfrentamento da epidemia de HIV e da Aids no Brasil, elaborando políticas, pesquisas e disseminando informações possibilitando importantíssimos debates para o avanço das prevenções, cuidados e tratamentos das pessoas que viviam com HIV/ AIDS, desenvolvendo uma longa trajetória de lutas junto a outras organizações que também buscavam a universalização das informações a respeito do tema (Parker; Terto Júnior, 2001). Atualmente a ABIA atua como *Observatório Nacional de Políticas de AIDS*, com o propósito de fortalecer a resposta social capaz de incidir diretamente na construção de políticas públicas e na conscientização dos direitos das pessoas com HIV/AIDS.

Entre 1983 e 1984 aconteciam pelo Brasil uma série de transformações políticas: Campanha das Diretas Já (1983-1984), um movimento popular massivo exigindo eleições diretas para presidente, que, embora não tenha aprovado a emenda Dante de Oliveira, mobilizou o país pelo fim do regime. Em 1985 acontecia a eleição indireta de Tancredo Neves, que encerrou o ciclo militar e marcou o início da redemocratização política do país.

Em 1987, com o grande sucesso da ABIA e com a captação de recursos para a organização, foi possível contratar pessoas para fazer o trabalho e é neste momento que Herbert

---

<sup>44</sup> Pioneiro no tratamento de pessoas com HIV/AIDS no Brasil e na conscientização dos direitos dos portadores do vírus.

Daniel começa a trabalhar na associação como escritor do Boletim ABIA<sup>45</sup>. Seu trabalho esteve focado em elaborar textos desmistificando o HIV/ AIDS e questionando a posição do Estado sobre a infecção pelo vírus, visto que o mesmo insistia em tratá-la a partir do medo, divulgando textos e imagens estereotipadas de terror. Em um de seus textos publicado no Boletim ABIA afirmava: “Viver é fabricar a vida. Ela pode, é verdade, ser vivida de qualquer maneira. Mas assim não vale a pena. A vida tem de ser vivida da melhor maneira. Com ternura, sim, com indignação, também, contra o mal e a mentira. Com poesia e humor” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 303).

Ao afirmar que a vida poder ser “vivida de qualquer maneira” e contestar “mas assim não vale a pena”, Herbert faz uma crítica às políticas do Estado brasileiro que não garantiam ao portador do HIV/AIDS as condições básicas de dignidade e de vida. Fazendo, ao final, um chamamento para que as pessoas lutassem por seus direitos, para manifestar sua indignação frente às más condições de vida que o Estado proporcionava. As políticas do Estado sobre a gestão do HIV/AIDS, inclusive, fazem parte de um projeto excludente das comunidades que estavam à margem da sociedade, sobretudo dos homossexuais, um projeto que buscava gerenciar e governar os direitos de vida e morte e vida para além da simples sobrevivência, uma vida preenchida com as relações sociais, pessoais e sexuais, independente de como esses sujeitos viviam sua sexualidade.

Sobre a atuação do Estado brasileiro a respeito do HIV/Aids, Gabriel Vitiello (2009), através de análises de jornais da época da epidemia do HIV/AIDS nos mostrará como o Estado se utilizava dos meios de comunicação para segregar essa população por meio da estigmatização desses corpos. Ainda segundo Vitiello (2009), a AIDS foi veiculada, por meio dos jornais, aos homossexuais, recebendo inclusive as nomenclaturas de “peste gay” e “câncer gay”, sobre os quais o governo se rejeitava a passar informações verdadeiras, reforçando assim sua estratégia de dominação do poder sobre esses corpos, que eram afastado da sociedade, tratados como seres inferiores e de alto risco de contaminação de doença e social.

A edição de número 5 do Boletim ABIA, datada de novembro de 1988, na matéria “E onde fica o Pinto Fernandes?”, assinada apenas como ABIA, apresentava, mais uma vez, críticas à abordagem do governo que insistia na campanha do medo. O texto destacava: “a política da informação continua insistindo na tecla do medo, do susto, da arrogância. A

---

<sup>45</sup> Para acessar todos os exemplares do Boletim Abia e saber mais informações sobre a organização e sua atuação até os dias atuais, acesse: <https://abi aids.org.br/>.

experiência mundial tem provado - e não só no caso da aids - que todas as campanhas de promoção de saúde não funcionam baseadas na publicidade do terror”. Sobre a AIDS, declara ainda: “em relação à AIDS, uma das distorções mais prejudiciais das políticas de informação é uma associação direta e imediata da doença com a morte (...) nas campanhas do governo, bem como em todas as iniciativas no Brasil sobre a Aids, o grande esquecido é o infectado pelo HIV ou o doente de Aids”. Já sobre o infectado, a matéria afirma: “além de não ter direito à palavra, não lhe é dado o direito de ser informado, nem é contemplado nas estratégias de prevenção e controle. Oficialmente, já está morto, já que a fórmula que dirige toda a política governamental sobre Aids faz coincidir infecção pelo HIV = morte” (Abia, 1988, p. 1).

As denúncias da edição 5 do Boletim ABIA denunciam mais uma vez as políticas de dominação do Estado, afirmando o que o Foucault (1985) diz sobre o sexo ser um campo direto de disputa política, porque ele é parte integrante direta das estratégias de regulação das populações. Achille Mbembe (2018), compactuando com a teoria de biopoder - que pode funcionar na divisão entre quem deve viver e quem deve morrer - de Foucault (1985), afirma que o Estado atua na soberania do poder definindo quem importa e quem não importa, construindo políticas de exclusão dos indivíduos que “não importam”, condenando-os ao que Herbert chamou de morte civil - entendida como a negação dos direitos dos cidadãos - e posteriormente a morte física.

Mesmo que o nome de Herbert Daniel não esteja diretamente ligado a matéria da edição 5, sabe-se que ele teve participação ativa na escrita da mesma, primeiro por fazer parte do corpo editorial do boletim desde o seu início, ocupando importante espaço na construção do mesmo, e segundo pelo tom combativo e denunciador da matéria, que era comum nas escritas de Herbert. Ele esteve envolto nos debates sobre o HIV/AIDS antes mesmo de ser diagnosticado, sua posição sempre foi pela afirmação dos direitos cidadãos dos portadores do vírus. Paralela à denúncia da atuação do Estado que operava a partir do *biopoder*, ou seja, administração dos corpos e gestão calculista da vida, que Foucault (1985) definiu como técnicas que objetivam a sujeição dos corpos e o controle das populações, muitas dessas técnicas atuantes através da saúde pública - como foi o caso da epidemia de HIV/ AIDS.

Esse silenciamento dos portadores do HIV, Herbert denominou como “morte civil”, o que ele entendeu como a perda dos direitos civis dos indivíduos, a perda do estatuto de cidadão. Para Herbert, ao ser diagnosticado com o vírus do HIV, o paciente estava automaticamente condenado a morte, mas diferentemente do que pregavam os preconceitos e a política de morte do Estado ditatorial daquele período, não se tratava de uma morte literal, mas sim uma morte

civil, uma vez que esses cidadãos passavam a ser invisíveis na sociedade, sem direito a informações, a fala e a escolha. O paciente era excluído do cotidiano da sociedade e da vida coletiva, sobretudo do espaço público, restando-lhe apenas o repúdio, o nojo e abjeção por parte das pessoas que os cercavam e, em alguns casos, a pena. Essa estratégia do Estado, atuou sobre os corpos homossexuais principalmente no momento em que estes saíam dos chamados guetos sociais e começavam adentrar os espaços de debate público e político, questionando a atuação do Estado referente às suas questões.

Uma das soluções para este problema, considerada pela militância engajada na causa, era a maior circulação de informações a respeito do vírus para a população de modo geral, e o acolhimento dos “doentes” para que estes conseguissem romper com a vergonha do diagnóstico, bem como uma maior publicização e visibilização das reais condições e necessidades dos diagnosticados para que os mesmos fossem vistos, ouvidos e tivessem seus direitos atendidos para, assim, retomarem sua vida civil.

Para combater a morte civil, o doente tem que romper as barreiras da clandestinidade. Acredito que todos nós temos de nos curar da vergonha, da culpa e do medo. Por isto, é necessário que as pessoas com AIDS não se escondam, mostrem-se como são. Falem de sua situação. Formem grupos de auto-ajuda e participação social. Estes grupos, destinados a combater a morte decretada da clandestinidade, não servirão apenas para a terapia de seus membros. Servirão, principalmente, como terapia para uma sociedade que adoce com a discriminação (...) (Daniel *apud* Dias. 2016, p. 15).

Herbert busca combater a clandestinidade das pessoas que viviam com HIV/AIDS, para ele essa clandestinidade era geradora de uma morte social e política, uma vez que esses sujeitos estariam se escondendo, não combatendo frente a frente as estruturas que os oprimiam. Ele cria uma conexão direta ao que enfrentou no período da revolução armada, a clandestinidade, forçado pela opressão do Estado, para denunciar como mesmo no período de abertura política e no pós-ditadura o Estado ainda criava mecanismos de exclusão e apagamento de determinados grupos.

Aliado ao debate da “morte civil” Herbert buscava, ainda, fortalecer os debates sobre os preconceitos existentes na época, que produziram, entre outras coisas, o uso e popularização do termo “aidético” como um estigma. Na concepção de Herbert esse tipo de identificação e nomeação apenas servia para, mais uma vez, determinar a morte do indivíduo infectado com o vírus, uma vez que este termo racista era utilizado para distinguir e distanciar as pessoas, criando um “gueto social” mantido pelos preconceitos, pelo repúdio da sociedade as homossexualidades e ao vírus. Herbert afirma que a sociedade estava, portanto, doente, mas

não em decorrência do vírus ou da doença em si, a sociedade estava doente do preconceito e da desinformação (Neto, 2016; Lima, 2025).

Ainda em 1987, Herbert lança mais um livro “Alegres e Irresponsáveis Abacaxis Americanos: imagens dos dias do medo (dias, aliás, é anagrama de Aids)”, no qual aprofundará o debate sobre o HIV/ AIDS para além de suas publicações no Boletim da ABIA (Alós, 2020). Paralelamente ao lançamento de seu livro, Herbert iniciou uma nova forma de abordar os debates sobre o HIV/ AIDS, pois, para ele era importante, além do debate sobre o vírus, debater antes de tudo sobre as pessoas que viviam com o vírus. De modo que ele fortaleceu e contribuiu para consolidar os debates sobre os preconceitos e as exclusões sofridas pelas pessoas infectadas (Neto, 2016; Dias, 2016). É também no período de engajamento na pauta do HIV/Aids que Herbert descobre que já vivia com Aids e fará desta uma causa central em sua luta política a partir desse momento.

Herbert Daniel, junto a ABIA, foi um crítico ferrenho da falta de ação e das políticas excludentes do governo em relação à epidemia que o Brasil enfrentava. Na segunda edição do Boletim ABIA, onde fora publicado o artigo “Quem semeia pânico, colhe epidemia: caras e máscaras de uma campanha equivocada”, ele acusava o governo de negligenciar a causa. Em suas palavras: “até hoje o Presidente<sup>46</sup> não se manifestou sobre a questão. Não há estímulo à pesquisa. Não existe um programa real de assistência ao doente. Não há leitos, médicos, medicamentos, hospitais. Não há um programa consistente de educação e informação” (ABIA, 1988). Em outros escritos de Herbert é possível observar crítica semelhante ao governo, como em texto não identificado com título, publicado pela ABIA e reproduzido na biografia escrita por Green, onde declara: “até agora a resposta oficial do governo brasileiro tem sido, para dizer o mínimo, irrelevante e tímida. Declarações equivocadas sobre as características da epidemia, somadas a atitudes absenteístas fazem-nos concluir que o governo ainda não levou a sério o enfrentamento da epidemia” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 314).

### **4.3 “Estou Vivo e Tenho Aids!”**

Em 9 de janeiro de 1989, Herbert consultou-se com um médico que, ao examiná-lo, em questão de minutos deu o diagnóstico de “Pneumocystis carinii”, o que indicava uma imunodeficiência e, claramente, uma infecção por HIV/AIDS. O médico ainda prescreveu um teste para “a outra doença”, a AIDS. Ao sair do consultório Herbert já estava conformado com

---

<sup>46</sup> O Presidente ao qual o artigo faz referência é a José Sarney, então presidente do Brasil em 1988.

o fato de que morreria em, no máximo, 2 anos - como apontavam as estatísticas da época e o preconceito e o estigma social que o rótulo de “aidético” carregava. Mas, a despeito disso, pôde contar com o apoio e companheirismo de seu marido Cláudio neste difícil momento. Um pouco depois, Herbert descobriria que, na verdade, tinha contraído tuberculose ganglionar e não pneumonia, ainda assim, sua vida já tinha mudado e ele havia percebido que deveria assumir uma nova missão: “afirmar que ainda estava vivo e politizar o fato que vivia com Aids” (Green, 2018).

No mês seguinte ao seu diagnóstico, Herbert publicou no Boletim ABIA um artigo intitulado “Quarenta segundos de Aids”, relatando sua consulta e questionando a indiferença médica aos pacientes portadores do vírus. Em suas palavras: “quarenta segundos. Foi o tempo que ele me deu para absorver a notícia. Foi o suficiente para me dar sobretudo o horror de ver diante de mim, naquela clínica indiferença, talvez uma certa maldade: não estaria ele se ‘vingando’ de mim por ser eu homossexual e merecer receber um castigo?”. O artigo se encerra com o seguinte trecho:

Saí daquele consultório transtornado. Quarenta segundos de Aids! Escapei. Cláudio, meu companheiro, me esperava aqui fora. Meus amigos me esperavam. A vida me esperava. E livre-me daquela pavorosa doença que me matou por quarenta segundos. Escapei. Com a convicção de que é preciso libertar desse jugo outros doentes. A Aids real é um caso muito sério para ser tratada por 'médicos', por essa medicina que a Aids veio provar que falhou. De resto, é a vida. A cada quarenta segundos. Intensamente (Daniel, 1989, p. 4).

Mais uma vez o Estado utiliza-se de todos os mecanismos disponíveis para controle desses corpos, para definir quem tem direito à vida e quem tem direito à morte, quem importa e quem não importa, atuando aos modos de Achille Mbembe (2018) e Michel Foucault (1985) como já mencionado anteriormente. Aqui o Estado se utiliza da autoridade médica para separar esses sujeitos desimportantes, decretando a sua morte.

Herbert escolheu, ainda, o *Jornal do Brasil*<sup>47</sup> para publicar um ensaio intitulado “Notícias de outra vida”, onde ele questionava a natureza da vida antes da morte, ou seja, que tipo de vida uma pessoa com HIV poderia ter, e repudiava a sentença de morte. Refletindo sobre o momento em que recebeu o diagnóstico, ele declara:

Quando adoeci, com uma infecção típica da Aids, percebi que a pergunta a ser respondida é se há vida, e qual, antes da morte. De um momento para o outro o simples fato de dizer ‘Eu estou vivo’ tornou-se um ato político. Afirmar a minha qualidade de

---

<sup>47</sup> Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* tornou-se um dos maiores meios de comunicação no Brasil durante o século XX, com sua sede na cidade do Rio de Janeiro, publica notícias nos meios digitais até os dias de hoje.

cidadão perfeitamente vivo é uma ação de desobediência civil. Por isso repito constantemente, desde que soube que estava com aids, que sou vivo e cidadão. Não tenho nenhuma deficiência que me imuniza contra os direitos civis. Apesar de farta propaganda em contrário (Daniel *apud* Green, 2018, pp. 310-311).

O discurso de Herbert, mesmo que não faça referência aos trabalhos de Paul Preciado, e tenham sido escritos em tempos e perspectivas diferentes, se complementam e se referenciam. Assim como Preciado (2022), Herbert também debate sobre o estar imune a algo, ao direito a algo, a vida, aos direitos civis que são os que garantem a vida. Neste artigo, Herbert questionou e repudiou diversos termos e ações utilizados para denominar e marcar pessoas portadoras do HIV. Se seguirmos uma cronologia dos fatos para pensar sobre o contexto, em 1989 o HIV não era mais uma questão de grupos marginalizados, neste momento ele já era um problema de saúde pública que estava posto para toda a sociedade. No entanto, o discurso oficial do Estado e o imaginário social continuavam a tratar o HIV como um problema dos homossexuais. Deste modo, no momento em que Herbert Daniel fora inserido nos debates sobre o vírus, sobretudo com o trabalho no Boletim da ABIA, os debates já realizavam uma virada de chave sobre a temática. Especificamente na altura de seu diagnóstico, o debate sobre o vírus e a epidemia de Aids já não se concentrava apenas nas minorias sociais e de gênero. Em outras palavras, havia um ambiente intelectual, militante e de discussão na esfera pública que orientava seu discurso para as questões sociais, a exclusão/inclusão de pessoas portadoras do vírus e as responsabilidades do Estado (Dias, 2016).

O ano de 1989 foi movimentado para Herbert Daniel. Green (2018), afirma que ao ser diagnosticado com Aids, ele decidiu que tornaria sua condição um espaço de engajamento político e, em maio daquele mesmo ano, fundou o “Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS (Pela Vidda)”. O grupo originalmente nasceu na cidade do Rio de Janeiro, onde Herbert morava, mas logo se estendeu para outras localidades como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Vitória e Goiânia. A fundação do grupo teve influências diretas de seu trabalho da ABIA, na qual Herbert ainda trabalhava no momento da fundação do grupo (Pedrosa; Aggleton, 1992; ABIA, 1989; Brasil, 2025; Mello; Favaretto, 2021). Os objetivos do programa do Pela Vidda eram os seguintes:

(i) lutar contra o isolamento e a discriminação com que se deparam as pessoas com HIV/AIDS; (ii) monitorar e criticar (onde necessário) as políticas governamentais relativas ao HIV/AIDS; (iii) oferecer informação específica para soropositivos e ajudá-los a tomar decisões; (iv) lutar pelos direitos civis das pessoas com HIV/AIDS,

e (v) lutar para garantir às pessoas com HIV/AIDS participação total na sociedade brasileira (Pedrosa; Aggleton, 1992).

Ainda em 1989, Herbert se engajou em de diversas atividades por todo o país e no exterior. Em junho participou da “Quinta Conferência Internacional da AIDS”, em Montreal (Canadá), em julho de uma reunião em Genebra (Suíça), patrocinada pelo Programa Global de Aids, da OMS, e pela Comissão das Nações Unidas para os direitos Humanos. No Brasil, participou de outras reuniões entre julho e outubro e, por dois meses, uma equipe de televisão da TV Manchete do Rio de Janeiro acompanhou o cotidiano de Herbert e Cláudio para a produção de uma matéria<sup>48</sup>, mostrando a intimidade do casal e o amor duradouro entre os dois (Green, 2018).

Herbert Daniel seguia firmemente na militância pelos direitos das pessoas com HIV/AIDS, seus escritos caminhavam, principalmente, rumo a conscientização sobre os direitos das pessoas que viviam com HIV/AIDS, mantendo as críticas ao silenciamento dessa comunidade e à falta de informações qualificadas sobre a doença. Em um de seus textos publicado pela ABIA, também sem identificação de qual texto seria, e reproduzido por Green (2018), ele afirma: “a imposição do silêncio sobre a vida sexual do doente é, por outro lado, um elemento prejudicador das atividades de prevenção da epidemia” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 314). Sobre a conscientização da comunidade ele escreve: “onde os homossexuais tomaram maior consciência da importância da epidemia, melhor reagiu a comunidade como um todo diante da doença”, e completa afirmando a necessidade de se debater as questões de gênero e sexualidade. Em suas palavras: “uma discussão aberta da sexualidade (obviamente fundamental ao se tratar de uma doença sexualmente transmissível) é um elemento chave nas políticas de prevenção da Aids. Isto vem faltando sistematicamente no Brasil” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 314). O silenciamento da vida sexual desses corpos que Herbert denuncia, remete ao que Preciado (2018) afirma como a privatização da vida sexual, o sexo não deve ser trago à tona, quando relacionado a determinados sujeito, porque ele é uma questão da vida privada, ele não deve ser discutido publicamente por ser questão pessoal.

Green (2018, p. 326) ao reproduzir falas de Herbert Daniel em seu texto, afirma que, ao longo de 1990 e 1991, Herbert seguiu criticando as ações do governo a respeito da questão do HIV/ AIDS, destacando a seguinte declaração dada em uma entrevista a um jornal: “a campanha

---

<sup>48</sup> Para assistir a matéria “Herbert Daniel, o Amor e a Aids nos anos 80” dividida em três partes, acesse: [https://www.youtube.com/watch?v=-0-mk-HW2\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=-0-mk-HW2_c).

do governo em relação à Aids é imoral, injusta e covarde. Não explica nada sobre a doença e ofende os doentes”. Herbert continua sua crítica contundente: “o governo brasileiro tem agido em relação à Aids com desinteresse, com uma omissão que é criminosa. As campanhas têm sido irresponsáveis, não informativas, deveriam ser modificadas radicalmente. É uma vergonha o que está acontecendo no Brasil, e isso vai aumentar muito o preconceito”. Nesta entrevista, Herbert é implacável: “Imagine uma pessoa doente que, ao ligar a televisão, ouve o governo dizer que ela não tem cura, que vai morrer”. Percebemos que a estratégia do governo pouco mudou ao longo dos anos de militância de Herbert Daniel, o Estado seguiu insistindo na tecla do medo, na exclusão dos corpos dissidentes, dos corpos que não importavam.

Em 1991 Herbert participou da reunião sobre os direitos humanos organizada pelo Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, onde deu a seguinte declaração: “Todos nós vivemos com AIDS. Vamos fazer da vida no nosso planeta um inventário de beleza incalculável. Juntos, vamos levantar um grito de exaltação e esperança cujo eco será ouvido em todo o mundo, para todo o sempre. Viva a vida!” (Daniel *apud* Green, 2018, p. 326). Herbert traz pro discurso dele o termo vida, enquanto do outro lado o Estado continuava a mobilizar o termo morte, ele está buscando humanizar essas pessoas, uma tentativa de lhes restituir a humanidade, um pensamento a frente de seu tempo, uma vez que pesquisas científicas só apontam essa possibilidade de conviver com o vírus a partir do ano de 1996.

A respeito do tratamento para o HIV/ AIDS, Maria Cristina Marques (2002) afirma que o governo foi extremamente lento no que diz respeito à distribuição do remédio e também no que tange às políticas de cuidados e informações. Somente em 1993, o Banco Mundial assinou junto ao Governo Federal e ao Ministério da Saúde um termo de colaboração para a execução do projeto AIDS I e AIDS II, investindo cerca de US\$250 milhões. Entre os objetivos dos programas estavam “reduzir a incidência e transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs); fortalecer instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle de DSTs e HIV/Aids no Brasil” (Marques, 2002, p. 59).

Sobre o tratamento, Herbert criticava o governo pela tardia movimentação na distribuição para os pacientes. Questionava ainda a eficiência da Zidovudina (AZT)<sup>49</sup>, medicamento utilizado na época, que para ele apenas prolongava em pouco mais tempo a vida do paciente (Dias, 2016; Lima, 2025). Somente em 1996, com a instituição da Lei nº9.313, que

---

<sup>49</sup> A Zidovudina, amplamente conhecida como AZT, é um medicamento antiviral inibidor da transcriptase reversa, utilizado no coquetel de tratamento da infecção pelo vírus HIV e para a prevenção da transmissão vertical do HIV (da mãe para o filho). Foi o primeiro medicamento aprovado para tratar a AIDS, atuando na inibição da multiplicação do vírus.

a medicação para o tratamento passou a ser distribuída gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), instituído em 1988, com a Constituinte (Brasil, 1996). Com a negligência e a tardia movimentação do governo brasileiro para disponibilizar o tratamento e os devidos cuidados, centenas de pessoas faleceram de doenças decorrentes da AIDS, entre eles se encontravam grandes nomes como Cazusa e Betinho, aqui já citado. Entre as vítimas da negligência governamental encontra-se também Herbert Daniel, que veio a falecer no ano de 1992.

Apesar da intensa atuação de Herbert Daniel em diversos aspectos da nossa sociedade, desenvolvendo um extensa e bem estruturada produção acadêmica, o seu reconhecimento como uma figura pública, que atuou como militante da ditadura militar, como político na reestruturação política do Brasil e na causa do HIV/AIDS, chegou tardiamente. Há ainda poucos trabalhos que abordem sua vida, militância e obra, bem como poucas pesquisas em torno do papel do movimento homossexual e da comunidade LGBTQIA+ nos eventos da ditadura militar brasileira e em outros marcos históricos sobre os quais a história oficial produz narrativas nas quais grupos minoritários têm sua existência negada. Afirmamos aqui, mais uma vez, que esse apagamento sistêmico de Herbert Daniel faz parte de uma estratégia maior do Estado de apagar e silenciar corpos não hegemônicos que questionam e contrariam a normatividade, inviabilizando a presença histórica desses corpos na esfera pública, independentemente de quais foram suas atuações e contribuições para os processos históricos, socioculturais e econômicos do país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho e a pesquisa que o fundamentou buscou apresentar a trajetória de Herbert Daniel como importante ator social para a redemocratização do país e pela conscientização dos direitos das pessoas com HIV/AIDS. Este trabalho buscou evidenciar a trajetória de Herbert Daniel e suas contribuições para a reestruturação política do Brasil, através de suas lutas contra a ditadura, seus percursos para identificação de sua sexualidade e o seu pioneirismo na luta pela conscientização e acolhimento das pessoas que viviam com o vírus do HIV/ AIDS, tornando assim sua vida em um “objeto” de luta e resistência nas mais diversas áreas sociais. A despeito do apagamento histórico sistêmico, implementado como estratégia política de poder, corpos homossexuais buscaram meios de subverter a ordem vigente que os oprimiam e contribuíram significativamente para a história deste país. Para tanto, este trabalho utilizou abordagens qualitativas e revisão bibliográfica, utilizando-se das teorias de trajetória de vida para fortalecer a importância de trabalhos que evidenciam a participação dos sujeitos na construção da história coletiva.

A estruturação do texto tentou fazer uma combinação de alguns dos elementos que foram considerados fundamentais para responder às questões de pesquisa e desenvolver o argumento central, entre elas estão: elementos biográficos da vida de Herbert Daniel; o cenário político e sociocultural da ditadura militar e dos eventos nos quais o personagem principal esteve envolvido; priorizando os aspectos que dialogavam com o recorte proposto na pesquisa a partir de uma abordagem analítica fundamentada nos estudos de gênero e nas teorias do poder. A partir dessa estrutura podemos destacar algumas das principais análises e reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos: o Estado utiliza-se do poder como estratégia de silenciamento e apagamento de corpos que não condizem com seus padrões, deste modo exclui os corpos “desimportantes”; Herbert Daniel sofreu uma ação direta do Estado com a estratégia de silenciamento de sua participação nos movimentos revolucionários e na causa dos direitos dos pacientes de HIV/AIDS, fato explicitado pela pequena quantidade de trabalhos sobre sua trajetória e a escassez de suas obras; Herbert combateu diretamente as políticas opressoras de silenciamento e de imunidade do Estado, que buscava condenar corpos dissidentes e portadores do HIV/AIDS.

A análise de aspectos da vida, trajetória e obra de Herbert Daniel nos permite compreender que o apagamento histórico de grupos minoritários na narrativa oficial da ditadura militar não foi acidental. A negação da existência das pessoas homossexuais e de suas

contribuições em processos históricos consiste num projeto de manutenção de poder que opera para invisibilizar corpos dissidentes ao reafirmar e legitimar uma normatividade baseada na heterossexualidade e na cisgeneridade, mas que também é constituída de marcadores como raça e classe - ainda que o foco deste trabalho tenha sido as questões de gênero. Ao passo que compreendemos que as narrativas sobre eventos históricos são construídas a partir de perspectivas de atores sociais hegemônicos, fica evidente que ao privilegiar, na construção narrativa de processos históricos, determinados acontecimentos em detrimento de outros, sujeitos e fatos são sistematicamente apagados das narrativas “oficiais”. Assim como as histórias, trajetórias e contribuições de atores sociais pertencentes a grupos minoritários, acabam por serem tomadas como irrelevantes ou secundárias dentro de uma perspectiva excludente da história.

No capítulo *“Do Movimento Estudantil à Revolução Armada: o apagamento da sexualidade”*, buscamos evidenciar algumas das transformações sociais e políticas que o país atravessava, em decorrência do Golpe Militar de 1964 e a instauração de uma ditadura militar, e as articulações de grupos opositores ao regime por meio dos movimentos estudantis e sociais organizados. O cenário é apresentado e os eventos são narrados a partir da participação de Herbert Daniel nesses espaços e da atuação dos movimentos estudantis e dos grupos revolucionários com os quais ele se envolveu. Os acontecimentos emblemáticos da vida de Herbert Daniel como um militante e guerrilheiro homossexual é que conduzem a apresentação de uma outra narrativa sobre o período da ditadura militar. Sob a perspectiva de sujeitos e grupos não hegemônicos e a partir da atuação de Herbert nos primeiros anos da ditadura militar, as análises elaboradas destacam os seguintes pontos.

O Estado como uma estrutura de poder constituída por regimes de opressão e subordinação que operam a partir de normas regulatórias que produzem sujeitos, corpos e grupos sociais, desde os corpos adequados à normatividade aos corpos dissidentes (Foucault, 1994; 1985; Butler, 2018; 2019). A organização e atuação da esquerda armada, a partir da reprodução da normatividade estruturadora do próprio regime de poder estatal, que também acaba por operar numa lógica regulatória dos corpos pautada na ideia de um militante e ator político que performe a figura do Homem revolucionário. Argumentamos que esse controle sobre quem deve ser o guerrilheiro produz um processo de docilização dos corpos, também operado pelo Estado opressor, que pode ser observado nos conflitos de Herbert Daniel em relação à sua sexualidade, que terminaram por levá-lo a uma negação da mesma por um determinado período.

O modelo do Homem revolucionário funciona como regulador das sexualidades, a partir do que Preciado chama de “privatização do ânus”, para manutenção do padrão de masculinidade vigente e marginalização de corpos dissidentes ao retirá-los da esfera pública e da vida política. Herbert, que vivenciava sua sexualidade no sigilo dos parques e banheiros públicos, fora obrigado a submeter seu corpo às exigências da atuação política revolucionária para ser aceito nos grupos e organizações que consideravam a sexualidade uma esfera secundária da vida e comprometedora do triunfo dos ideais revolucionários. O que também nos aponta como o aparato repressor da ditadura militar também afetou as formas e condições de pessoas homossexuais viverem sua sexualidade e se relacionarem.

No capítulo “*Dos Exílios ao Emergente Movimento Homossexual: as contribuições de Herbert Daniel para a Política Brasileira*”, evidenciamos a trajetória de Herbert nos diferentes tipos de exílio pelos quais passou. O exílio sexual, quando este fora obrigado a abdicar de sua sexualidade em nome de uma “causa maior”, a revolução. O exílio político no Brasil e no exterior, que aborda, num primeiro momento, a vida clandestina que Herbert Daniel precisou levar aqui no Brasil. Quando, destituído do seu direito à cidadania, passou a viver escondido em aparelhos - locais clandestinos de apoio - com seu companheiro de vida Cláudio. No exterior, Herbert vivenciou um exílio político marcado pela experiência de estar afastado de seu país natal, da realidade na qual estava inserido e atuante, mas que, também, foi o espaço onde conseguiu vivenciar a sua sexualidade, estabelecendo e tornando público seu relacionamento amoroso com Cláudio.

Ainda nesse capítulo, destacamos, paralelamente às mudanças na vida de Herbert e no seu envolvimento nas ações contra o regime militar, o surgimento do movimento homossexual no Brasil. A emergência desse movimento, marcada principalmente pelas atividades do SOMOS e do Lampião da Esquina, possibilitou que Herbert se engajasse com esses grupos e prosseguisse, mesmo fora do Brasil, com sua luta contra a ditadura militar, naquele momento, em defesa da anistia e da recuperação dos direitos civis retirados pelo regime. As análises e reflexões apresentadas problematizam o exílio, assim como os campos de guerrilha e a construção de um corpo guerrilheiro para a luta armada, não só como um espaço de certa alienação da experiência combatente, mas também como espaço de agência e discursividade (Butler, 2018; 2019) no qual os corpos e as subjetividades são reiteradamente produzidos. Se no exílio sexual, Herbert se vê compelido à performar a masculinidade hegemônica e manter a ordem heterossexual vigente - visto que seu corpo homossexual era considerado um agente

poluidor e ameaçador (Douglas, 1991) -, no exílio político no exterior, este mesmo espaço de alienação da terra natal, dos vínculos e da vida de guerrilheiro, oferece condições para que ele pudesse, enfim, viver sua homossexualidade de forma livre e pública.

No último capítulo “*Viva a Vida’: a luta pelos direitos das pessoas com Hiv/Aids*”, buscamos trazer um quadro geral da epidemia de HIV/AIDS no Brasil, a partir da problematização da atuação do Estado, articulado com o discurso biomédico e a imprensa, como determinante de quais seriam os corpos a terem seu direito à vida resguardado - aspecto este que também foi foco da atuação política de Herbert Daniel no período da redemocratização. Nas análises, a partir das contribuições de Foucault (1994; 1985), Preciado (2018; 2026) e Mbembe (2018), o Estado é entendido como gestor não só do direito à vida e das condições de vida, como também da morte. Destacamos que esta gestão da vida e da morte se deu por meio da definição de grupo de risco e do enquadramento dos homossexuais nele que, por sua vez, vinculou a imagem dos homossexuais ao vírus e à doença, sobretudo a partir do termo “aidético”. Esta gestão operou, ainda, através da definição do HIV e da AIDS como mortais e de controle inviável, de modo que o discurso estatal, por meio de campanhas e afins, fez da morte o destino dos homossexuais que viviam com o vírus.

Como destaca Herbert, o Estado tenta convencer as pessoas com HIV/ AIDS e a opinião pública de que não era possível viver com o vírus e com a doença, a vida, assim como a cidadania era interdita para homossexuais e demais grupos considerados de “risco”. A atuação do Estado, mesmo num período de abertura do regime militar e de redemocratização, fazia da epidemia do HIV/ AIDS uma tecnologia de “controle populacional”, como coloca Preciado, por meio da estigmatização e exclusão dos homossexuais. É a partir dos questionamentos de Herbert Daniel à atuação do Estado e de sua militância combativa naquele momento, que buscamos construir um percurso narrativo que evidenciasse as normas, regulações e estratégias de controle operadas pelo poder estatal. Mas, também, as formas de resistência, de subversão da normatividade e de confrontação e desestabilização - como aponta Butler (2018; 2019) - da estrutura de um Estado de transição entre o regime militar e um cenário democrático.

A análise dos eventos e dos elementos de uma trajetória individual articulada com processos sociais coletivos, que tiveram lugar no período compreendido entre o Golpe de 64 e a redemocratização nos dão embasamento para afirmar que, a despeito do apagamento histórico sistemático, grupos minoritários como a comunidade LGBTQIA+ contribuíram ativamente para o enfrentamento à ditadura militar e o estabelecimento de um processo de

redemocratização. A atuação política de sujeitos como Herbert Daniel evidenciam a importante participação desses indivíduos nesses espaços de confronto e resistência. Ainda que, em decorrência da reprodução e produção de uma normatividade heterocispatrilial, o engajamento efetivo de militantes homossexuais nesses espaços, como no caso campos de treinamento de guerrilha, tenham sido forçados a criar um corpo e sustentar uma subjetividade que comportassem os padrões que operavam naquele momento. No âmbito da resistência armada, verificou-se que Herbert precisou disciplinar seu próprio corpo e seus desejos para ser aceito em um ambiente que considerava a homossexualidade um “desvio pequeno-burguês”. No entanto, sua transição do exílio político para a militância aberta revelou uma resignificação do conceito de revolução e do fazer político: de uma luta assentada no fuzil para uma luta baseada na afirmação da existência e da inteligência. Estratégia de luta e atuação militante estas que não separam a política da sexualidade, o público do privado, nem o corpo de racionalidade, mas que criam uma prática política, poderíamos dizer, humanizadora e inclusiva, bem como efetivamente transformadora.

Suas participações na política brasileira, no período de reestruturação política, foram de extrema importância para inserir no cenário brasileiro temáticas que, até então, eram vistas como tabu e como questões menores e secundárias, até mesmo na esquerda brasileira, incidindo significativamente nos modos de ver e fazer política. É na atuação de Herbert Daniel que se fortalecem os debates acerca das homossexualidade, da ecologia e da dignidade de vida, tornando, portanto, imprescindíveis os esforços, tanto no campo acadêmico da pesquisa quanto nas artes visuais e literatura, para evidenciar suas contribuições no cenário político brasileiro e em importantes processos históricos como a derrubada da ditadura militar e o enfrentamento à epidemia do HIV/ AIDS.

Conclui-se, ainda, que durante sua atuação na defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/ AIDS, Herbert Daniel fez da escrita e da palavra ferramentas poderosas no combate à “morte civil” imposta pelo preconceito e pela negligência estatal. Ele, como muitos outros, ainda foi capaz de transformar sua própria condição em um símbolo de luta política, provando que a democracia plena só é possível com a inclusão da diversidade e que importantes mudanças sociais são possíveis em contextos de exceção e emergência. Para estudos futuros, recomenda-se o aprofundamento sobre o impacto de seus escritos literários na construção da memória coletiva da comunidade LGBTQIA+ no Brasil pós-ditadura. Uma vez que entendemos que a pesquisa e a produção científica podem ultrapassar a “morte simbólica” imposta pelas políticas de apagamento e silenciamento a grupos minoritários, fazendo novamente da palavra e da

escrita ferramentas não só de restituição da memória, mas também de desestabilização de estruturas hegemônicas ao trazer corpos dissidentes e marginais para o centro dos debates.

## REFERÊNCIAS

- ABIA. Quem semeia pânico, colhe epidemia: caras e máscaras de uma campanha equivocada. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, abr. 1988.
- ABIA. E onde fica o Pinto Fernandes?. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 5, pp. 1-2, nov. 1988.
- ABIA. Quarenta segundos de AIDS. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, fev. 1989.
- ABIA. Grupo Pela VIDDA - uma experiência. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 6-7, out. 1989.
- ALÓs, A. P. O corpo-guerrilheiro no corpo-nação: contaminação e abjeção em Herbert Daniel. **Letras**, Santa Maria, v. 30, n. 61, p. 207-229, jul./dez. 2020.
- ANGOTTI, A. N.; SOUZA, H. G. de. A resistência do Movimento Estudantil: um momento político e de formação humana. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 131-152, 2015.
- ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.
- AREDA, F. A narrativa desarmada de Herbert Daniel. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, ano 20, v. 21, n. 21, jan./jun. 2014.
- BARROS, S. G. de; VIEIRA-DA-SILVA, L. M. A gênese da política da AIDS e do espaço da AIDS no Brasil (1981-1989). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, n. 43, p. 1-12, 2016.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. [Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Dispõe sobre a anistia de pessoas que cometeram crimes políticos no período de ditadura. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm). Acesso em: 9 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996**. Dispõe sobre o acesso e a distribuição gratuita ao tratamento de HIV/Aids. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19313.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19313.htm). Acesso em: 8 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público. **Frente Brasileira Informação denunciou a ditadura militar**. Brasília, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/frente-brasileira-de-informacao-denunciou-a-ditadura-militar>. Acesso em: 1 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Histórias da Aids no Brasil: 1983-2003**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRITO, L.; VICENTE, M. M. Jornal O Sol: um estudo da imprensa alternativa na primeira fase do regime militar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: Crocodilo, 2019.

BUTLER, J. **Os atos performativos e a constituição de gênero**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. [S. l.]: Edições Chão da Feira, 2018. (Cadernos de leitura, n. 78).

CARDOSO, C. Herbert Daniel: Liberdade e luta. **Revista Pensar Verde**, n. 36, ano 10, out./dez. 2021. Edição especial: De Herbert Daniel aos dias atuais.

CARVALHO, T.; NASCIMENTO, F. de S. O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na Revista Veja (1968-1969). **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. v. 6, n. 1 (jan/abr. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CORDEIRO, Í. R. X. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960**: Régis Debray e o foquismo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CORRÊA, C. H. S. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA JUNIOR, J. V. L. da; SILVA, R. R. da. Meu corpo daria um romance rizomático. **Raído**, Dourados, v. 12, n. 31, p. 58-68, out. 2018.

COSTA JUNIOR, J. V. L. da; SILVA JUNIOR, R. L. da. Homossexualidade em Herbert Daniel: uma leitura de Jacarés e Lobisomens. **Migulim: Revista Eletrônica do Netlli**, v. 11, n. 3, p. 860-870, set./dez. 2022.

CRUZ, F. L. da. Defender os direitos humanos e denunciar a ditadura no Brasil. *In: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de (org.). Educação Contemporânea: sociedade e educação, educação inclusiva*. Belo Horizonte: Poisson, 2020.

DANIEL, H. E onde fica o Pinto Fernandes?. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-2, nov. 1988.

DANIEL, H. **Vida antes da morte**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018 [1989].

DANIEL, H. Quarenta segundos de Aids. **Boletim Abia**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4-5, fev. 1989. Disponível em: <https://hshjovem.abiaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/BOLETIM-ABIA-N%C2%BA-6-1989.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DIAS, C. J. P. A trajetória soropositiva de Herbert Daniel (1989-1992). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 10, n. 19, jan./jun. 2016.

- DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1991. (Coleção Perspectivas do Homem).
- FERNANDES, Í.; BRUNS, M. A. de T. Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/Aids. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 32, n. 1, 2021.
- FIGUEIREDO, C. A. S. A guerrilha do Araguaia na literatura: memória e resistência. **Revista Porto das Letras**, Vol. 9, N. 3, 2023.
- FIGUEIREDO, C. A. S. Os 50 anos da guerrilha do Araguaia e os reflexos da luta política. **Revista Escritas do Tempo**, v. 4, n. 11, mai-ago/2022, p. 08-29, 2022.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GABEIRA, F. Queríamos novos horizontes. **Revista Pensar Verde**, n. 36, ano 10, out./dez. 2021. Edição especial: De Herbert Daniel aos dias atuais.
- GIGANTE, M. Sodoma é uma cidade capitalista: micropolítica dos guetos dos anos 70 na literatura pessoal do brasileiro Herbert Daniel. **Revista Língua-Lugar**, n. 6, dez. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, N. dos S.; PARRA, D. Memória discursiva: análise do El Mito de Che Guevara de sua imagem icônica do revolucionário de esquerda, como herói e vilão na América Latina. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 17, n. 49, p. 96-116, 2024.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GREEN, J. N. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. 5. reimp. São Carlos: EdUFSCar, 2022.
- JÚNIOR, A. A. C.; FIGUEIREDO, C. A. S.; LUIZ, J. M. Guerrilha do Araguaia 50 anos: direito à memória e à verdade – Desafios para a pesquisa e o ensino. **Revista Escritas do Tempo**, v. 4, n. 11, mai-ago/2022, p. 03-07, 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LIMA, L. S. **Oportunidades desiguais e trajetórias excepcionais**: percurso escolar de jovens negras e negros moradores da zona rural na educação básica no Recôncavo da Bahia. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- LEITE, M. C. M. Leonel Brizola e os últimos anos de exílio. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 353 - 367, jan./abr. 2019.

- KLANOVICZ, L. R. F. No olho do furacão: revista veja, censura e ditadura militar (1968-1985). **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 34-50, jan.-jul., 2010.
- MARQUES, M. C. da C. Saúde e poder: a emergência política da AIDS/HIV no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 41-65, 2002. Suplemento.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MELLO, J. G. de; FAVARETTO, D. M. R. Viva a vida: Herbert Daniel e o retrato humanizado da homossexualidade e do HIV nos anos 1980. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Virtual. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2021.
- MINC, C. Um pensador original, libertário, com uma reflexão profunda. **Revista Pensar Verde**, n. 36, ano 10, out./dez. 2021. Edição especial: De Herbert Daniel aos dias atuais.
- MONTEIRO, J. 1968, Revolução política e revolução dos costumes: Herbert Daniel, estudante, guerrilheiro e exilado. **MovimentAção**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 78-101, 2018.
- NASCIMENTO, A. F. do. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. **Albuquerque: Revista de História**, v. 7, n. 13, p. 62-84, 2015.
- NETO, J. N. Herbert Daniel e a luta contra o estigma da AIDS. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 1, p. 188-207, 2016.
- NOGUEIRA, Maria Malu Alencar *et al.* **A questão feminina na luta armada**: a trajetória de Iara Iavelberg durante a ditadura civil-militar. 2025. (Indicar tipo de documento se for monografia/artigo).
- OLIVEIRA, L. A. de. **Polop**: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- OLIVEIRA, L. F. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985). **Periodicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 6-19, maio/out. 2017.
- OLIVEIRA, T. G. **Um partido contra a corrente**: teses e disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961 – 1967). 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.
- PAMPLONA, M. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. 2009. Tese (Doutorado em Cinema) – [Instituição não identificada], 2009.
- PARKER, R.; TERTO JUNIOR, V. **Solidariedade**: a ABIA na virada do milênio. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.
- PECHSTEIN, I. Passagem para o próximo sonho de Herbert Daniel e seu lugar na literatura brasileira pós-regime militar. **Spanish and Portuguese Review**, v. 1, 2015.

PEDROSA, J. S.; AGGLETON, P. Resposta ao HIV/Aids: Grupo Pela VIDDA. *In*: PAIVA, Vera (org.). **Em tempos de AIDS: viva a vida**. São Paulo: Summus, 1992.

PEREIRA, R. M. **Herbert Daniel e suas escrituras de memória**: exercícios autobiográficos e traços estéticos de uma existência (1967-1984). João Pessoa: UFPB, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: [n-1 edições], 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRECIADO, P. B. Aprendendo com o vírus. **Revista Punkto**, [s. l.], ed. 27, abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistapunkto.com/2020/04/aprendendo-com-o-virus-paul-b-preciado.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ROGINER, L. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 1, 2010, pp. 91 a 123.

ROUSSEFF, D. Comíamos sanduíche de bolacha com goiabada e líamos asterix e obelix. **Revista Pensar Verde**, n. 36, ano 10, out./dez. 2021. Edição especial: De Herbert Daniel aos dias atuais.

SALES, J. R. A revolução cubana e o debate do movimento comunista internacional nos anos 1960: Europa e América Latina. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 91-109, 2011.

SANTOS, J. de S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Revista Aurora**, Marília, v. 3, n. 1, p. 101-108, 2009.

SECCO, L. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**, São Paulo, v. 33, p. 6-13, maio 2004.

SEINO, E.; ALGARVE, G.; GOBBO, J. C. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma nova sociedade civil. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, n. 2, p. 31-42, 2013.

SILVA, I. C. L. da. **Comandos de libertação nacional**: oposição armada à ditadura em Minas Gerais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOUSA, R. C. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p. 271-298, set./dez. 2019.

TANGANELLI, L. **Há perigo na esquina**: Discursos dissidentes no jornal Lampião (1978-1981). Curitiba: huya, 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VASCONCELOS, A. G. **O Movimento Estudantil no contexto da Ditadura Militar (1964-1968)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2015.

VITIELLO, G. N. B. **A aids em cena**: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século xx. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.